UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CASSIO EXPEDITO GALDINO PEREIRA

**NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS SOBRE O AGROEXTRATIVISMO DO
BABAÇU EM ARAJARA, BARBALHA (CE)**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2019

CASSIO EXPEDITO GALDINO PEREIRA

**NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS SOBRE O AGROEXTRATIVISMO DO
BABAÇU EM ARAJARA, BARBALHA (CE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a Dra. Fernanda Padovesi Fonseca.

VERSÃO CORRIGIDA

**SÃO PAULO
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436n PEREIRA, CASSIO EXPEDITO GALDINO
NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS SOBRE O AGROEXTRATIVISMO
DO BABAÇU EM ARAJARA, BARBALHA (CE) / CASSIO
EXPEDITO GALDINO PEREIRA ; orientadora FERNANDA
PADOVESI FONSECA. - São Paulo, 2019.
176 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. GEOGRAFIA HUMANA. 2. CARTOGRAFIA SOCIAL. 3.
NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS. 4. PERCEPÇÃO ESPAÇO-
TEMPORAL. 5. AGROEXTRATIVISMO. I. FONSECA, FERNANDA
PADOVESI, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Cassio Expedito Galdino Pereira

Data da defesa: 21/05/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Fernanda Padovesi Fonseca

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/07/2019

Orientadora

Sertanejo não mente sobre seu passado, tem boa memória. E são mais honestos do que governantes e burocratas ao narraram fatos e feitos do seu modesto curriculum, além do que, os calos de suas mãos garantem a veracidade de suas informações pessoais. Mas parece não existir alguém para ouvir sua história pessoal de trabalho e lutas no interior de uma estrutura agrária rígida, perturbada pelas secas.

Aziz Ab'Sáber

(...) o mais remoto deserto, a mais impenetrável floresta foram sendo povoados com os nossos fantasmas. E hoje todos os lugares começam por ser nomes, lendas, mitos, narrativas. Não existe geografia que nos seja exterior. Os lugares – por mais que nos sejam desconhecidos – já nos chegam vestidos com as nossas projecções imaginárias. O mundo já não vive fora de um mapa, não vive fora da nossa cartografia interior.

Mia Couto

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, todos os meus agradecimentos para minha mãe, mulher guerreira que sempre trabalhou em várias profissões e em diferentes lugares, como Barbalha, Moreilândia (PE) e São Paulo (SP), sendo que, nos últimos anos, vem me mostrando o que é o campo e a atividade de agroextrativismo. Essa mulher, mãe solteira, sempre quis que eu estudasse e chegasse longe. Os agradecimentos não cabem aqui, mamãe.

Agradeço aos agroextrativistas do distrito de Arajara, que abriram suas portas, dialogaram e debateram os embates que aconteciam. Sem vocês não teria essa pesquisa fluído. Espero que essa pesquisa possa trazer questões que contribuam para o crescimento e união da comunidade num futuro próximo.

Agradeço aos auxílios, a colaboração, compreensão, cuidado em todo o percurso e contribuições da professora Fernanda Padovesi Fonseca. Tenho uma gratidão pela sua forma de incentivar, trazer subsídios, indo além da academia, mas para vida, mostrando como o ser humano pode ser bom e solidário.

Ao professor Jörn Seemann, que sempre buscou trazer debates acadêmicos sobre a relevância da cartografia na vida social das pessoas e no processo educativo. Jörn, pelas críticas construtivas, a aceitação para orientar, me atender em qualquer hora, ter paciência e cuidado além do acadêmico, mostrando a seriedade que devo levar na vida, com um cuidado para com as pessoas, você me fez um ser humano melhor.

Ao professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, que desde sua disciplina buscou fazer com que eu apreendesse a importância da cartografia para a sociedade entendesse os seus problemas sociais. Manoel, suas críticas, diálogos e contribuições me fizeram crescer muito e rever Arajara com outros olhos, ao pensar as questões impactantes do capitalismo ali.

Ao professor Cláudio Ubiratan Gonçalves, por trazer aos nossos diálogos uma outra ideia de ciência geográfica para ser produzida, fazendo com que priorizasse saberes descoloniais, buscando nossas relações de r-existência no mundo. Bira, fiquei grato pelo curso de férias de 2018 na UFPE, e pude ver, através de nossos diálogos, algo que deveria ser feito não apenas nessa dissertação, mas num processo de militância para a vida.

À professora Gisele Girardi, por trazer – desde o dia que lhe conheci, em seus escritos e pessoalmente, através do Jörn Seemann – vários embates para ter um processo de mapeamento com outras visões.

À professora Maria Soares da Cunha, pelas ponderações, questões e contribuições no como fazer a pesquisa. Maria, seus cuidados em ler e fazer avaliações do projeto, além de opinar sobre algumas melhorias, trouxe muitas ideias para o trabalho aqui feito.

À professora Simone Cardoso Ribeiro, que incentivou a pesquisa, especialmente no início da graduação, me levando a participar de grupos de estudos e atividades de campo de pesquisa. Simone, suas contribuições adentram também na solidariedade e críticas construtivas ao longo da minha formação, ao que sou muito grato.

À professora Preselina, que provocou, no início da minha formação escolar, a pensar um pouco mais e rever o ato de ler como um ato de mudar de vida. Professora, muito obrigado pelas suas contribuições na Escola de Ensino Fundamental e Médio Mademoiselle Perillier e obrigado pelo seu jeito de cuidar, fazendo com que as crianças sejam pessoas pensantes.

À professora Carmen, da Escola de Ensino Fundamental e Médio Mademoiselle Perillier, que através do time de basquete me fez conhecer o mundo e gostar de viajar. Além disso, agradeço por buscar incentivar os discentes a aprenderem e sempre treinarem para não errar na hora do desafio.

Quero agradecer também à professora Priscila Romcy, que fez eu me animar pela geografia cultural e pela cartografia. Priscila, suas contribuições ao ministrar a disciplina geografia cultural, que não era ofertada na graduação, e trazer o texto do Jörn Seemann para a sala de aula foi o estopim para eu começar a ver uma cartografia não euclidiana. Além disso, suas conversas e questões me fizeram crescer pessoalmente e profissionalmente.

À Waldirene do Carmo (Wal), por abrir as portas do LEMADI, pelos seus cuidados no momento em que eu estava prestes a qualificar e por trazer proposições e experiências instigantes que ajudaram nessa jornada.

À Eliane Kuvassney, pela paciência e cuidado na leitura, revisão e comentários dessa pesquisa, possibilitando ter cartografias que tragam luz para as mentes das pessoas. Seu jeito positivo, sempre atencioso, acurado e propositivo ajudou no texto final que aqui se apresenta.

À Eliziane Salles, que fez uma releitura antes da minha defesa, trouxe vários comentários, puxões de orelhas, diálogos, narrativas, incentivos e outras noções para o trabalho

e para minha vida. Sei que essas poucas palavras não resumem o que você fez, mas sou muito grato e não sei como te retribuir por tudo.

Ao professor Emerson Ribeiro que, mesmo pelos descasos e dificuldades criadas pelos dirigentes que estão à frente na Universidade Regional do Cariri, lutou comigo para que essa pesquisa saísse. Emerson, seus diálogos, nesse cenário político local e nacional fez muito para várias pessoas, dentre as quais a mim, que fico te devendo muito.

À tia Mara, por sempre cuidar de mim e, por isso, teve várias contribuições na minha vida para eu chegar até aqui. Também, à todas pessoas da minha família, em especial, Cidilene, Maristela, Lourdes, Anderson Aurélio Cruz, Mallu Barletta, Francisco Aurélio, Vinícius Cavalcante, Amanda Ribeiro, Nilton, Taciana Batista, Celso Vieira, Daiane Salles, Laís Salles e Deborah Lorena que ficaram mais próximos nos momentos de aflição.

À família Arte e Tradição, em especial, ao meu mestre Francisco Gilberto (Chico Ceará), pois quando entrei na capoeira quis que continuasse os estudos e crescesse. Obrigado por entender o meu afastamento e sempre tentar me incentivar, mestre.

Sou muito grato aos amigos e amigas que me ajudaram nessa jornada, dentre os quais Josielly Brasil, Ranielly Brito, Lucas Danyel, Geislam Gomes, Bruna Castro, Clarisse Souza, Jeremias Rocha, Ramon Brito, Ohana Alencar, Igor Carlos, Vinicius Luna, Rayssa, Thamiris, José Rodrigues, Wesley, Joedson, Emerson Monteiro, Celiane Januário, Mara Cruz, Fernanda Salles, Naiara Salles, Rafael Brito, Maria Paula, Raquel Landim, Gabriela Estevão, Filipe Maciel, Gabriela Saraiva, Viviane, Anderson Felipe, Thiago Alves, Luciano Castro, João Ludgero, Glauco Vieira, Ivan Queiroz, André, Zuleide, Telvira, Marcelo Moura-Fé, Mônica Virna, Juliana Maria, Edmar, Ricardo Bacurau, Marcelo, João César, Felipe Passos, Wellington Fernandes, Edu Dutenkefer, Kátia Pisciotto, Leandro Cazula, Lidiana Costa, Karol Ramirez, Ricardo Monteiro, Daniely Guerra, Rodrigo Goés, Lourdes Carvalho e Clesley Maria.

Quero agradecer especialmente aos irmãos Valdir Estrela, José Anderson de Sousa, Johnnys Jorge, Carlos Augusto, Diego Alexandre, Judson Jorge, Cláudio Smalley, Paulo Wendell, Mariano Carvalho, Liro Nobre, Arthur Soares, Jefferson Pontes e Ronilson Fernandes que deram força, ajuda, casa, tempo e conselhos quando eu mais precisei. Ao mesmo tempo, agradeço as ideias, dicas e cuidados das minhas orientandas-irmãs, Raqueline Landim e Daiane Luzia, como também a parceria de Naira Beatriz, pois sempre apoiaram e buscaram reler comigo as ‘cartografias’ do Cariri. Vocês são parte da minha vida, me provocam, me deixando sem palavras e sem saber o que escrever. Muito obrigado por tudo o que fizeram. Gratidão!

RESUMO

A geograficidade social do território mostra as relações existenciais que são produzidas no espaço. Contudo, situações e dilemas da existência são quase improváveis de se ver nos mapas oficiais, pois seus critérios, tema e seleção só abarcam as informações que são importantes para a elite capitalista que os utiliza. Essa prática cartográfica, constituída por um processo de cima para baixo, não coloca a vida prática do cotidiano, especialmente das populações minoritárias, tradicionais e marginalizadas. Porém, nas últimas décadas, diferentes atores de comunidades, povos e populações tomaram os mapas para entender, mostrar e constituir um processo de r-existência contra os ideais capitalistas. Com apoio de instituições, tem se buscado colocar suas territorialidades, saberes e fazeres, em um outro modo de cartografar. Esse outro modo de cartografar abre a possibilidade de escutarmos esses atores não hegemônicos pelos seus mapeamentos. Dessa maneira, esses mapas trazem histórias riquíssimas que expressam situações e fatos não escritos/ditos. Partindo dessa conjectura, essa pesquisa buscou aplicar a metodologia co-labor-ativa não extrativista das narrativas cartográficas para mostrar a identidade e a relação histórico-territorial-cultural desses sujeitos invisíveis, esquecidos e marginalizados. Para tanto, se escolheu um grupo social que vem sofrendo com o processo de modernização do espaço, abarcado pelo capital colonizador, os agroextrativistas do babaçu, do distrito de Arajara, Barbalha, Ceará. Para alcançar isso valemo-nos da metodologia co-participativa e das experiências de cartografia social, que se delinearam nos mapas mentais, trazendo dados espaciais sobre o processo e situações espaço-temporais do agroextrativismo do babaçu, nesse distrito. Consequentemente, a partir dessa metodologia a pesquisa conseguiu apresentar as r-existências da atividade, os dilemas, pensar situações e melhorias metodológicas para a cartografia e a comunidade.

Palavras-chave: Arajara; narrativas cartográficas; cartografia social; percepções espaço-temporais; agroextrativismo.

ABSTRACT

The social geography of the territory shows the existential relations that are produced in space. However, situations and dilemmas of existence are almost unlikely to be seen on official maps, as their criteria, theme, and selection do not encompass the information that is important to the capitalist elite it uses. This cartographic practice, consisting of a process from top to bottom, does not put the practical life of daily life, especially of the minority populations, traditional and marginalized. However, in the last decades different actors of communities, peoples and populations have taken the maps to understand, to show and to constitute a process of r-existence against the capitalist ideals. With the support of institutions, it has been sought to place its territorialities, knowledge and actions, in another way of mapping. This other way of mapping opens the possibility of listening to these non-hegemonic actors for their mapping. In this way, these bring rich stories that express situations and facts not written / said. Based on this conjecture, this research sought to apply the non-extractivist co-labor-active methodology of cartographic narratives to show the identity and historical-territorial-cultural relationship of these invisible, forgotten and marginalized individuals. For this purpose, a social group that has been suffering from the process of modernization of space, encompassed by the colonizing capital, has been chosen, being agroextractivists of the babassu of the district of Arajara, Barbalha, Ceará. In order to achieve this it was based on the co-participatory methodology and the social cartography experiments, which were delineated in the mental maps, bringing spatial data about the process and spatio-temporal situations of the babaçu agroextractivism in that district. Consequently, from this methodology the research was able to present the r-existences of the activity, the dilemmas, to think situations and improvements methodologies for the cartography and the community.

Key-words: Arajara; Narrative Cartography; cartography social; spatio-temporal perceptions; agroextractivism.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA MENTAL DOS CONFLITOS NA 12TH STREET ENTRE MORADORES E POLÍCIA NO BAIRRO DE FITZGERALD (DETROIT, ESTADOS UNIDOS).....	p.36
FIGURA 2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CONFLITOS NA 12TH STREET ENTRE MORADORES E POLÍCIA NO BAIRRO DE FITZGERALD (DETROIT, ESTADOS UNIDOS).....	p.36
FIGURA 3 – OFICINAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE MAPAS REALIZADOS PELAS AGROEXTRATIVISTAS DE COCO BABAÇU NO SUDESTE DO PARÁ (BRASIL).....	p.40
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS PROJETOS DE MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1992 A 2012.....	p.42
FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS POPULAÇÕES PARTICIPANTES DOS PROJETOS DE MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS DESENVOLVIDOS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1992 A 2012.....	p.43
FIGURA 6 – MAPA DAS MATTAS E CAMPOS NO BRASIL (1911).....	p.45
FIGURA 7 – MAPEAMENTO E LEVANTAMENTO DO POTENCIAL DAS OCORRÊNCIAS DE BABAÇUAIS (1983).....	p.47
FIGURA 8 – PROGRAMA GRANDE CARAJÁS: ÁREAS RESERVADAS, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, CONFLITOS SOCIAIS E RECURSOS NATURAIS (1993).....	p.48
FIGURA 9 – GUERRA ECOLÓGICA NOS BABAÇUAIS – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS. MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB) (2005).....	p.50
FIGURA 10 – RECORTE DO MAPA “MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO: PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – GUERRA DO CARVÃO. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)” (2014).....	p.51

FIGURA 11 – ARAJARA, BARBALHA, CEARÁ, BRASIL.....	p.55
FIGURA 12 – RECORTE DO MAPA PLANIALTIMÉTRICO DO CRATO, FOLHA SB.24-Y-D-III, MI - 1205..	p.59
FIGURA 13 – ARAJARA E O CRAJUBAR (CE).....	p.62
FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FLORESTAS DE BABAÇUAIS NO BRASIL NO ANO DE 1985.....	p.72
FIGURA 15 – MAPPA PHYTOGEOGRAPHICO PARCIAL DA SERRA DO ARARIPE DE PHILLIP VON LUETZELBURG (1922).....	p.97
FIGURA 16 – OCUPAÇÃO DO SOLO NO “TRIÂNGULO AÇUCAREIRO” EM ABRIL DE 1966.....	p.99
FIGURA 17 – DISTRITO DE ARAJARA.....	p.101
FIGURA 18 – FLUXO DE COMERCIALIZAÇÃO DO BABAÇU.....	p.120
FIGURA 19 – MAPA DO SENHOR I.....	p.125
FIGURA 20 – MAPA DA SENHORA L.....	p.128
FIGURA 21 – MAPA DA SENHORA G.....	p.130
FIGURA 22 – MAPA DA SENHORA O.....	p.131
FIGURA 23 – 1) MAPA DE N SOBRE SEU TERRENO; 2) MAPA DE N SOBRE OS BABAÇUAIS E ENGENHOS.....	p.134
FIGURA 24 – MAPA DE N SOBRE DESLOCAMENTO DE ÓLEO PARA BARBALHA.....	p.136
FIGURA 25 – MAPA DE Q SOBRE AS ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS.....	p.137
FIGURA 26 – MAPA DE Q SOBRE A ATIVIDADE COM O BABAÇU.....	p.138
FIGURA 27 – MAPA DA SENHORA P.....	p.140
FIGURA 28 – MAPA NARRADO POR V.....	p.142
FIGURA 29 – MAPA DE R SOBRE O PROJETO GEF CAATINGA.....	p.145
FIGURA 30 – 1. MAPA DE K SOBRE O PROCESSO DO MAQUINÁRIO NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA; 2. MAPA DE K SOBRE A IDA DAS MULHERES AO BUSCAREM COCO NO SOPÉ DA CHAPADA DO ARARIPE.....	p.147
FIGURA 31 – 1. MAPA DE S SOBRE OS LOCAIS ONDE A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA COMPRAVA COCOS; 2. MAPA DE S SOBRE OS LOCAIS ONDE A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA VENDIA SEUS PRODUTOS.....	p.149

FIGURA 32 – 1. MAPA DE K SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO FEITA PELA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA; 2. MAPA DE R SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO FEITA PELA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA.....	p.151
FIGURA 33 – MAPA DE H SOBRE SUA ATIVIDADE COM O BABAÇU.....	p.154
FIGURA 34 – 1. MAPA DE C SOBRE O INÍCIO DE SUA ATIVIDADE DO BABAÇU PARA CARVÃO; 2. MAPA DE C SOBRE A ATIVIDADE RECENTE DO BABAÇU PARA CARVÃO.....	p.156
FIGURA 35 –MAPA DE B SOBRE SUA ATIVIDADE DO BABAÇU PARA CARVÃO.....	p.158

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – ENTREVISTADO COLOCANDO NO PAPEL O SEU MAPA E DIALOGANDO SOBRE SUAS NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS.....	p.119
FOTO 02 – A. TABOCA UTILIZADA PARA DERRUBAR COCO EM PÉ NUMA ÁRVORE; B. PALMEIRA COM COCO; C. VISÃO DA CHAPADA DO ARARIPE COM PALMEIRAS AO FUNDO; D. BABAÇUAIS PRÓXIMOS DA CHAPADA DO ARARIPE.....	p.121
FOTO 03 – CASINHA DE COCO DA SENHORA O.....	p.133
FOTO 04 – ÓLEO DE COCO BABAÇU NUMA PANELA PARA APURAR E AMÊNDOAS DE BABAÇU.....	p.139
FOTO 05 – DEVASTAÇÃO DAS PALMEIRAS DE BABAÇU DO DISTRITO DE ARAJARA PARA NOVAS LÓGICAS DO CAPITAL.....	p.141
FOTO 06 – PRODUTOS FEITOS NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA.....	p.150
FOTO 07 – SEDE DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA.....	p.152
FOTO 08 – COMERCIALIZAÇÃO DE COCO INTEIRO E CASCA PARA VIRAREM CARVÃO VEGETAL.....	p.155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO (TONELADAS) BRASILEIRA DO EXTRATIVISMO DO BABABAÇU DOS ANOS DE 1920 A 2017.....	p.75
GRÁFICO 2 - QUANTIDADE PRODUZIDA EM BARBALHA (CE) DE AMÊNDOA BABAÇU DOS ANOS DE 1995 A 2017.....	p.91
GRÁFICO 3 – VALOR EM REAIS DA PRODUÇÃO DE AMÊNDOAS BABAÇU DE BARBALHA (CE) DOS ANOS DE 1995 A 2017.....	p.92
GRÁFICO 4 - VALOR EM REAIS DA PRODUÇÃO DE AMÊNDOA BABAÇU DE BARBALHA, BATURITÉ E MERUOCA (CE) DOS ANOS DE 2011 A 2017.....	p.93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PARA EXTRAÇÃO DE BABAÇU DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL PRODUTORA.....	p.81
TABELA 2 – QUANTIDADE EM TONELADAS EXTRAÍDA DE BABAÇU DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL.....	p.83
TABELA 3 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PARA EXTRAÇÃO DE BABAÇU NA UNIDADE FEDERATIVAS DO CEARÁ.....	p.89
TABELA 4 – QUANTIDADE EM TONELADAS EXTRAÍDA DE BABAÇU NA UNIDADE FEDERATIVA DO CEARÁ.....	p.90
TABELA 5 – LISTA DE ENTREVISTADOS(AS) DA PESQUISA.....	p.108

LISTA DE SIGLAS

A.M.S.M - A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO SÍTIO MACAÚBA
A.M.S.B.E - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SÍTIO BOA ESPERANÇA
BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
BMF/RJ - BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO
CAC - CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

CE - CEARÁ

CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ – S/A

CECASA - FÁBRICA DE LADRILHOS, TELHAS E MANILHAS

CEDOC - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO CARIRI

CRAJUBAR - CRATO, JUAZEIRO E BARBALHA

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

EXPOCRATO - EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO CRATO

FFLCH - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FA - FUNDAÇÃO ARARIPE

GEF - GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

IHGB - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

IFOCS - INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

LLILAS - INICIATIVA DE PESQUISA DO INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MIQCB - MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

NHC - NOVA HÍSTÓRIA DA CARTOGRAFIA

SIG - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

P&D - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

PEVS - PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA

PNCSA - PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

UCLA - UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA

UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

URCA - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sumário

O ESPLENDOR DOS MAPAS	16
CAPÍTULO I - CARTOGRAFIA SOCIAL: PODER PARA R-EXISTÊNCIA	24
Diversidade de concepções conceituais e metodológicas da cartografia de cunho social	27
Experiências de práticas cartográficas com cunho social no mundo e no Brasil	34
Mapas sociais sobre o extrativismo dos babaçuais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	43
CAPÍTULO II – COMEÇAR PELA EXISTÊNCIA E NÃO PELO MAPA: ATORES NÃO HEGEMÔNICOS PODEM RELATAR SEU MUNDO!	53
Histórias e enredos de Arajara, Barbalha, Ceará, Brasil	54
Arajara: água, agricultura e extrativismo	57
A formação histórico-territorial-cultural do Ceará ao distrito de Arajara	63
CAPÍTULO III – RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E R-EXISTÊNCIAS NO AGROEXTRATIVISMO DO BABAÇU: REFLEXÕES DO BRASIL AO MUNICÍPIO DE BARBALHA (CE).....	71
A entrada do babaçu nas relações econômicas brasileiras.....	74
O babaçu do Brasil e a agroindústria	77
Estabelecimentos e produção do agroextrativismo do babaçu do Brasil ao Ceará	80
Agroextrativismo do babaçu no estado do Ceará, populações tradicionais e r-existência perante ao mercado econômico	85
CAPÍTULO IV – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	95
Tracejando os passos: pesquisa explicativa e método observacional.....	95
Metodologia não extrativista: pesquisa participante e a arte de ouvir as narrativas.....	102
Passos metodológicos para uso da entrevista narrativa	109
Narrativas cartográficas por meio dos mapas mentais	112
CAPÍTULO V – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS DO AGROEXTRATIVISMO DE ARAJARA	119
Fluxo de comercialização do babaçu	119
Agroextrativismo do babaçu entre as décadas de 1970 a 1990	123
Perspectivas das novas demandas impulsionadas aos babaçuais de Arajara	139
Os percalços da modernização da região e da atividade do babaçu	144
PARA (NÃO) CONCLUIR.....	160
REFERÊNCIAS.....	165

O ESPLENDOR DOS MAPAS

O ESPLENDOR

O esplendor dos mapas, caminho abstracto para a imaginação concreta,
Letras e riscos irregulares abrindo para a maravilha.

O que de sonho jaz nas encadernações vetustas,
Nas assinaturas complicadas (ou tão simples e esguias) dos velhos livros.

Tinta remota e desbotada aqui presente para além da morte,
O que de negado à nossa vida quotidiana vem nas ilustrações,
O que certas gravuras de anúncios sem querer anunciam.

Tudo quanto sugere, ou exprime o que não exprime,
Tudo o que diz o que não diz,
E a alma sonha, diferente e distraída.

Ó enigma visível do tempo, o nada vivo em que estamos!

Fernando Pessoa, 1933 (ed. 2007)

A grandiosidade, opulência e intensidade das imagens cartográficas a cada dia estão mais presentes em nossos cotidianos. Mesmo trabalhando quase sempre num caminho denotativo, onde pode aparecer ao leitor caminhos, por letras e traços inimagináveis, cheios de surpresas e coisas magníficas, o mapa é o esplendor, como afirmou um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa (1888-1935), trazendo ideias e pensamentos concretizados do(a) mapeador(a) no papel ou na tela. Ninguém sabe sua fidelidade, mas este possibilitará aos leitores uma informação de um conteúdo, real ou imaginário, do mundo exposto.

Ao versar sobre essas ideias se nota o mapa tendo um papel crucial de anunciar, mesmo sem querer, o que acontece nas nossas vidas. A partir da imagem cartográfica se pode imaginar como é o território e o que existe nele. Nesse sentido, se pondera todas as materialidades e as imaterialidades das relações socioculturais que se apropriaram e/ou produziram ao longo dos anos, simbolicamente, no espaço.

Então, ao contemplar o mapa observa-se e pensa-se em todos os aspectos materiais do ambiente que constam ali, naquela paisagem. Por exemplo, ao olhar um mapa topográfico se nota imediatamente os rios, relevo, vegetação, arquitetura, igrejas, prédios, cidades, formas, etc., eles são tencionados em nossas mentes, associando o que se exprime à realidade palpável. No entanto, a realidade vai além do material, possuindo fatos e fenômenos (sociopolíticos e culturais) invisíveis. E o mapa pode trazer, com seus (não) símbolos, provocações em nossas mentes sobre essas questões.

Vale lembrar que a cultura, as relações sociais, os comportamentos, os rituais, os hábitos, as crenças, as ideologias, as efemeridades, etc., nos mostram a geograficidade¹ social do território. A geograficidade põe as questões fora do geométrico, visando ir além da extensão, mostrando as relações existenciais que produzem e reverberam o espaço. No entanto, o mapa muitas vezes não manifesta de forma suficiente a diversidade dessas existências que produzem diferentes territórios, levando-nos a esquecer/apagar lugares, deixando vazios cartográficos².

Estes vazios são, na maioria das vezes, os territórios de povos e populações marginalizadas e/ou tradicionais que, pelos interesses e visões impostos na produção cartográfica oficial do Estado, não são postos (HARLEY, 2001). Deixando esse vazio, o espaço apresentado no mapa terá uma marcação, uma apropriação, um processo histórico, uma ideia, postulando uma geograficidade colonizadora (PORTO-GONÇALVES, 2017), levando-o a ser antissocial, antívida, dessocializado (HARLEY, 2001; FONSECA, 2004).

Essa forma de cartografar é posta na lógica estabelecida pelo invasor/saqueador/colonizador branco e burguês, tendo um estilo de verdade, de moderno, de ‘mapa oficial’ com uma métrica espacial, sem um emancipar das geografias de outros povos e populações (FONSECA, 2004; SANTOS, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2017). Nessa lógica, é inegável que outras sociedades, em especial ‘sociedades’ minoritárias, tradicionais e/ou marginalizadas, não consigam se ver e colocar uma função nesse mapa, necessitando re-fazê-lo (ASCELRAD, 2010).

Assim, parafraseando Fernando Pessoa, as geograficidades das populações não hegemônicas, negadas, ignoradas ou silenciadas de nosso cotidiano, estão sendo postas nos mapas nas últimas décadas. O mapa tem sido tomado por essas populações, povos e grupos para colocar uma função, que é a da *r-existência*³ contra o capitalismo, a colonização e o patriarcado

¹ Geograficidade é um dos termos correntes da ciência geográfica nas últimas décadas, sendo bastante explorado. Em linhas gerais, seu significado remete à espacialização das vivências do mundo, sendo essas surgidas das nossas experiências, percepções, conhecimentos, saberes e fazeres vivenciados no cotidiano e que não conseguem ser expressas no papel ou em mídias (RELPH, 1979; SILVA, 2007). A geograficidade pode ser percebida ao nos encontrarmos em um espaço com muitas memórias (semi)conscientes ou pelas nossas experimentações feitas em momentos anteriores, que não se explicam em uma consciência geográfica (RELPH, 1979; SILVA, 2007).

² A abordagem tradicional coloca o mapeador representando um território de e para atores hegemônicos baseado nos critérios adotados, escolhendo as informações espaciais que considera adequadas para serem postas na imagem cartográfica (SEEMANN, 2013a). Cabe ressaltar que esses critérios são necessários, pois o mapa foi feito a partir de uma redução da realidade (SEEMANN, 2013a). Através disso, muitas das informações não vão aparecer no mapa, ficando aparentemente ali vazios cartográficos, não reconhecendo ou encontrando seu território (HARLEY, 2001; ASCELRAD, 2010). O vazio, assim, torna-se um ato de silenciar e ignorar tanto as vozes desses atores, como também excluir seus conhecimentos territoriais que poderiam contribuir nos assuntos e temáticas presentes no mapa.

³ Salienta-se que quando afirmamos *r-existência*, concordamos com Porto-Gonçalves (2017), que coloca o processo colonial originador de naturalizações propulsoras das tentativas de eliminar os saberes ancestrais. É com

(COSTA *et al.*, 2015; SANTOS, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2017). Assim, em todo o mundo, com destaque para o Brasil, estão sendo construídos movimentos sociais, com apoio de diversas entidades, inclusive as universidades, para anunciar e revelar as territorialidades dessas populações, com suas histórias, suas dinâmicas, seus dilemas e seus interesses por meio das imagens cartográficas.

A cartografia vem sendo utilizada em tais trabalhos para re-analisar a re-produção do espaço a partir das suas perspectivas simbólicas, ou seja, de sua linguagem gráfica, detendo o papel de comunicar e expressar. O mapa, como linguagem, traz conhecimentos e denúncias dessas sociedades de dentro para fora, revelando suas visões sobre o território, operando e situando discussões e embates sociais.

Tal abordagem valoriza os saberes e fazeres dessas sociedades, como também expõe os mapas existentes nas cabeças das pessoas. Essa cartografia, que pode ser tematizada no rol das cartografias sociais⁴, tem o intuito de fazer mapas que saiam da abordagem tradicional, muitas vezes feitos de uma forma impositiva ‘de cima para baixo’, para um mapa construído coletivamente ‘de baixo para cima’ (FONSECA, GIRARDI, 2016; ASCELRAD, 2010). Assim, pode-se definir cartografia social como “a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p.17).

Nessa lógica, povos, populações e comunidades buscaram elaborar outros mapeamentos, colocando seus saberes, fazeres e conhecimentos territoriais nos mapas (ACSELRAD, 2010). Vale salientar que este mapeamento não busca negar ou eliminar a

esse processo que diversos povos, comunidades e populações marginalizadas se confrontam, tendo que fazer mais do que resistir, mas *r-existir*, pois “não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, a algo que pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 47). Nesse ato de r-existir, conforme Porto-Gonçalves (2017), há ao longo do processo de modernidade do mundo, diversos grupos tradicionais da América Latina e Caribenha na r-existência para continuar com seus modos de vida e saberes, trazendo a diversidade de sua cultura nas relações sociais e de poder. Logo, o importante para estes grupos é ter o direito à diferença, podendo usar suas técnicas e conhecimentos para produzir seu território.

⁴ É inegável a existência de diversas metodologias e proposições para o termo *cartografia social*, sendo muito arriscado ligar essa pesquisa com outras feitas anteriormente. Sobre isso, Acselrad e Viégas (2013, p. 15) nos colocam que “o tema da cartografia social comporta uma grande diversidade de perspectivas. Nesse aspecto, qualquer esforço por se buscar um sentido comum a essas experiências, de enquadrá-las em um mesmo parâmetro, corre o risco de simplificar o debate e reduzir o potencial, em princípio, contestador de tais práticas e suas metodologias. Ao se proceder estabelecendo distinções, caracterizações e subdivisões, corre-se igualmente o risco de ser normativo, de cair no perigo da manualização e, com isso, de se cristalizar procedimentos que na maioria das vezes se pretendem múltiplos e livres”. Ciente desse risco, nas páginas que se seguem, mostraremos um esboço do que existe sobre cartografias sociais (ou outra terminologia que seja adotada pelo(a) pesquisador(a) ou entidade) e as narrativas cartográficas, sem a pretensão de enquadrar tais trabalhos no que está apresentado aqui.

abordagem tradicional, mas possibilita viabilizar outros territórios, perspectivas e visões socioeconômicas e político-culturais não visíveis (SEEMANN, 2013a).

Porém, o que importa nessas cartografias não é apenas o produto final, mas o processo e contextos de mapeamentos dos saberes e fazeres desses atores, notando todas as nuances e peculiaridades inseridas. Estes mapeamentos partem das geograficidades que não estão registradas e esquematizadas. Concomitantemente, no processo é preciso notar os modos de fazer, pensar, tematizar e estruturar essas geograficidades no mapa, sendo isso dialogado principalmente nas socializações que ocorrem no ato criativo-criador, seguindo a metodologia das narrativas cartográficas.

As narrativas cartográficas podem ser delineadas como uma metodologia colaborativa não extrativista entre o(s) ator(es)-mapeador(es) e colaborador(a/es/as) de expor no papel ou no computador os diálogos das suas geograficidades atuais ou passadas. O produto gerado dessa atividade pode ser indecifrável, mas o que valerá serão as narrativas mapeadas sobre o vivido, das quais o(a) pesquisador(a)-colaborador(a) se valerá, avaliando os enredos cartográficos. Então, se mostrarão as histórias e memórias do território com suas apresentações no papel ou no digital, com explicações feitas no processo.

As narrativas cartográficas têm o poder ilimitado de contar e decodificar as histórias existentes no mapa em um processo espaço-temporal (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). A partir disso, Caquard e Cartwright (2014) colocam que as histórias orais, obras escritas e audiovisuais feitas ou produzidas pelos atores sociais⁵ são extensamente estudadas e mapeadas. Cabe lembrar que as narrativas cartográficas, assim como as cartografias sociais (ASCELRAD, 2010; ALMEIDA, 2013), não são feitas em sua maioria por uma demanda vinda desses povos excluídos e marginalizados, pois estes não reconhecem seu poder⁶.

Cabe salientar aqui que o(a) colaborador(a) poderá suscitar questões para que o(a) mapeador(a) indique informações que não se lembre ou não queira colocar. Caso se note que há informações inverídicas, poderá o(a) colaborador(a) questionar a autenticidade dos

⁵ No decorrer da pesquisa será utilizado o termo *atores sociais*, mas este não significa que não haja r-existência de mulheres em tais atos descritos. Porém, por uma questão metodológica e teórica, baseada nos referenciais sociológicos, resolveu-se aqui adotar tal termo, mesmo sabendo que há o feminino das palavras, atrizes sociais.

⁶ Ao utilizar o termo *poder* queremos mostrar que esses atores excluídos, silenciados, esquecidos e marginalizados não conseguem notar as inúmeras potencialidades que possuem para trazer à tona o que entendem do mundo. Muitos desses, por serem iletrados ou com pouco estudo, apontam não ter autonomia para expor na forma escrita ou desenhada seus conhecimentos. Entendemos que essa limitação é construída pela geograficidade colonial (PORTO-GONÇALVES, 2017). Nesse sentido, quando vistas tais desautonomias no decorrer da pesquisa, buscou-se mostrar de diversas formas o seu poder, mas sem forçar uma participação para não ter coisas ditas sem vontade.

fenômenos apresentados e, assim, tomar as medidas legais cabíveis. Isso se fará, pois essa metodologia coloca em risco o poder, aqui entendido como forma de visualizar a relação multidimensional (RAFFESTIN, 1993). Porém, ao mesmo tempo, revelará as geograficidades desses atores sociais nunca expressa de tal maneira.

Essa metodologia também levanta alguns desafios para a cartografia, como melhorar a expressão espacial do tempo, emoções, ambiguidades, conotações, a mistura de escalas pessoais e global, as dúvidas sobre lugares reais e fictícios, sonho e realidade, alegria e dor (BURINI, 2008; SEEMANN, 2013a; CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). Ainda, essa metodologia induz a que os mapas sejam menos cartesianos, sendo muito válida na arte. Assim, as imagens gráficas feitas, em sua maioria serão de mapas mentais e artísticos, tendo muito menos rigor com as orientações basilares da abordagem tradicional. Ao se fazer isso, se possibilitará “ver melhor como uma narrativa é colocada em uma geografia, como uma geografia informou ou influenciou um autor ou como a narrativa está "acoplada" a uma geografia ou paisagem particular” (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014, p. 101, tradução nossa). Desse modo, se observará as geografias daquele local, suas dinâmicas, seus dilemas e suas influências na vida social do ator(a) mapeador(a). Com estes mapas internos pode-se geolocalizar e decodificar as histórias (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014).

Partindo dessas conjecturas, o foco dessa pesquisa é aplicar a metodologia das narrativas cartográficas como um potencial para atores sociais exporem suas geograficidades. O recorte espacial escolhido foi o distrito de Arajara, Barbalha, Ceará, sendo selecionado um grupo de pessoas específicas, os que trabalham direta ou indiretamente no agroextrativismo de coco babaçu, pois esses vêm sofrendo com o processo de modernização do espaço, abarcado pelo capital colonizador. A população agroextrativista da comunidade do distrito de Arajara possui 25 famílias que trabalham com os babaçuais há várias gerações, sendo estes, para muitas famílias a única fonte de renda. Contudo, os babaçuais vão além disso, pois implicam relações sociais, ambientais e culturais de transmissão de saberes e fazeres populares. Mesmo assim, essa atividade vem sofrendo com as novas demandas e interesses crescentes no local onde está inserida, na região do Cariri, no sul do estado do Ceará.

Por conseguinte, há um processo de perda da tradição cultural existente nessas zonas de babaçuais. Nesse processo permeiam problemas como a degradação ambiental, a especulação imobiliária nas zonas agrícolas, a pressão exercida pelos grandes projetos hídricos, a lógica industrial e mineral se apossando dos recursos provenientes da natureza, entre outros. Assim, aos poucos vai se perdendo a compreensão das histórias, dos contextos do espaço e vão

se esgotando os recursos naturais. Logo, as populações ficam prejudicadas em suas identidades, suas territorialidades, histórias e recursos naturais. Diante de tal fato, precisamos analisar os processos históricos, apreendendo estes problemas. Para isso é essencial o uso da cartografia social, mais especificamente das narrativas cartográficas. Dessa forma, a problemática colocada nessa pesquisa foi buscar entender se nas narrativas cartográficas feitas pela população dos agroextrativistas do babaçu de Arajara aparecem as suas histórias, identidades e dilemas existentes. Nesse sentido, os objetivos específicos da pesquisa foram: enunciar, pela pesquisa documental e pesquisa empírica, a organização histórico-territorial-cultural-ambiental da atividade do coco babaçu do distrito de Arajara e avaliar se as narrativas cartográficas podem ser uma metodologia pertinente para a apreensão das espacialidades e identidades dos atores, comunidades e grupos que praticam a extração e manejo do coco babaçu.

Cabe ressaltar que algumas pesquisas já foram realizadas com esse grupo, porém, nenhuma se aprofundou no âmbito da geografia ou contribuiu diretamente para e por eles(as), os atores sociais. Por isso, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa colaborativa com metodologia não extrativista⁷, pelo uso das narrativas cartográficas e pode ser colocada dentro das perspectivas teórico-metodológicas das cartografias sociais. Todavia, para se chegar nas narrativas cartográficas com este mapeamento social é preciso conhecer a comunidade profundamente e entender seus dilemas. Desse modo, o capítulo I trata da discussão dessa cartografia social, colocando a diversidade de conceitos, metodologias e práticas existentes no mundo e no Brasil. Para realçar essa discussão do agroextrativismo do babaçu se dará ênfase nas produções cartográficas de cunho social do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, liderado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Com isso, refletindo sobre as produções cartográficas dos babaçuais feitas anteriormente pelo Estado, se notará a visibilidade da

⁷ Partindo dos pressupostos de Boaventura de Sousa Santos (2014), essa metodologia tem o intuito de construir o conhecimento junto com a comunidade e não para a sociedade que é o foco da pesquisa, sendo essa co-criadora e co-labor-ativa dos conhecimentos descritos (FARIA, s/d; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Nossas ideias vão além daquela de que a sociedade é apenas participante, mas não cria conceitos, ideias e pensamentos que vão ser postos no papel (FARIA, s/d). Então, é “mais que uma devolução, partilha, troca ou *empowerment* junto aos sujeitos sistematicamente excluídos ou tutelados” (FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018, p. 401). Assim, o pesquisador-colaborador mostra que há uma co-responsabilidade do trabalho feito, possuindo colaborações de atores que não escrevem, mas narram seus saberes, fazeres e conhecimentos (FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). A partir do uso dessa metodologia mostraremos uma natureza ética, política, social, cultural e epistemológica (SANTOS, 2014; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Cabe ainda ressaltar que ao longo do percurso dessa pesquisa houve diversas dificuldades e enfrentamentos para lidar com tal posição, mas há aqui a convicção dessa ser um dos caminhos para não se negar a existência de outras epistemes e desvelar que se produz conhecimentos, sendo muitos milenares, fora de um laboratório, de um gabinete, de um trabalho acadêmico, de uma universidade. E esses conhecimentos não são menos importantes por não estarem na jurisprudência das leis do mundo acadêmico, merecendo serem prestigiados e citados.

sociedade e de seus dilemas nesses mapas, feitos para e pelos atores não hegemônicos, que podem vir a ser uma contribuição para ações que busquem direitos humanos e justiça social.

No capítulo II se apresentará o distrito de Arajara, mostrando seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais. É detalhada nessa discussão a potencialidade das atividades agrícolas do distrito, como a extrativista, pelos fatores ambientais e culturais constituídos, tanto para o município, como para a região do Cariri cearense. Assim, o distrito se torna reconhecido como centro de mercadorias de qualidade nas feiras locais, mas há uma negligência com os(as) agroextrativistas do babaçu.

O capítulo III trará o debate sobre as relações socioeconômicas no agroextrativismo do babaçu. A partir dos dados disponíveis em Ayres Júnior (2007), no Censo Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Anuário do Ceará, serão mostrados os fatores que levaram o babaçu a ser um produto com valor econômico para o mercado, sendo até exportado para outros países. Como consequência disso, o babaçu se tornou uma mercadoria para a agroindústria em determinado momento histórico, constituído no processo de modernização, com a utilização de máquinas, além do crescimento de estabelecimentos e uma relativa produção. Contudo, quando este deixa de ser interessante para o mercado, traz consequências impactantes para a população agroextrativista que trabalha nos babaçuais, levando a um processo de crise e r-existência.

No capítulo IV será exibida a crise e r-existência notada no distrito de Arajara e a proposta de um processo de pesquisa explicativa com metodologias não extrativistas para a compreensão das questões locais com os(as) agroextrativistas do babaçu. Neste tópico será exposto o delineamento metodológico da pesquisa, o levantamento documental e cartográfico da comunidade, além de conversas iniciais com os sujeitos da pesquisa. Através da identificação das problemáticas de identidade e conhecimento histórico-territorial com e pelos(as) agroextrativistas e com a adesão da comunidade à proposta da pesquisa, se mostrará a opção feita pela produção de mapas mentais, com o objetivo de trazer à tona as narrativas cartográficas.

No último capítulo serão debatidos os resultados desse mapeamento e as narrativas cartográficas feitas pela comunidade. Aqui se discutirá como esses mapas e narrativas trouxeram dados espaciais sobre a atividade agroextrativista do babaçu no distrito de Arajara, os processos iniciais dessa atividade, seu período de auge, seu processo de modernização, as dificuldades e a crise que enfrenta. Além disso, serão apresentadas as contribuições da

comunidade a partir do seu cotidiano. São ressaltadas as possibilidades e desvantagens do processo de pesquisa desenvolvido para essa população e, a partir dos resultados obtidos, a proposta de um projeto mais duradouro de cartografia com a comunidade, com vistas ao empoderamento para suas lutas de r-existência.

CAPÍTULO I - CARTOGRAFIA SOCIAL: PODER PARA R-EXISTÊNCIA

A saber: como qualquer mapa, um mapa radical deve ser útil (em que ele aborda uma necessidade), utilizável (em que deve ser acessível ao emprego, ou seja, ele deve permitir o acesso a um ambiente ou situação de uma forma empregável por um usuário em potencial) e persuasivo (o que significa dizer que ele deve convencer um usuário em potencial de que ele próprio é uma caracterização confiável, ou pelo menos razoável, dessa situação ou meio e que seria vantajoso para o usuário empregá-lo como um guia). (DENIL, 2011, tradução nossa)

As imagens cartográficas podem servir para comunicar, mostrar, esconder, conservar, sustentar, manter, estruturar, reivindicar e controlar visões sobre o espaço geográfico. Nesse sentido, Besse (2008, p. 20, trad. nossa) considera que as imagens cartográficas seriam “um discurso vinculado as intenções políticas em particular, portanto vinculado a um contexto, e destinado a produzir efeitos de poder na sociedade e na cultura”.

Harley (2001) iniciou o debate sobre ler nas entrelinhas dos mapas, pois a cartografia é uma linguagem que contém um discurso subliminar. Segundo esse autor, os processos cartográficos são atos deliberados para vigiar e adaptar cognitivamente os valores, interesses e crenças do mapeador. Todavia, isso é feito de forma sutil e fugaz através de regras ocultas num discurso cartográfico, levando a criar geometrias subliminares, tendo silêncios e camadas hierárquicas representadas cartograficamente que servem ao *poder*⁸ (HARLEY, 2001).

Mesmo que o trabalho de Harley tenha deixado lacunas teóricas e metodológicas, trouxe à tona a esquizofrenia ontológica/existencial que emergia da cartografia clássica (GIRARDI, 2012). Kitchin, Gleeson e Dodge (2013, p. 480, trad. nossa) colocam que a cartografia clássica “consistia em um conjunto de conhecimentos ônticos, (...) no qual há uma ontologia fundada e incontestável sobre como o mundo pode ser medido e significativamente representado”. Essa noção foi desconstruída com as contribuições de Harley. Ele não foi o único nesse período a fazer uma desconstrução crítica do mapa, tendo outros trabalhos (COSGROVE, 2008). Ao verificar essas inúmeras críticas temos que pensar a cartografia em outro sentido, fugindo de

⁸ Vale ressaltar que quando tratamos de poder se busca notar que este, mesmo não sendo uma categoria de análise, baseia estudos da produção espacial e temporal (RAFFESTIN, 1993). Nas palavras de Claude Raffestin (1993), o poder não estaria preso a um centro que pulsa a soberania para o restante, mas estaria difundido/disperso de forma desigual e combinada, em unidades locais e instáveis. Nesse sentido, Raffestin (1993) mostra que a natureza do poder está em ser exercido a partir de inúmeros pontos; estar intimamente ligado a outros tipos de relações (econômicas, sociais, políticas, culturais, saber, etc.); ter surgido sem uma oposição de dois lados (dominador e dominado); ser proposital e não subjetivo; de existir resistência a sua relação, sendo assimétrico e nunca exterior. Por isso, o autor indica que, ao organizar uma lógica de um discurso para o poder, se desintegra e destrói outras formas de discursos existentes. Salienta-se que o poder da imagem cartográfica começou a ser refletido profundamente pela geografia nas últimas décadas, tendo como grande porta-voz J. B. Harley.

um viés da cartografia “exata, friamente objetiva e alheia à nossa realidade” (SEEMANN, 2013a, p. 13). Seemann (2013a) também coloca que, pelos traumas cartográficos que tivemos em nossa vida, em especial os obtidos na escola (que são sinônimos de cálculo), não aproveitamos o mapa como uma linguagem excelente para comunicar e expressar o espaço geográfico. Nessa perspectiva, podemos indagar: até que ponto utilizamos os mapas para pensar e entender as histórias, eventos e dinâmicas espaciais para buscar transformações?

É fato que estamos entranhados de imagens cartográficas que fazem parte do nosso cotidiano e não nos imaginamos sem elas (WOOD, 2010a; SEEMANN, 2013b). Pode ser na previsão do tempo, em notícias de jornais (televisão/web), sobre algum fato ou fenômeno de um local, nos aplicativos do celular, nas redes sociais da internet, em algum estabelecimento ou em cidades turísticas, enfim, os mapas estão presentes no nosso cotidiano. Denis Wood (2010a, 2010b, 2013) nos diz que a imagem cartográfica se transformou em algo imprescindível nos dias atuais e que é inimaginável uma vida sem ela. Nesse sentido, Cosgrove (2008, 2014) coloca que é pelo crescente interesse por mapas e mapeamentos dentro da vida social que aumenta a importância de estudar geograficamente os usos e implicações socioculturais destes para a produção do espaço e da sociedade. Como Pickles (2004, p.5, tradução nossa) coloca, “os mapas fornecem as próprias condições de possibilidade para os mundos que habitamos e os assuntos que nos tornamos”. Para Fonseca (2007, p. 94):

Um mapa é uma representação de tipo analógica, quer dizer: nele se encontraria parte da lógica do seu referente. Essa lógica é dada de início, grosso modo, pois um mapa e seu referente são espaços. Mas, se o espaço cartográfico é apenas geométrico/euclidiano, o potencial dessa analogia vai encontrar alguns limites sérios. Há modalidades de organização do espaço geográfico (espacialidades) de dominante topográfico, contínuos e contíguos, portanto com forte analogia com o espaço euclidiano, mas não uniformes, e nesse caso não há analogia.

Isso não quer dizer que mapas feitos nessa modalidade tradicional não sejam importantes, mas eles não conseguem mostrar todos os fenômenos geográficos existentes no mundo (FONSECA, 2007; SEEMANN, 2013a). Lévy (2008) considera que, para rever isso, é necessário não olhar o mapa como a personificação do espaço, mas como um espaço que é feito pela construção social. Assim, com as contribuições de Harley (2001), iniciou-se uma

contracultura cartográfica “em resposta a cartografia convencional elitista⁹” (PARKER, 2006, p. 471, trad. nossa).

Essa contracultura, segundo Parker (2006, p. 471, trad. nossa), trouxe os geógrafos críticos como J.B. Harley para questionar as intenções e o papel determinante do mapa na formação do mundo, assim “(...) uma cultura de mapeamento populista se materializou, encorajada por novas tecnologias de mapeamento relativamente acessíveis (...)”, podendo constituir, com isso, questionamentos do papel das imagens cartográficas para ajudar a produzir ideias igualitárias, sociais, de solidariedade, etc, e “dissipar a mística cartográfica” que envolve mapas e solicita-lhes “respeito e credibilidade indevidos”.

Dessa maneira, se deve entender que o ato de cartografar é o ato de criar discursos, enredos, narrativas espaciais. Conforme Fonseca (2007), é preciso desnaturalizar, flexibilizar o espaço cartográfico, mostrando que este não é somente de especialistas¹⁰, mas pode ser fundamental para todos que o usam¹¹, criando

(...) condições para uma Cartografia mais participativa (menos auto-referente (sic), para domínio de poucos), instrumento importante para ações de planejamento compartilhado socialmente, o que seria uma contribuição de

⁹ O termo referido pela autora sugere uma crítica a ideia de quem poderia produzir mapas, sendo essa função destinada, depois da modernidade, aos especialistas, denominados cartógrafos. Essa noção teve um papel duplo: (1) centralizar a produção cartográfica na mão da elite e; (2) desterritorializar os saberes e fazeres das populações saqueadas (MASSEY, 2008). Isso se tornou essencial no período da expansão ultramarina e saques das terras não europeias, para a elite que comandava, desterritorializando para se apropriar dos saberes e fazeres desses locais (MASSEY, 2008). Ao se apropriar, estes nomeavam e colocavam como próprios deles, tirando o poder dos verdadeiros donos do conhecimento (MASSEY, 2008; SANTOS, 2014). Essas populações marginalizadas foram domesticadas nesse processo a não conhecerem suas potencialidades e saberem que poderiam contar e representar do seu modo o espaço. Ver mais sobre o assunto em Massey (2008), Wood (2010a), Acseirad (2010, 2013), Santos (2014) e Porto-Gonçalves (2017).

¹⁰ Vale ressaltar que o ato de desnaturalizar o mapa vai tencionar a abordagem tradicional, as convenções existentes e a forma clássica como é visto o mapa (FONSECA e OLIVA, 2013). O mapa como uma linguagem para representar o espaço não precisa ter todos os elementos, ter cores padrão para mostrar determinados fenômenos e ter uma fidelidade geométrica. Sua preocupação em comunicar a informação pode ser feita de diversas maneiras (SEEMANN, 2013; GIRARDI, 2012), mas que são chamados de não-mapa (DENIL, 2011). Sobre isso, precisamos ser radicais cartograficamente (DENIL, 2011), tanto nas questões teóricas como nas práticas. Segundo Denil (2011, tradução nossa): “Uma cartografia realmente radical seria aquela em que o esquema aceito de mapeabilidade, ou partes significativas dela, é quebrado e substituído. A radicalidade cartográfica, como condição, seria conotada por uma grande mudança paradigmática: uma mudança que introduz novidades de vocabulário, gramática e sintaxe. Essas mudanças não precisam ser tão completas a ponto de tornar o antigo esquema completamente obsoleto para que ele desapareça, mas a mudança representaria claramente uma ruptura com o passado e um salto para um novo esquema. A mudança tiraria o mapa radical do paradigma para determinar seu uso, usabilidade”. Assim, desnaturalizar sairá do viés ‘academicista’ que o mapa foi enclausurado no processo da construção moderna da ciência (PORTO-GONÇALVES, 2017), seguindo que há leis/regras universais para representar cientificamente o espaço. Apontaria alternativas e pluralidades de mapas.

¹¹ É essencial fazermos o que Wood (2013, p. 49) propõe “viver um pouco menos nos mapas e um pouco mais no mundo” e através de abordagens alternativas da cartografia dar voz a narrativas e enredos territoriais, mostrando discursos existenciais e não oficiais/hegemônicos. É necessário deixar as pessoas expressarem e representarem no papel suas narrativas espaciais.

valor e democrática que a Cartografia poderia oferecer para as sociedades. (FONSECA, 2007, p. 108)

Considerando esses aspectos, podemos notar diferentes visões do espaço, se sairmos dos discursos oficiais para ouvir outras vozes (SEEMANN, CARVALHO, 2017). Outras vozes que, em sua maioria, foram silenciadas, esquecidas, marginalizadas ou preteridas, ao mapear contra esse discurso oficial e ‘verdadeiro’ posto nas imagens cartográficas (PARKER, 2006). Nesse processo, é necessário dar o poder deles falarem de seus territórios e suas perspectivas de mundo. E isso só surge quando entendemos que na cartografia também há um cunho social.

Diversidade de concepções conceituais e metodológicas da cartografia de cunho social

A abordagem de cunho social na cartografia possui diferentes concepções conceituais e metodológicas (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013), usando distintas terminologias para se definir, como apontou Seemann e Carvalho (2017). Dentre essas terminologias encontramos: cartografia social (ACSELRAD, 2010; ALMEIDA; FARIAS JR., 2013); cartografia participativa (FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA, 2009); cartografia alternativa (GIRARDI, 2012); cartografia subversiva (PINDER, 1996; SEEMANN, 2010, 2013a); cartografia radical (DENIL, 2011); cartografia comunitária (WOOD, 2010a); contra-mapeamento (WOOD, 2010a); cartografia crítica (CRAMPTON; KRYGIER, 2008); mapas colaborativos (ALMEIDA e FARIAS, 2013); etc.

Acselrad e Viégas (2013, p. 17) consideram que o termo cartografia social seja mais adequado, em especial contra o termo participativo, pois o participativo foi se tornando banal para empreendimentos econômicos que o usam para lucrar financeiramente. Esses autores consideram que nesse jogo podemos ter diversas possibilidades tomando o mapa para os interesses de atores hegemônicos, utilizando-os para se favorecer, distorcer ou mentir em relação ao que está no espaço geográfico. Acselrad e Viégas (2013) ainda ponderam que os financiadores de redes institucionalizadas para as iniciativas feitas pelo Estado, grandes organizações ambientais ou empresas multinacionais podem usar os mapas participativos para seus interesses. Desse modo, “conhecer essas redes é saber sobre quem participa desse processo, como e quanto” (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p. 20). Estes autores afirmam que cartografar em conjunto advém da coletividade de uma sociedade, do pesquisador ser participante e o participante ser pesquisador. Destarte, o participativo mais do que social significa que há uma

relação mútua dos envolvidos com o mapeamento. Além disso, o social pode conotar que toda a sociedade participa do processo e com isso se insinua que há um processo na junção de atores hegemônicos com os não hegemônicos para o mapeamento e não uma produção de um mapa de baixo para cima (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013).

Entretanto, outros(as) autores(as) usam a terminologia cartografia participativa, pois não adentram nesse debate supracitado. Dessa maneira, Fernanda Padovesi Fonseca e Eduardo Paulon Girardi (2016, p. 67) a definem como: as “metodologias e as práticas que envolvem um conjunto de pessoas, que podem ser desde comunidades tradicionais até pesquisadores, para que se chegue a um produto cartográfico que consiga expressar os problemas, as deliberações e os conjuntos de saberes postos em prática pelo coletivo”¹². O *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009, p. 4) aprofunda a definição e coloca que:

Os mapas participativos fornecem uma representação visual valiosa do que uma comunidade considera seu lugar e suas características distintas. Eles incluem descrições de características físicas naturais, recursos e características sócio-culturais conhecidas pela comunidade. A cartografia participativa é multidisciplinar. O que a distingue radicalmente da cartografia e da cartografia tradicional é o processo pelo qual os mapas são criados e os usos para os quais eles são subsequentemente destinados. O mapeamento participativo se concentra em fornecer competências técnicas e conhecimentos necessários para os membros da comunidade criarem seus próprios mapas, representam o conhecimento espacial desses membros, asseguram que eles determinem a propriedade dos mapas, como e para quem comunicar as informações fornecidas. O processo de mapeamento participativo pode influenciar a dinâmica interna de uma comunidade, porque pode ajudar a unir a comunidade, para incentivar os seus membros a participar da tomada de decisão, aumentando a conscientização sobre os problemas prementes relacionadas com a terra e, finalmente, contribuir para o empoderamento das comunidades locais e seus membros.

Já para Wood (2010a) há duas perspectivas fortes na cartografia de cunho social: uma utiliza o mapa para representar os dilemas sociais e outra, mais radical, que usa os mapas para protestar e instigar a busca por soluções para os dilemas sociais. Porém, cada qual se diferencia pelo tipo de metodologia que vai ser empregado.

A metodologia é um ponto central nessa discussão, pois influenciará nos modos e fatos que teremos alcançados com o mapeamento. Tendo essa noção, o *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009) detalha as possibilidades metodológicas possíveis, colocando-as

¹² Cabe ressaltar que ao se referir ao coletivo, comunidade ou outra palavra que crie a ideia de grupo, não significa dizer que existe um vínculo de reciprocidade, solidez, consensos ou valores compartilhados entre os participantes, como sugere Parker (2006). Entretanto, para se fazer o mapa participativo é preciso uma coletividade de vários membros ou todos que vivem na área a ser mapeada (PARKER, 2006). Além disso, Parker (2006) argumenta que os mapeamentos devem buscar a inclusão, a troca de conhecimentos e a transparência entre os participantes.

como o foco para as comunidades rurais, destacando: mapeamento artesanal; mapeamento usando mapas e imagens de satélites; maquetes; mapeamento a partir de Sistema de Informação Geográfica (SIG); mapeamento pela cartografia multimídia e webcartografia. A partir desse estudo, em seguida detalhamos cada uma dessas.

Mapeamento artesanal: O *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009) indica que este mapeamento é ligado a uma cartografia não convencional, onde membros das comunidades representam suas memórias em mapas mentais ou croquis. Estes podem ser elaborados no chão, papel, poesias, contos literários, músicas, performances corporais, danças, teatro, instalações artísticas ou outra forma criativa de expressar o espaço (WOODWARD, LEWIS, 1998). Serve para mostrar as visões que a comunidade tem do território, não sendo baseado em medições precisas, escala permanente ou georreferenciada, mas conseguem revelar características peculiares do terreno e tamanhos relativos (FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA, 2009). Como essa fonte lembra, estes mapas são usados em avaliações iniciais, podendo ser ponto de partida para avaliar questões e visões do território. Imediatamente, essa metodologia é útil para os atores não alfabetizados ou semialfabetizados, como os grupos que habitam florestas, indígenas e agricultores. Seu procedimento é feito a partir de algumas questões propositivas do(a) colaborador(a)/pesquisador(a), tendo a autonomia cartográfica para utilizar suas regras e métricas, nas quais não precisa inserir os elementos de um mapa e nem seguir as proposições teóricas para produzi-lo (FONSECA, GIRARDI, 2016). Além disso, possibilita um fortalecimento dos atores, ao entenderem e narrarem seus conhecimentos dos territórios com mapas que não estão no papel, sendo sua métrica espacial e não possuindo grandes influências do colaborador/pesquisador em suas visões (SEEMANN, 2013a).

Os aspectos positivos dessa prática são que o(a) colaborador(a)/pesquisador(a) e/ou os participantes percebem, em um curto espaço de tempo, os dilemas que ali ocorrem, trazendo resultados palpáveis quase de imediato. Além disso, essa técnica não depende das tecnologias espaciais, não precisando de um treinamento para mapeamento, se tornando algo barato e fácil. É indicado para grupos que estão tendo primeiros contatos com práticas cartográficas. Conforme o órgão, os pontos negativos dessa metodologia são que os produtos gerados não são georreferenciados, dificultando a precisão dos mesmos, sendo pouco útil na localização. Desse jeito, os mapas são frágeis no ponto de vista legal, pois há pouca credibilidade por serem efêmeros, não podendo defender interesses de demarcações ou direitos da comunidade. Assim,

seus efeitos de mudanças a longo prazo são mínimos, necessitando de novas práticas cartográficas mais aprofundadas para o empoderamento dos que participam.

Mapeamento participativo usando mapas e imagens em escala: Num mapa topográfico, mapa base ou em uma imagem de satélite, onde os atores-mapeadores também podem ter validade para representar num cunho social. Utilizando a xerox do mapa, da imagem de satélite ou de uma folha transparente, cada pessoa pode marcar e destacar com lápis (de cor), pincel, caneta ou caneta hidrocor, as informações espaciais pertinentes, podendo depois ser apresentado e dialogado em grupo. Após essa etapa, há a possibilidade de transferir para o computador ou desenhar a mão para elaboração futura de mapas oficiais desses atores sobre seu território. Ressalta-se que essa metodologia é usada, na maioria das vezes, para se ter mapas que possam confrontar as informações postas nos mapas oficiais. Por utilizar imagens de satélites é benéfica para as pessoas que não sabem ler mapas ou não são alfabetizadas, podendo ser feito individualmente ou em grupo, tendo ainda o ganho de colocar informações precisas do terreno, principalmente referências dos recursos naturais e locais. É indicado pelo órgão para trabalhar com indígenas, habitantes das florestas e agricultores, sendo preciso para sua efetivação a realização de oficinas anteriores, explicando como fazer. Há também a abertura para utilizar dados coletados no GPS, bússola e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para adicionar mais informações.

O uso dessa abordagem facilita a divulgação de informações espaciais precisas da visão territorial da comunidade, sendo barata e rápida, com um potencial para utilizarmos e confrontarmos os mapas oficiais para refazê-los. Essa atividade também promove a elaboração de informações quantitativas e qualitativas concisas onde não há mapas disponíveis, como áreas restritas, esquecidas e/ou marginalizadas, onde vivem habitantes da floresta, indígenas e agricultores. Porém, segundo o órgão, requer tempo e energia para produzir os mapas. As dificuldades apresentadas para se colocar em prática essa metodologia estão em encontrar mapas oficiais ou imagens de satélites da localidade, principalmente se o recorte espacial for pequeno, tendo ainda o problema de encontrar sua exatidão ou uma base cartográfica atualizada. Caso as informações não estejam corretas nos mapas disponíveis, deve-se levantar com a comunidade quais os erros para depois narrar e desenhar as informações sobre eles. Outra coisa a ser dita é que no exercício de passar as informações desses mapeamentos para o mapa oficial, há necessidade de se ter domínio da teoria da cartografia ou saber usar um software, o que pode dificultar o andamento dos trabalhos. Caso queira que os membros da comunidade elaborem o mapa, é preciso de uma capacitação e de acesso aos equipamentos para produção de mapas. Por

isso, na maioria das vezes é feito pelo(a) colaborador(a)/pesquisador(a) e apresentado à comunidade, ocasionando uma perda para a comunidade que não participou efetivamente da elaboração do mapa.

Modelos tridimensionais participativos (Maquetes): essa ação é alcançada pelos conhecimentos da população sobre os dados de altimetria, curva de nível e profundidade do mar, por exemplo, que produzem modelos diferentes com escala e seu georreferenciamento. Para conseguir elaborar os modelos, pode se valer de dados coletados em campo e com conhecimento dos participantes, buscando apreender, expor e delinear o território. Obtendo os dados, estes podem ser tratados, digitalizados e incorporados em um SIG. Ao final se constrói uma maquete do território, utilizando os recursos que considerar necessários, para expor onde a comunidade considerar conveniente e necessário.

A vantagem de tal metodologia é que se pode fazer com grupos alfabetizados. Contudo, para elaborar este modelo requer muito tempo e muito trabalho. Todavia, este tempo dedicado pode ser importante para troca de saberes e conhecimentos espaciais dos participantes. Outro problema é a dificuldade de guardar e transportar a maquete, tornando também difícil um enfrentamento com o Estado e seu mapa oficial para tomada de decisão.

Sistemas de Informação Geográfica (SIG): O órgão coloca que o uso do SIG para práticas de mapeamentos de cunho social tem sido um meio que vem ganhando força na última década pela democratização das tecnologias espaciais (PALSKY, 2013). Com o SIG se viabiliza discutir questões sobre tomada de decisões no território, armazenando, tratando e expondo as informações de dados espaciais e não espaciais. O benefício de se trabalhar com o SIG é a elaboração de planejamento e administração territorial. Outra facilidade apresentada é sua funcionalidade ao desenhar as gestões de recursos naturais e territoriais. Além disso, com o SIG há possibilidade de produção de mapas não oficiais que podem contrariar o mapa oficial (ALMEIDA, FARIAS, 2013). Porém, existe a questão de qual SIG seria o mais acessível e útil aos membros da comunidade pois, para aprender a utilizá-lo é necessária uma intensa e penosa aprendizagem. Dessa maneira, como dito acima, muitas vezes o colaborador/pesquisador coleta as informações da população e produz o mapa. Contudo, essa possibilidade traz como problema uma distorção da visão da comunidade pela pessoa que cria o mapa.

Cartografia multimídia e webcartografia: Sabendo que os conhecimentos tradicionais dos territórios são transmitidos oralmente, e ainda entendendo que muitas das pessoas que

possuem tais informações não conseguem expor graficamente¹³, cartografia multimídia e webcartografia poderiam ser a solução, derivando bons resultados para a complexidade de dados. Essa abordagem metodológica utiliza as imagens cartográficas com outros recursos, como: fotografias, imagens, vídeos e gravações sonoras. Essa prática cartográfica está cada vez mais acessível devido à internet, tornando as pessoas autônomas, sem precisar ter especialistas. Seu papel possibilita ter dados qualitativos complexos do território da comunidade, servindo para tomada de decisões e defesa de direitos sociais. Disso há uma descomplicação da comunicação dos atores sociais da localidade com o mundo externo, pois é um formato acessível e atrativo, especialmente os audiovisuais. Nisso, os(as) mapeadores(as) criam uma mediação de conhecimentos, tanto da comunidade, como de informática. Essa prática é mais simples e barata que o SIG.

Sobre os aspectos negativos, o órgão coloca que os resultados para a comunidade são demorados, requer ter computadores e capacitar os atores para usá-los, principalmente nos programas de edição de audiovisual. As informações são mais difíceis de capturar se conferidas com os mapas que são marcados, decalcados ou mapas com pouco grau de rigor métrico (mentais e croquis). Também é salientado que é perigoso os especialistas se fiarem somente na metodologia em vez da participação. Ainda é salientado que existem locais que não possuem eletricidade, prejudicando ou inviabilizando essa dinâmica.

A partir das ideias do *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009) observamos as possibilidades reais de ir além da cartografia oficial, trazendo uma visão construtivista realista do espaço (LÉVY, 2008) da comunidade. Essa cartografia mostra diferentes territorialidades, re-operando, narrando e reparando o território, servindo como forma de demarcar, mostrar, construir as visões, o que faz com que a cartografia social saia da noção oficial, na qual foi postulada sua utilidade pragmática para a localização de acidentes geográficos e imóveis que são selecionados por critérios, ocasionando que alguns poderão acabar não aparecendo na imagem cartográfica (GIRARDI, 2008).

Conforme Parker (2006, p. 471, tradução nossa), existem cuidados que devem ser levados em conta para o trabalho da cartografia com cunho social, dentre os quais:

“O investimento financeiro é necessário para contra-mapas especializados; os mapas têm o potencial de "congelar" processos sociais dinâmicos no tempo. As agendas de contra-mapeamento podem ser cooptadas ou desfocadas em comunidades que colaboram com entidades externas, por exemplo, Peluso

¹³ Ao citar esse termo se quer colocar todo o tipo de linguagem que pode ser expressa por uma grafia, desde a escrita até linguagens visuais.

(1995); Rocheleau e Edmunds (1997); Hodgson e Schroeder, (2002); surgimento de dificuldades na tradução cultural e na interpretação entre mapas baseados na comunidade e mapas convencionais (RUNDSTROM, 1990); as noções de "comunidade" são muitas vezes problematizadas no mapeamento (KOSEK, 1998); e pode haver um potencial limitado de mapas para exercer mudanças sociais na ausência de uma intervenção social ou política mais ampla”.

Além disso, Parker (2006) afirma que o uso das tecnologias espaciais e do SIG devem também ter cuidados para que os atores hegemônicos possam se envolver e tomar as decisões, inclusões sociais, capacitação e democracia. Ela ainda aponta que há uma variedade de mapas sociais que podem ser feitos, dentre os quais mapas ecológicos, mapas ativos, mapas paroquiais e mapas biorregionais. Conforme a autora, poucas experiências existem para entender as motivações subjacentes, ou as metodologias de produção ou sobre métodos para analisar estes mapas, particularmente que envolvam a questão de igualdade e poder.

Vale também salientar que, mesmo com essas diferenças terminológicas e de perspectivas metodológicas, a prática de mapeamento com cunho social é sobretudo um ato político feito em um contexto de instabilização da sociedade perante os acontecimentos do mundo capitalista contemporâneo (WOOD, 2010a). Se olharmos para a história espacial do sistema capitalista iremos ter dois movimentos delineados: o primeiro que busca localizar, traçar novos horizontes ou fronteiras para esse acúmulo de riquezas e o segundo, que é o da modificação de espaços pré-existentes, com apagamento e destruição de comunidades tradicionais que viviam nesses espaços, obtendo terra, trabalho, cultura e recursos naturais para entrarem nos circuitos da produção comercial (ACSELRAD, 2015). É para essa realização que o mapa foi sempre utilizado.

Desse modo, os mapeamentos de cunho social servem de contrapelo ao que está posto pelos atores hegemônicos em escala local, regional, nacional ou global. Acselrad e Viégas (2013, p. 17-18) consideram que, ao fazer isso:

(...) contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas e amplia o diálogo entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais.

Como se notou, há vários fins e escalas possíveis para o mapeamento, podendo trazer definições alteradas no processo, mas sempre procurando exhibir o local (PARKER, 2006;

ALMEIDA, 2013). Muitos desses mapeamentos de cunho social repudiam os mapas oficiais feitos por pessoas de fora, promovendo a produção de mapas de membros internos, em sua maioria com caráter identitário que, para sua realização, se valem dos ensinamentos das organizações e colaboradores sem fins lucrativos (PARKER, 2006). Dessa forma, os mapas tornam-se uma linguagem que mostra enredos espaciais, contribuindo para trazer as importantes condições, situações, questões naturais e humanas do território atrás da imagem cartográfica feitas em papel ou digital (SEEMANN, 2012, 2013a).

Experiências de práticas cartográficas com cunho social no mundo e no Brasil

Aqui vamos ilustrar essas práticas da cartografia de cunho social com algumas atividades que aconteceram ou acontecem pelo mundo e no Brasil, como os trabalhos feitos nas Expedições Cartográficas de Detroit; os mapeamentos promovidos pelo conselho intermunicipal dos prefeitos da França na *Caisse des Dépôts* e pela Iniciativa de Pesquisa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) no Mapeamento Participativo, que contém a Nova Cartografia Social da Amazônia.

As Expedições Cartográficas de Detroit: foi um projeto realizado no final dos anos 1960 pelo geógrafo William Bunge na cidade de Detroit, pertencente ao estado de Michigan, Estados Unidos (SEEMANN, CARVALHO, 2017). Bunge era geógrafo quantitativista que desenvolveu sua metodologia com o auxílio da teoria matemática, da observação e da lógica, que utilizou para fazer seus mapas (DETROIT, 1971).

Richard Peet (1982), como também Seemann e Carvalho (2017), relatam que Bunge lecionou na universidade de Washington e depois Detroit. Para esses autores havia em Bunge um lado político radical, mesmo sendo adepto da geografia quantitativa. Seus posicionamentos radicais o levaram a uma lista negra com os 65 agitadores indesejados nos campi universitários dos EUA, feita por políticos conservadores (SEEMANN e CARVALHO, 2017). Por estes posicionamentos, em 1968 Bunge fundou a *Sociedade de Exploração Humana* para sair da tirania do racionalismo no qual a geografia estava e redescobrir a arte da exploração, ou seja, para entender como estava a condição humana (PEET, 1982). Richard Peet argumenta que Bunge pensava que

“(...) os geógrafos deveriam formar expedições para as áreas mais pobres e mais degradadas do país, contribuindo mais do que tomando recursos, planejando **com** as pessoas, mais do que planejando **para** elas, incorporando

peças do local, mais do que excluindo numa maneira elitista”. (PEET, 1982, p. 234, grifos do autor)

Gwendolyn Warren (DETROIT, 1971), quando escreveu uma nota sobre o trabalho realizado pelas expedições, considerou Bunge como o responsável por mostrar o significado e a utilidade da geografia no cotidiano. Também Warren aponta que as maiores questões/dilemas assumidos pelas expedições foram ver a “morte, a fome, a dor, a tristeza e as crianças” (DETROIT, 1970, p. 10, trad. nossa).

Vale destacar que Bunge trabalhou diretamente com o bairro negro de Fitzgerald e junto com aquela população fez inúmeros mapeamentos participativos. Seus mapeamentos partiam da junção das teorias matemáticas com as descrições (DETROIT, 1971). Ao longo dos seus estudos foram realizados mapeamentos sobre: incidentes de bebês mordidos por ratos; a percepção das crianças sobre sua localidade; a disparidade de renda em Detroit; crianças que foram machucadas ou mortas em acidentes de carro; casas deterioradas e dilapidadas em Detroit; a percepção sobre a evolução do bairro de Fitzgerald; os distúrbios de 1967 na 12th Street contra a polícia (figuras 1 e 2); entre outros (DETROIT, 1971).

Cada um desses mapas tinha o objetivo de trazer a territorialidade, colocando em questão problemas que são negligenciados, esquecidos ou marginalizados pelos grupos hegemônicos (DETROIT, 1971). Por isso é possível ver o descaso social, como é mostrado nas figuras 1 e 2. Essas figuras trazem, através do espaço geométrico e dos dados colhidos em campo, mapas participativos que revelam os acontecimentos espaciais vistos pelos moradores.

A contribuição desses mapas é mostrar que os atores não hegemônicos podem relatar o que vivenciaram, como fez Robert Ward Jr. no mapa da figura 1 (DETROIT, 1971). Ward Jr. traz em suas narrativas o que a invasão da polícia fez em um estabelecimento no bairro de Fitzgerald (Detroit, Estados Unidos), em um dia festivo. Estes roubaram produtos que havia nesse ponto comercial, levando a comunidade a se revoltar (DETROIT, 1971).

Os moradores eram negros e estavam em busca de comemorar a chegada dos soldados que retornavam da guerra, mas foram vítimas da criminalização motivada por estes policiais, através de uma tentativa de serem presos (DETROIT, 1971). Ward Jr. conta que os policiais “estavam realmente brutalizando as pessoas quando foram jogadas no vagão e foi aí que todos ficaram loucos” (DETROIT, 1971, p. 37, tradução nossa). Foi aí que os moradores começaram uma revolta contra esse e outros descasos, se desdobrando em diversas revoltas por Detroit, criando as agitações e desordens demarcadas no mapa da figura 2 por Bunge e sua equipe.

Figura 1 – Mapa mental dos conflitos na 12th Street entre moradores e polícia no bairro de Fitzgerald (Detroit, Estados Unidos). Fonte: Detroit Geographical Expedition and Institute (1971, p. 36).

Figura 2 – Mapa de localização dos conflitos na 12th Street entre moradores e polícia no bairro de Fitzgerald (Detroit, Estados Unidos). Fonte: Detroit Geographical Expedition and Institute (1971, p. 36).

Os mapeamentos promovidos pelo conselho intermunicipal dos prefeitos da França na *Caisse des Dépôts*: é uma experiência interessante das prefeituras francesas. Elas utilizam um serviço de depósito e consignações para auxiliar nos projetos territoriais de desenvolvimento econômico. Esses mapeamentos servem para revitalizações de áreas centrais, limites territoriais, atração turística, planejamento de novos municípios, índices demográficos, situação energética e condições ambientais, dentre outros (BORDE et. al., 2005).

Conforme Gilles Palsky (2013, p. 15, trad. nossa), para alcançar esses objetivos “o serviço estabeleceu uma série de ‘passos de trabalho’, alguns dos quais envolviam mapeamento participativo”. Palsky (2013) explica que em encontros das populações de diversas prefeituras com os administradores da *Caisse des Dépôts* ocorreram produções de mapas a mão, que resumiam e relatavam questões sociais, podendo estes expressarem: a situação do território e seus desenvolvimentos recentes pelas observações dos participantes; pontos que eram essenciais para o desenvolvimento; previsões ou futuras tendências para o território, localizando sonhos e projetos para ações que deveriam ser tomadas no território.

Diante disso, o projeto vai surgindo gradativamente no território francês, promovendo trocas de conhecimentos entre as populações em torno do mapa, equilibrando as percepções diversificadas do território (BORDE et. al., 2005; PALSKEY, 2013). Assim, “como os moradores de países do Sul, os participantes muitas vezes estão mais familiarizados com a fala ou, neste caso, com a escrita do que com o desenho gráfico” (PALSKEY, 2013, p. 15, trad. nossa). Palsky (2013) ainda destaca que os mapeadores fazem das imagens cartográficas uma linguagem que expressa as experiências e referências para a discussão e negociação. Essa intervenção pode ser mais intensificada quando o mapa deixa de ser feito em papel para uma forma digital, não mantendo conexão direta com as pessoas e podendo ser alterado o sentido dos seus fazedores (ACSELRAD, 2010; PALSKEY, 2013).

A Iniciativa de Pesquisa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (LLILAS) no Mapeamento Participativo: Coordenado pelo professor Bjørn Sletto, pertencente a *School of Architecture* na Universidade do Texas, em Austin (Estados Unidos). A LLILAS é um empreendimento de várias universidades da América Latina e Estados Unidos para levar os ideais da cartografia participativa (NORSWORTHY, 2012).

Conforme se encontra nos textos da revista Portal do LLILAS de 2012, a atuação dessa iniciativa tem sido tanto no campo da pesquisa, educação/divulgação como na prática de mapeamentos participativos. Os participantes estão espalhados por todo continente americano,

levando a discussão dos mapeamentos sociais para áreas urbanas, rurais ou florestais, na busca do livre acesso, justiça e cogestão com inclusão de toda comunidade para pensar os recursos presentes no espaço (SLETTTO, 2012).

Atualmente existem três linhas temáticas transversais de pesquisa, no LLILAS, concentrando diversas investigações, sendo elas: montante de recursos neoliberais e produção da natureza; o papel dos direitos da terra e o desenvolvimento local e Identidade, sobrevivência e representação cultural. Para detalhar esse trabalho vamos explicitar algumas dessas iniciativas: as pesquisas nos Estados Unidos e América Latina de Elsa Astrid Ulloa com a rede desiguALdade (2012); de Bjørn Sletto, et. al. (2013) e do precursor no Brasil, Alfredo Wagner Berno de Almeida (1995, 2008).

No trabalho de Ulloa (2012) se ressaltam os artifícios que o sistema capitalista vem fazendo nas diferentes escalas geográficas a partir de uma lógica inclusiva/excludente das populações indígenas, sobretudo na questão ambiental. Nesse contexto, a rede desiguALdades desenvolve investigações sobre a disparidade, tendo como objeto de estudo “a produção de conhecimento em torno do tema clima, e os efeitos para os povos indígenas” (ULLOA, 2012, p. 9, tradução nossa). Especificamente, há um foco no tema ‘clima com as mulheres indígenas’.

Os trabalhos de Bjørn Sletto, et. al. (2013) expõem o potencial do mapeamento social para agregar a gestão de recursos e a identidade sociocultural coletiva indígena. O estudo mostra que essa temática serve para refletir como as práticas de mapeamento tem sido uma forma de união e resistência contra os avanços do sistema capitalista. As contribuições desse mapeamento estão em diferentes funções internas da comunidade, “incluindo os objetivos comunitários de apoio para aumentar o controle sobre territórios e recursos, contra a invasão de processos extrativos, para fortalecer a governança local e estruturas de autoridade internas, e para redefinir como representam politicamente para o Estado” (SLETTTO, et. al., 2013, p. 204, tradução nossa).

Já as iniciativas de Alfredo Wagner Berno de Almeida (1995, 2008) no Brasil mostram que o mapa pode construir a identidade e a representação cultural da diversidade existente nas populações tradicionais¹⁴ e minoritárias. Sletto, et. al. (2013) considera que as pesquisas de

¹⁴ Conforme Almeida (2008), o termo *populações tradicionais* pode ser lido como grupos que são culturalmente diferenciados e possuem seus próprios modo de organização social do território, tendo saberes e conhecimentos de como o ocupam e usam. O exercício das suas atividades nesse território se dá em função das relações culturais, sociais, religiosas, ancestrais e econômicas, sempre tendo inovações e, pela tradição, práticas transmitidas e geradas (ALMEIDA, 2008). Ainda este autor indica-nos que, pelas peculiaridades da lei, o acesso ao território também se dá através do pertencimento aos grupos tradicionais étnicos, parentesco, familiar, do povoado ou da

Almeida (1995, 2008) ampliam consideravelmente as concepções que temos de mapas sociais, pois esta é mais que uma ferramenta para ter poder e visão do mundo, como apontava Harley (2001). Almeida, com seu trabalho, promoveu a constituição de um projeto de mapeamento intitulado Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, com foco nos conflitos e questões territoriais dos grupos excluídos e marginalizados do Brasil, especialmente o da região Norte.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo. Seu trabalho se inicia na década de 1990, na região de Carajás, junto com outros cientistas sociais¹⁵. Seu objetivo era contribuir com os movimentos sociais que se organizavam na região Norte do país contra as iniciativas capitalistas. Esse projeto promoveu uma rede no Brasil para efetivação de vários(as) pesquisadores(as) na criação de mapeamentos participativos, onde a comunidade torna-se argumentativa dos seus dilemas. Sua proposição do PNCSA é distinguir-se das práticas clássicas de cartografia, as quais são de fazer descrições, decalques ou traçados seguindo as convenções. Seu viés é resguardar à defesa e à apropriação das populações tradicionais e marginalizadas de um território pertencente aos seus antepassados (ALMEIDA, 2013).

Ao longo dos anos o PCNSA vem procurando traçar o ordenamento e a gestão territorial contra o desmatamento e a devastação através das populações tradicionais e minoritárias (ALMEIDA, FARIAS JR., 2013). Outros procuram reforçar os direitos e identidades territoriais

aldeia, como também atores sociais que não são tradicionais, mas possuem coesão e solidariedade com essas populações.

¹⁵ Esse trabalho resultou no livro “Carajás: a guerra dos mapas” (1995). Nessa obra ele considera que o mapa foi usado para a dominação do conhecimento pelos serviços militares e pelo Estado, sendo mais impactante pelo projeto de fotografias aéreas do Radam Brasil. Almeida fez a pesquisa junto com as diversas comunidades da região de Carajás em quatro anos, tendo, ao final um trabalho de mapeamento social para que esses atores não hegemônicos mostrassem suas territorialidades e o que vem sendo impactado pelo capitalismo na região. Desses mapeamentos pode-se perceber que os núcleos de mineração, reservas militares, plantações, usinas, empresas, portos, entre outros, entram/tomam terras tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais e minoritárias (ALMEIDA, 1995). O público-alvo de Almeida para essa produção cartográfica são os ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, castanheiros, artesãos, quebradeiras de coco babaçu e coletores de açaí. O autor aponta que o trabalho foi realizado através de oficinas, cartilhas, reuniões e o Seminário Consulta, onde era realizada a construção de representações cartográficas. Ao final foi feito o mapa temático de Carajás, servindo de “pretexto para discutir qualquer problema maior que afeta camponeses, índios e as respectivas entidades de representação e apoio” (ALMEIDA, 1995, p. 32). Vale salientar que mesmo com o título indicando uma guerra entre mapas não há nenhuma representação cartográfica, mostrando, somente através da linguagem verbal as guerras existentes entre os atores sociais. O próprio Almeida (1995, p. 257) coloca que este trabalho, pela falta de tecnologias e informações espaciais, não trouxe muitos resultados expressivos, carecendo de “outras investigações a nível dos levantamentos cartorários. Ademais as informações cadastrais são auto-declaratórias (sic) não havendo a figura de um coletador de dados. Inexistem procedimentos metodológicos para checar a fidedignidade dos dados”. Porém, foi a partir deste trabalho que Almeida, com colaboradores, constituiu o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) (ALMEIDA, FARIAS JR., 2013).

dessas populações. Para sua consumação eles continuam fazendo as oficinas com produções de mapas, os quais são discutidos ao final de cada atividade (figura 3).

Figura 3 – Oficinas para elaboração e apresentação de mapas realizados pelas agroextrativistas de coco babaçu, no sudeste do Pará (Brasil). Fonte: Costa (2014, p. 9)

Nesse contexto, como aponta o *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009, p. 9), o projeto coloca que “os mapas podem ser feitos exclusivamente para uso interno da comunidade ou, mais comumente, eles podem ser usados para transmitir conhecimentos em terra local para pessoas de fora da comunidade”. João Pacheco de Oliveira (2013, p. 13) resume assim o projeto:

(...) nas últimas três décadas foram muitas as experiências neste sentido realizadas no Brasil (com os seringueiros e outros extratores, como o fez Chico Mendes; com indígenas e quilombolas; com camponeses ameaçados por grandes projetos e nas ações do MST) e em outros países da América, abrindo caminho para o momento atual. O projeto Nova Cartografia é uma contribuição importantíssima nessa direção, ocupando agora uma posição ímpar, de grande destaque e visibilidade (e não só na Amazônia, como diz o seu nome, mas em muitas outras partes do Brasil e mesmo em iniciativas circunscritas no exterior).

O PNCSA está mostrando hoje em dia como fazer mapas pode ser uma atividade essencial na luta por direitos, permitindo às populações locais (indígenas, quilombolas, populações tradicionais) lavrarem por escrito, e com apoio da mais moderna e sofisticada tecnologia (GPS, etc), os seus direitos sobre as terras que ocupam. São as próprias comunidades que se mobilizam para construir seus mapas, para elaborar os seus fascículos, para distribuir as publicações e celebrar seus avanços.

Os(as) pesquisadores(as) PNCSA se utilizam de diversos modos, métodos e eventos na compreensão sociocultural, ambiental e econômica. Atualmente, para fazer as demarcações se valem de outros procedimentos possíveis, como os mapas mentais, narrativas cartográficas, croquis. No entanto, em sua maioria, são usuais nesse processo as geotecnologias, que são tomadas para finalizar essas representações (ALMEIDA, 2013). Por isso, podemos ter alguns questionamentos sobre o resultado dessa experiência, tendo ainda que estes podem ser alterados no seu contexto para atender alguma finalidade. Contudo, pelas iniciativas do PNCSA há um crescimento dos debates sobre cartografias sociais no Brasil.

Ao tratar sobre esse fato, Acsehrad (2013, p. 7) afirma que existem quatro perspectivas gerais de projetos que aconteceram no Brasil de 1992 a 2012¹⁶, sendo estas a ambientalista, a desenvolvimentista, a luta por reconhecimento e a luta por saúde e saneamento (figura 4). Acsehrad (2013, p. 6) interpreta as informações que estão no mapa (figura 4), relatando que “a maior parte diz respeito a lutas por reconhecimento territorial (42%) e a projetos etno-ecológicos ou de manejo ambiental (38%)”.

Nesse contexto, conseguimos ver que a luta por reconhecimento, seja do território, sua identidade, sua história ou uso das terras, se torna prioridade dos debates que acontecem nas pesquisas de mapeamentos participativos no país. Na figura 4 também pode ser notado que os mapeamentos participativos no Ceará são voltados para a perspectiva desenvolvimentista, se concentrando na parte noroeste do estado e em Fortaleza (CE).

No entanto, a figura 5 mostra que ainda é inexpressivo o número de práticas cartográficas de cunho social no território brasileiro. É evidente que há poucas atividades (sendo) desenvolvidas pelo espaço brasileiro, consistindo em somente 284 até 2012 (ACSELRAD, 2013). Quando se olha para o estado do Ceará nota-se poucas experiências desenvolvidas, sendo que a maioria apresentada acontece próximo de Fortaleza (RMF), focando numa perspectiva ambientalista de conservação.

Na figura 5 ainda se nota que os grupos mais atendidos pela cartografia social são os étnicos, sendo 44%, tendo em segundo lugar os extrativistas, representando 20%. Também podemos notar que os estados onde há maiores trabalhos com os grupos extrativistas são Amazonas, Maranhão, Pará e Paraná. Há uma distribuição entre uma a três atividades de cartografia social com extrativistas em Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Piauí.

¹⁶ Logicamente, depois de 2012 novas experiências surgiram, mas ainda não houve trabalhos que sistematizassem essas novas experiências para reelaborar esse mapa. Cabe salientar que, entre essas novas experiências, há na região do Cariri a pesquisa de Carvalho (2016) sobre o município de Campos Sales. Essa pesquisa foi gestada nas práticas extensionistas da E.E.M. de Campos Sales, possuindo o caráter de entender a possibilidade da cartografia participativa para efetivação do planejamento urbano. Num debate desenvolvimentista sobre as questões urbanas, Carvalho (2016) investiga o papel da conformação do território da cidade para a demanda social. Assim, tendo como cerne os limites dos bairros, que não existiam e causavam transtornos para a sociedade, ele realizou atividades de mapeamento participativo com um grupo de discentes, possuindo algumas parcerias, efetivando ao final a proposição da lei de delimitação dos bairros. Além dessa contribuição, o trabalho conseguiu mover os discentes para práticas de pesquisa, desenvolvendo habilidades e competências que contribuem em transformar sua cidade.

Figura 4 – Distribuição espacial dos projetos de mapeamentos participativos desenvolvidos no Brasil entre os anos de 1992 e 2012. Fonte: ACSELRAD (2013, p. 7)

No Ceará observa-se que as pesquisas são concentradas com moradores de espaços compartilhados (figura 5). Dessa maneira, o mapeamento de cunho social do agroextrativismo em Arajara entra como pioneiro nas discussões de cartografia e comunidade, como também no extrativismo da região.

Figura 5 – Distribuição espacial das populações participantes dos projetos de mapeamentos participativos desenvolvidos no Brasil entre os anos de 1992 a 2012. Fonte: ACSELRAD (2013, p. 8)

Mapas sociais sobre o extrativismo dos babaçuais do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Se partirmos dos estudos feitos pela PNCSA, notaremos o maior foco da produção cartográfica dos extrativistas: a luta pelos direitos às terras e contra os desmatamentos dos babaçuais, onde eles exercem suas atividades (ALMEIDA, 1995; 2008; 2013). Este dilema advém da expansão do capitalismo por todo o país, trazendo grileiros, empresas, agroindústria, agronegócio e o Estado para pensar a terra como forma de obtenção do lucro (ALMEIDA, 1995; AYRES JÚNIOR, 2007; COSTA et. al., 2015).

Assim, a produção cartográfica, que vem sendo feita em sua maioria com a parceria do Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)¹⁷, é a forma de manifestar onde, quando, como, para que(m) são as palmeiras de onde se extraem os cocos, além de verificar suas territorialidades e seus entraves. O mapeamento social com a população extrativista também tem ampliado o leque de discussões sobre os conflitos socioambientais que as quebradeiras de coco vivenciam relativos à degradação das palmeiras pelas empresas, além de fortalecer a discussão do papel da mulher nas lutas do campo (ALMEIDA, 1995; COSTA et. al., 2015; NASCIMENTO, LIMA; 2016).

Contra essas adversidades, as oficinas são feitas, colocando símbolos que contemplem os fenômenos que existem no local, permitindo o aprendizado e a organização de uma política para produção simbólica do território (ALMEIDA, 1995; MASSEY, 2008; COSGROVE; 2014;). Conforme Nascimento e Lima (2016), os mapas feitos pelas quebradeiras vão colocar as percepções iniciais sobre as palmeiras, as curvas de nível, os caminhos para coletar os cocos, os desafios para essa atividade. Logo, as quebradeiras trocam conhecimentos e saberes territoriais para essa produção tendo, ao final, um banco de dados, processos metodológicos com técnicas e os métodos que são necessários para realização da atividade (NASCIMENTO, LIMA, 2016). Esses autores, em sua pesquisa, partem de um levantamento de dados iniciais, tendo mapas que foram elaborados por diferentes fontes como documentos iniciais, pois estes apresentam subsídios preliminares da questão. Nascimento e Lima (2016) avaliam que para entendermos essas técnicas é necessário conhecer as produções cartográficas que existiam antes do PCNSA, pois essas esquadrinham a realidade que havia no território. Nesse sentido, é apresentado em seu texto um estudo de cinco mapas para verificar as relações socioeconômicas de interesse sobre esse mapeamento, especialmente aqueles que trouxeram impactos sobre a comunidade extrativista.

O primeiro mapa analisado (figura 6) mostra um mapeamento realizado por Luís Felipe Gonzaga de Campos, que mostrou a fitogeografia brasileira com essa obra. Para ter uma síntese dos dados ele elaborou o Mapa *‘Mattas e Campos no Brasil’* (1911), que foi patrocinado pelo Serviço Geológico e Mineralógico a mando do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (NASCIMENTO, LIMA, 2016).

¹⁷ Por esse entendimento podemos aqui notar uma diferença basilar entre a atividade do coco babaçu feitas no MIQCB e o que há em Arajara, pois a primeira está centrada num movimento organizado para lutar por direitos e contra as injustiças territoriais, coisa que não há no segundo. Em Arajara o movimento é fragmentado, sendo muitas vezes controlado por agentes externos com interesses escusos.

Se focarmos nessas áreas que são apresentadas como campos e lembrarmos da extensão da devastação das matas e florestas, perceberemos que provavelmente são locais sem a vegetação primária. Por este motivo, como veremos nos próximos capítulos, estes são locais para surgir os babaçuais, possuindo boas condições para as palmeiras nascerem e se proliferarem. Cabe lembrar, que a palmeira nasce em zonas onde a ação humana interferiu na natureza, tirando a floresta primária.

Sobre isso, é nítida no mapa a área de campos (devastação das matas?) no Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Amazônia e Minas Gerais, sendo esses estados possuidores de babaçuais. Porém, quando observamos o Ceará vemos a prevalência da caatinga e algumas áreas de matas, dentre as quais a Chapada do Araripe. Por qual motivo não aparecem os indícios para os babaçuais do Cariri? Pela escolha do autor? A escala cartográfica escolhida? Pelo desconhecimento da região?

O segundo mapa (figura 7) apresentado por Nascimento e Lima (2016) é o de *‘Mapeamento e Levantamento do Potencial das Ocorrências de Babaçuais’* de 1983, feito pelo Ministério do Exército – Diretoria de Serviços Geográficos e Ministério da Indústria e do Comércio - Secretaria de Tecnologia Industrial¹⁸. Ao pesquisar sobre este mapa em meio digital, não encontramos informações aprofundadas, além das que Nascimento e Lima (2016) colocam em seu texto. Porém, o que se pode notar ao olhar é que a centralidade dele está no estado do Maranhão¹⁹, mostrando áreas do Piauí somente onde há babaçuais.

Ao ler a legenda observa-se que a cor verde indica os locais onde existem as palmeiras e nestes há um número, que significa o número de adensamento do babaçual, ou seja, número de palmeiras existentes na área. Os locais de mais adensamento estão na região leste do mapa, ficando entre a divisa do estado do Piauí e o rio Parnaíba. Posteriormente, o grande adensamento irá acontecer a sudoeste do mapa, no então estado de Goiás, próximo a um rio, onde atualmente pertence ao estado de Tocantins.

¹⁸ Este mapa, em escala 1:1.000.000, além da grade de coordenadas, é o primeiro que mostra os babaçuais com dados quantitativos e qualitativos. Possuindo muitas informações, que dificultam o entendimento instantâneo, esse mapa é importante para entender a lógica do interesse nos babaçuais nessa época.

¹⁹ É importante notar que os governantes do Maranhão, pela sua liderança na produção desde o início da comercialização internacional do babaçu, levaram as indústrias a se interessarem pelo local (TAVARES, 2008). Lógico que quem estava à frente do Brasil encontrou uma boa forma de desenvolver a economia do Maranhão com a vinda dessas indústrias e fez os mapas para atender aos interesses delas, pois em nenhuma parte se mostra as populações. Também é claro que este interesse capitalista não havia despertado em outros estados, desfavorecendo o mapeamento e levantamento dos babaçuais que existiam neles. Este é o caso provável do Ceará.

Figura 7 – Mapeamento e Levantamento do Potencial das Ocorrências de Babaçuais (1983). Fonte: Acervo pessoal de Poliana de Sousa Nascimento

Já a escolha das tonalidades de verde, em três classes, indica a dominância das associações vegetais. A primeira, o verde escuro, mostra a dominância do babaçual com duas ou mais associações vegetais, concentrando-se no norte do mapa, perto da fronteira com Piauí, ou no sudoeste do mapa, perto de Goiás. A tonalidade intermediária de verde mostra a dominância de uma associação vegetal seguida de babaçual com ou sem outra associação vegetal. Esse tipo de associação vegetal é maior que a primeira, tendo sua localização mais próxima ao rio Mearim e a São Luís. O verde mais claro é o que tem mais abundância, significando a dominância de duas associações vegetais com babaçual.

Na leitura da legenda também entendemos que o mapa mostra a produtividade anual pelo gradiente de hachuras, sendo que o aumento do número de traços mostra uma menor produção no local. A região que não possui traços, ou seja, mais produção, é Mearim, perto da

numa aproximação com a comunidade e o que existe de materialidades e imaterialidades ali. É evidente que essas materialidades e imaterialidades apresentadas estão correlacionadas à atividade do babaçu. O mapa revela a existência de várias atividades de extrativismo no local, como a de coco, castanha, pesca e manejo florestal.

Destaca-se que os conflitos que surgem a partir do projeto Grande Carajás trouxeram à tona os problemas sociais das populações tradicionais, fazendo com que estes grupos, junto com a universidade, criassem a frente de r-existência. Imediatamente, os diversos grupos identitários minoritários, excluídos e/ou marginalizados, como indígenas, afro-brasileiros-religiosos ou extrativistas, se organizam para mostrar seu como é o uso, valores e a ocupação do seu território. Os conflitos que aparecem no mapa são ocasionados por carvoarias, exploração ilegal de madeira, extração de minérios e minas de ouro. O estado também aparece como um desses agentes, pois cria políticas públicas que promovem a desordem territorial²¹ desses grupos identitários. No mapa ainda há símbolos indicando os projetos de colonização, assentamentos e as áreas de proteção.

O quarto mapa (figura 9) é o da *‘Guerra Ecológica nos Babaçuais – Conflitos Socioambientais. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)’*²². Ele mostra a devastação da atividade com a derrubada do coco inteiro ou da palmeira, o corte de cachos para venda, a produção de carvão vegetal com o coco, a venda de carvão dos cachos ou coco inteiro, o arrendamento do coco, a destruição dos campos naturais por búfalos e a produção de carvão com a madeira da palmeira. Além desses problemas são apresentados dados sobre as indústrias instaladas nesses estados e as culturas de exportação que vem sendo empregadas, como a soja, cana-de-açúcar e a mamona. Essas atividades constantemente estão em conflitos²³ com as territorialidades das populações agroextrativistas, sejam indígenas, quilombolas ou camponeses.

²¹ Como a construção de barragens, hidrelétricas, porto, reservas de garimpo e vias de acesso, criam-se comodidades para as empresas e modifica-se a realidade dos grupos que já existiam naquele território.

²² Ao analisar esse primeiro trabalho de cartografia social sobre os babaçuais, com escala 1:1.000.000 (NASCIMENTO, LIMA, 2016), fruto dos doze anos de estudos e levantamentos nas comunidades, nota-se o processo participativo das organizações existentes com a universidade. Essas organizações, seja o MIQCB, associações, escolas, cooperativas agroextrativistas ou organizações não-governamentais, buscam com este trabalho lutar contra o processo de devastação dos babaçuais e ter acesso às propriedades onde há palmeiras. Nesse trabalho, destacam-se os responsáveis Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neo e Cynthia Carvalho Martins, além do cartógrafo Fabiano Saraiva e a cartógrafa Cláudia I. S. dos Santos, com a parceria do MIQCB, que conseguiram elaborar o primeiro mapa sobre os conflitos socioambientais do babaçu dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

²³ Esses conflitos são diariamente apresentados, visualizando nas últimas versões a ocorrência de atos violentos contra as comunidades.

Ressalta-se que a elaboração e divulgação desse mapa contribuiu para a visibilidade dos conflitos, o que levou a um processo de assegurar direitos e justiça territorial para essas populações que disputam a terra com empresas, agroindústrias e grileiros²⁴ (ALMEIDA, FARIAS, 2013). Em decorrência desses fatos, em 2018 este mapa foi refeito, trazendo novos subsídios sobre este conflito.

Figura 9 – Guerra Ecológica nos Babaçuais – Conflitos Socioambientais. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) (2005). Fonte: Acervo pessoal de Poliana de Sousa Nascimento.

O quinto mapa (figura 10), *‘Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais – Guerra do Carvão’*, de 2014, surge a partir dos Projetos Campanha contra o desmatamento e a coleta de coco inteiro; Lei do Babaçu Livre e Coleção Nova Cartografia Social da Amazônia (NASCIMENTO, LIMA, 2016, p. 191). Ele mostra a guerra do carvão

²⁴ A disputa do acesso à terra é posta no mapa, contribuindo que as quebradeiras adentrassem em terrenos privados para apanhar os cocos, criando até uma lei, a do babaçu livre (ALMEIDA, 2008).

como foco, pois, com sua divulgação, é trazida uma das temáticas da devastação para o cerne do debate, a da queima do coco inteiro ou dos cachos de coco para siderurgia²⁵.

Figura 10 – Recorte do mapa “Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais – Guerra do Carvão. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)” (2014). Fonte: Almeida e Marin (2014)

Estes casos mostram as atividades lícitas e principalmente as ilícitas que vem provocando transformações na natureza, prejudicando as populações tradicionais, que são perseguidas e ameaçadas, além do perigo de sua captação ao trabalho escravo (ALMEIDA,

²⁵ Ao observar esse mapa, lendo o boletim informativo do PNCSA visualiza-se de primeira a grande questão: “o carvão que queima a vida para manter as siderúrgicas” (ALMEIDA, MARIN, 2014, p. 2). Este fato é denunciado no boletim do PNCSA (ALMEIDA, MARIN, 2014), e visa mostrar as estratégias empresariais aliadas com as decisões políticas de exploração sem controle dos recursos naturais, levando a matéria-prima dos extrativistas a virar cinzas. No boletim se coloca que no sudeste do Pará o carvoejamento vem provocando impactos na floresta amazônica com sua desastrosa exploração. E essa ação foi iniciada a partir de uma siderúrgica na década de 1980, que foi permitida pelo governo para que a região de Carajás se desenvolvesse industrialmente. Quando o boletim apresenta essa questão introduzidas no cotidiano das quebradeiras de coco fica visível um dos enfrentamentos necessário dos ativistas pelos diversos impactos causados, especialmente em reservas. Conforme Almeida e Marin (2014, p. 6), “os investimentos na produção do carvão para fins industriais adentram as reservas extrativistas (RESEX) da pré-Amazônia Maranhense, impactando as formas de organização das quebradeiras de coco babaçu”.

MARIN, 2014). Nesse sentido, esses autores trazem o depoimento de uma quebradeira de coco que afirma:

“O importante para eles é ter carvão”

“Aqui eles já levam o carvão pronto, os caminhoneiros, eles não querem só o coco inteiro, já querem é o coco inteiro todo queimado, e tem de todo jeito, é fazenda alugada, é queimando nos lotes, é de todo jeito, o importante prá (sic) eles é ter carvão. E compram coco inteiro também, tem as juntadeiras de coco e o coco vai todo embora. Cada mulher cata 18 sacos por dia, enchendo sacola, é criança enchendo saco, é todo jeito. Tudo vai para o Pará, todo o coco, os caminhões vão todos para o Pará.”

MARIA FRANCISCA BATISTA DA COSTA, QUEBRADEIRA DE COCO, AMARANTE, MARANHÃO (citada por Almeida e Marin, 2014, p. 4, grifos do autor)

Dessa maneira, grupos extrativistas como estes podem ser desapropriados, expulsos ou mortos para exploração do carvão pelas indústrias²⁶. Tendo esse panorama, vimos que essas cartografias feitas ao longo de quase 30 anos de trabalho do PNCSA permitem a r-existência dessas comunidades e um processo de organização política para o agroextrativismo do babaçu em locais demarcados. Assim sendo, o poder do mapa trouxe uma síntese dos conhecimentos dessas populações em relação ao que acontecia e uma forma de lutarem pelos seus direitos, seu modo de vida e pela justiça territorial de extraírem os cocos que durante séculos seus antepassados vivenciaram. No entanto, tudo começa pela comunidade, pela existência.

²⁶ Em Almeida e Marin (2014, p. 6) ainda é colocado que “o problema do desmatamento e da devastação se agrava, na medida em que as carvoarias encontram no coco babaçu a alternativa para substituir a madeira, recurso em vias de esgotamento na região (...)”.

CAPÍTULO II – COMEÇAR PELA EXISTÊNCIA E NÃO PELO MAPA: ATORES NÃO HEGEMÔNICOS PODEM RELATAR SEU MUNDO!

Meu argumento básico neste ensaio é que nós poderíamos encorajar uma mudança epistemológica no modo como interpretamos a natureza da cartografia. (...) creio que a maior barreira para compreensão é que nós ainda aceitamos sem crítica, com relativamente poucas vozes destoantes, o senso comum de que cartógrafos nos dizem o que supostamente são os mapas. Em particular, nós muitas vezes tendemos a trabalhar a partir da premissa que os mapeadores se engajam numa forma inquestionavelmente ‘científica’ ou ‘objetiva’ de criação do conhecimento. (...) É melhor para nós começar da premissa de que a cartografia raramente é aquilo que os cartógrafos dizem que ela é. (HARLEY, 2001, p. 150-1)

Em uma frase de John Pickles (2004, p.6, tradução nossa) é mostrado que o mapa é literalmente “nadar” por lugares, relações, fluxos, significados e potencialidades”. No ato de ‘nadar’ sobre um mapa podemos mergulhar numa viagem em espaços conhecidos ou desconhecidos, reais ou fictícios, que são cheios de fabulações, histórias intensas, que são absorvidas, reveladas, escondidas e/ou criadas (HARLEY, 2001; PICKLES, 2004).

As imagens cartográficas são discursos fascinantes, parecendo perfeitas/completas, ocasionando, às vezes, maior efeito em sua projeção do mundo do que na própria realidade. Tais projeções de mundo, na maior parte das vezes, não se referem aos fatos sócio-espaciais do nosso cotidiano (SEEMANN, 2013a). A abordagem tradicional da cartografia como reflexo da natureza, expressão fidedigna/verdadeira da realidade, constituído no projeto de modernidade, não se sustenta, como já afirmava J.B. Harley no final dos anos de 1980, dando início a Nova História da Cartografia (NHC).

A partir desse momento houve uma ampliação dos objetivos da cartografia e da definição de mapa, colocando vários(as) geógrafos(as) a pensar como o espaço pode ser representado fora do ‘eixo superior dos donos do saber (o olhar do cartógrafo)’ (COSGROVE, 2008). Contudo, para isso ocorrer se necessitou da visão das pessoas que observam e vivem o cotidiano nesse espaço, como nos aponta Cosgrove (2008)²⁷.

Nesse rumo, a cartografia social vem se engajando em entender a criação do conhecimento de quem nunca é ouvido, dando voz e autonomia para atores que são subalternos(as) nas relações sociais, como a população tradicional de agroextrativistas de

²⁷ Em outras palavras, se precisou sair da cartografia como somente técnica, a qual tem como objetivo principal o mapeamento das dimensões, dos volumes e das formas, para um mapear que trouxesse as espacialidades construídas pelas populações e pelos indivíduos, bem como a diversidade de apreensões a partir do espaço. Essa perspectiva possibilitou a intensificação do empoderamento dos atores sociais não hegemônicos pela cartografia, trazendo uma reflexão do espaço da existência dos seres humanos.

Arajara. Isso dará luz às suas vozes e seus pensamentos sobre o que foi e o que é a atividade, além de mostrar suas geografias reais, com todos os dilemas da vida cotidiana.

Este novo modo de interpretarmos a natureza da cartografia, por meio das narrativas cartográficas, dá abertura para os atores não hegemônicos mostrem suas histórias, enredos, lutas e perspectivas²⁸. Dessa maneira, as narrativas cartográficas podem liberar discursos e significações que não aparecem no produto final, mas no processo (SEEMANN, 2013a). Ao se fazer isso poderemos nos aproximar dos dilemas sociais. Entenderemos – nós e eles - o que acontece ali, saindo de produtos prontos para mostrar finalizações de histórias em curso e relações simultâneas (MASSEY, 2008). Isso fará com que tenhamos, com as narrativas cartográficas, o entendimento e as dinâmicas/tramas territoriais que acontecem ali, além de possibilitar constituir sua/nossa identidade, memória coletiva e estratégias de r-existência (ACSELRAD, 2013).

Histórias e enredos de Arajara, Barbalha, Ceará, Brasil

Nas terras do município de Barbalha, localizadas no sul do Estado do Ceará, região Nordeste do país, se encontra o distrito de Arajara²⁹ (figura 11). O distrito de Arajara é rural, possuindo uma importância no processo de desenvolvimento cultural, político, econômico e ambiental da região do Cariri cearense. Cabe destacar que Arajara foi construída ao longo do processo histórico de povoamento anterior à sua instituição como distrito, possuindo ligações estreitas com o processo de colonização do Brasil e do Ceará. Nesse aspecto, Arajara possui um arcabouço de histórias e enredos que contam um pouco o que sucedeu nas micropolíticas a macropolíticas. Apesar disso, há pouquíssimas informações escritas sobre o distrito. Se pensarmos que o município, como toda a região do Cariri cearense, possui excelentes memorialistas e literatos, com obras significativas, nos questionamos com a inexistência de relatos profundos sobre Arajara. Todavia, há diversos moradores que possuem saberes, fazeres e conhecimentos territoriais do distrito e os apresentam por meio da oralidade.

²⁸ Tal ideia traz o poder de irmos além dos mapas oficiais, que não demonstram todas as dinâmicas dos atores sociais. É preciso colocar todos esses atores e suas atividades com as suas territorialidades. É preciso ter as geografias reais, que vem do cotidiano, que vem de baixo para cima. Dar visibilidade ao espaço existencial em vez do espaço geométrico.

²⁹ Se tornou distrito em 1904, com o nome de Cajazeiras, denominado posteriormente de Farias, e somente em 1960 denominado como Arajara (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2015).

Figura 11 – Arajara, Barbalha, Ceará, Brasil. Fonte: Adaptado do IBGE (2010) por PEREIRA, C. E. G. (2018).

Assim, ao fazer uma visita a qualquer casa de um(a) morador(a) que conheça essas histórias (e se tenha um certo grau de intimidade) verá as memórias, saberes e fazeres aparecerem naturalmente. Nessas confabulações é sempre presente o diálogo sobre suas casas, seus caminhos, construções, arranjos, invenções e percalços naquele território. Contam o que aconteceu na sua r-existência por esses lugares. Seus diálogos adentram ao que se conhecem, ao que fazem, por quais locais já passaram e onde não passaram. Nesse sentido, essas falas mostram suas relações socioculturais com o território, aparecendo a construção de sua vida material. Por isso, é nítido que esses atores sociais em seu cotidiano possuem experiências e transformam o mundo natural em um mundo humano por meio de sua realidade sensorial e material. Eles(as) demonstram geografias, fazendo pensar as formas de organização espacial e paisagística (COSGROVE, 2014). Conforme Cosgrove (2014, p. 103), isso acontece pois:

(...) A produção e reprodução da vida material é, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura e a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo esta lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos.

Na abordagem de pesquisa aqui proposta é preciso uma interação maior entre o mundo universitário e a comunidade. Assim, possibilita-se entender as experiências, o modo de produção e o modo de vida que se inter-relacionam com as paisagens produzidas e seus dilemas (COSGROVE, 2014). Com isso, sairíamos do debate somente material e econômico, pois se entende que existem modos de vida com base também em uma interação simbólica, onde a arte, a consciência e os códigos de comunicação interagem para mostrar isso. Contudo, ao olhar essas geografias de Arajara que não aparecem no papel, mas no modo de vida e oralidade das pessoas, fica evidente a necessidade de compreensão dessas relações culturais. E tal compreensão parte do entendimento da produção simbólica daquela comunidade por meio dos níveis estruturais que constituem um modo de vida e que, segundo Cosgrove (2014) podem ser formações (1) primitivas, (2) arcaicas e (3) capitalistas. Em suas palavras, Cosgrove (2014, p. 124), com base em Polanyi e Sahlins, define que:

(1) Nas sociedades “primitivas”, isto é, aquelas que Polanyi caracterizou como tendo a reciprocidade como o modo dominante de integração econômica, a produção simbólica está situada fundamentalmente na constituição social do parentesco. Então, isto é considerado em todas as outras instituições, incluindo a economia enquanto produtora de mercadorias e a paisagem. Isto determina as possibilidades e limites das forças de produção tornadas disponíveis para alcançar fins culturalmente determinados. (2) As formações arcaicas são dominadas por um modo no qual a produção simbólica está fundamentalmente situada no setor político - religioso e, daí, difundidas para todos os outros. Isto fornece a base para estruturar paisagens centralizadas ao redor de um centro sagrado (naquelas sociedades) que Polanyi se refere como sociedades redistributivas (Eliade, 1959; Wheatley, 1969; Harvey, 1974). Finalmente, a sociedade capitalista eleva a economia a uma posição de domínio de modo que “lança uma rede classificatória através de toda a superestrutura cultural, estabelecendo a distinção de outros setores através de distinções próprias” (Sahlins, 1976, 216).

Como se verá a seguir, Arajara contém as três formações em seu território, o que faz com que exista uma relação conflituosa com os interesses que cada sociedade desponta e, nesse viés, tendo a opressão e imposição do modo de vida capitalista na atualidade para todos, os

modos de vida não capitalistas ou pré-capitalistas sofrem consequências e sequelas em seus ritmos e costumes. Como resultado, questões culturais ficam comprometidas ou abandonadas, dentre as quais a atividade do coco babaçu.

Na atualidade há o predomínio de uma sociedade que está submersa em um ritmo frenético, rápido, passageiro e instantâneo, com suas memórias, genealogias e identidades coletivas esvaziadas e superficiais. Não se possui as histórias, saberes e fazeres dos territórios. E isso acontece porque estão se esvaindo, com os mais experientes, todas as apropriações simbólicas que se tinha do local. Essa perda cria sérios problemas sociais, especialmente lacunas na identidade cultural, demandas de justiça e ordenação do território, a exemplo de Arajara. O fato de não conhecer o que, como, por que e para que(m) existe ali tal objeto, fato ou questão, interdita a apreensão dos problemas e a ponderação das soluções. Nessa lógica, se criam medidas paliativas e, por vezes, se acatam ideais de pessoas de fora da comunidade, que não conhecem a realidade do lugar. A partir dessas considerações, tomamos como necessário apreender as dinâmicas e dilemas de Arajara. Porém, não cabe só olhar as materialidades, mas é preciso pensar as produções simbólicas das r-existências destes atores sociais que ali vivem. Por esse viés, deve-se adentrar ao local, introduzir-se nas vidas desses atores sociais, reconhecendo sua formação sócio-histórico-cultural-territorial, que foi constituída por interesses e demandas, tanto internos quanto externos.

Para empreender a pesquisa, a partir das considerações feitas, foi necessária a utilização dos códigos de comunicação da linguagem, como apontam Cosgrove (2008, 2014) e Seemann (2000, 2010), com destaque para a oralidade e a cartografia. Portanto, aqui se versará sobre o agroextrativismo de babaçu em Arajara, pelos mapas. Todavia, para dialogar sobre a população agroextrativista desse sítio e suas cartografias, cabe antes entender o que é o distrito de Arajara e o que é essa atividade de coco babaçu.

Arajara: água, agricultura e extrativismo

Arajara é uma palavra proveniente dos povos indígenas Kariris, que significa água, lago ou lagoa limpa (TRIMMEL; DIAS; ROBERT, 20--). Ao se ler isso, de imediato se tem a noção da riqueza de água cristalina, proveniente das fontes naturais que o distrito possui. É a partir dessa riqueza que este local foi constituído e consolidaram-se as diversas atividades culturais e econômicas. Ao se observar na figura 12 é visível a potencialidade hidrogeológica de Barbalha,

com nuances de seu relevo que desponta do noroeste ao sul a Chapada do Araripe³⁰, com sua floresta, sendo diferenciado de boa parte do semiárido nordestino brasileiro³¹ (RIBEIRO, 2012). É uma formosura e imponência se declinando do topo para o vale caririense onde, na encosta, se situam as terras de Arajara, tornando o local um ponto atrativo.

Os atrativos de Arajara constituem rotas para visita, sendo uma para laboratório de pesquisas e outra ligada ao turismo (FEITOSA, 2005). A primeira mostra que as pessoas visitam o local pela potencialidade da geodiversidade, com a presença de inúmeras espécies de flora e fauna da Chapada do Araripe, inclusive com espécies em extinção, como o soldadinho-do-araripe. Essa atração traz diversas pessoas, inclusive pesquisadores(as) que coletam dados e, a maioria, publica seus resultados sem dar retorno à população local.

Já a ideia de rota turística se visualiza como sendo o principal atrativo veiculado. Este atrativo considera as diversas potencialidades paisagísticas e desopilação. A que mais se destaca é a riqueza hídrica das fontes naturais, utilizadas como forma de lazer (FEITOSA, 2005; RIBEIRO, 2012). As fontes aparecem próximo ao pé-de-serra (figura 12), com localização aproximada entre 500 a 650 metros (FEITOSA, 2005). Este segmento econômico é valorizado, tendo ali instalados resorts, bares, balneários e chalés, que ficam perto da gruta do Farias³², da nascente do Sozinho e da Bica do Céu (FEITOSA, 2005).

³⁰ A Chapada do Araripe é um formidável marco geomorfológico do sul cearense que leva a região a ter aspectos diferenciados de outras localidades do Nordeste. Possui uma altitude de 900 metros, apresentando feições visíveis a grandes distâncias (RIBEIRO, 2012). É o relevo que possibilita uma divisão na distribuição das chuvas no encontro dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí (RIBEIRO, 2012). Dessa maneira, Ribeiro (2012, p. 119) coloca que “a umidade, geralmente vinda do litoral norte, faz da Chapada uma área de barlavento, aumentando as chuvas nas suas proximidades”. As precipitações ocorrem em sua maioria no lado cearense e fazem o clima ser mais ameno próximo à Chapada. Para Ribeiro (2012), a camada superior de rocha porosa, o arenito, e também a presença de floresta úmida, favorece que as precipitações não escoem na superfície da chapada, mas que penetrem no solo. Ao penetrar formam o aquífero superior da Bacia Sedimentar da Chapada do Araripe, responsável pela ressurgências e fontes naturais que constituem a rede de drenagem no Vale do Cariri (RIBEIRO, 2012). Essas fontes estão, em sua maioria, na porção cearense, nos municípios de Barbalha (figura 12) e Crato (BRITO, 1985). Deste modo, esses dois municípios possuem água, riqueza importantíssima para o processo de povoamento e ocupação do Nordeste (ANDRADE, 2005). E como se nota na figura 12, Arajara, que fica na divisa do Crato, tem essas potencialidades e também muitas belezas naturais.

³¹ O semiárido do Nordeste, onde a maioria dos municípios do Ceará se situa, é caracterizado por vastas extensões pediplanadas, que surgiram por ser uma região aplainada com clima semiárido ou árido tendo, na maior parte do território, rochas cristalinas com solos pedregosos e rasos (RIBEIRO, 2012). Isso acontece, conforme afirma Ribeiro (2013), pelos fatores climáticos da área, de clima quente, levando a ter chuvas irregulares e concentradas. Estes fatores ambientais influenciaram a ocupação do território, onde foram constituídas áreas pouco habitadas. São propriedades rurais, em sua maioria de latifúndios de grande porte, com pecuária extensiva para o abate e agricultura tradicional (ANDRADE, 2005; RIBEIRO, 2012). Além disso, as cidades do semiárido, em sua maioria são pequenas, possuem pouca infraestrutura e uma situação socioeconômica ainda insuficiente para propiciar às pessoas uma vida digna (ANDRADE, 2005; RIBEIRO, 2012).

³² A gruta do Farias se localiza numa Reserva Particular do Patrimônio Natural desde 1998, intitulada Arajara Park. Ali há um parque aquático que recebe turistas e é uma atração bastante divulgada na mídia (FEITOSA, 2005). Segundo Feitosa (2005), esse parque trouxe vários problemas para o uso da água pelos habitantes, restringindo o uso em diversas terras circunvizinhas, seja para a irrigação ou para o consumo. Essa autora afirma

Pela abundância hídrica do distrito há diversidade no quadro fitogeográfico. Assim, em Arajara é possível encontrar uma floresta úmida³³, sendo ela uma transição para o cerrado (FEITOSA, 2005). É na a transição da floresta úmida e o cerrado, se configurando entre 500 a 650 metros, que se condiciona o babaçu, aparecendo subespontaneamente, indicando a existência de água subterrânea, que vão desaparecendo próximo aos baixios e divisores de água (FEITOSA, 2005).

Figura 12 – Recorte do Mapa Planialtimétrico de Pernambuco - Folha Crato (SB.24-Y-D-III, MI – 1205) contendo o município de Barbalha. Escala: 1:100.000. FONTE: Governo do Estado do Pernambuco, Secretaria de Recursos Hídricos, 2002.

A disponibilidade de água também possibilita Arajara ser um local favorável para diversas atividades agrícolas, sendo visto até pela região como um local que vive da agricultura (BRITO, 1985; RIBEIRO, 2012). Sobre isso, Feitosa (2005) coloca que a prática da agricultura tradicional, extensiva e de subsistência, alterou a vegetação primitiva da área de encosta e pé-de-serra do distrito³⁴. Isso vem “abrindo clareiras no meio da floresta e, conseqüentemente,

que a água foi tomada pelo interesse dessa elite e deixou de lado os moradores, além de a construção do parque trazer vários impactos ambientais pela supressão da cobertura vegetal.

³³ Essa vegetação faz parte da Floresta Nacional do Araripe (Flora – Araripe), primeira reserva florestal do Brasil (RIBEIRO, 2012).

³⁴ Quando se olha por este ponto é evidente ver a centralidade na cana-de-açúcar antigamente, como todo o município de Barbalha e, na atualidade, a atividade hortifrutigrangeira (plantio de “verduras” como se denomina localmente) (RIBEIRO, 2012). Salienta-se que a cana-de-açúcar ainda é plantada na região para produção de rapadura nos meses de junho a agosto, que adentra o período do festival da Exposição Agropecuária do Crato (EXPOCRATO), onde esses produtos agrícolas são comercializados.

provocando a perda de umidade do solo, além de acelerar o processo de assoreamento dos vales”³⁵ (FEITOSA, 2005, p. 26).

Ribeiro (2012) coloca que, pelas condições climáticas e uma anomalia verificável no regime de chuvas além das estações secas prolongadas, a agricultura cultivada ali está nos padrões tradicionais, como dito anteriormente. Assim, a autora mostra que ali vai se fazendo um ajustamento ao meio, como foi apreendido ao longo da história da ocupação do território, mantendo uma relação do ser humano com o meio de sobrevivência razoavelmente equilibrada. Deste modo, a agricultura tradicional é largamente praticada a partir de uma cultura de sequeiro e cultura de ciclos curtos, feitas a solteiro ou consorciadas, aproveitando os baixios que acumulam água e consentem as terras serem úmidas com o início da estação seca (RIBEIRO, 2012). Por isso, ultimamente nos meses de novembro a maio, dependendo da chuva, predomina-se o plantio, sobretudo de milho, feijão, andu e fava. Muitas vezes estes plantios são realizados entre as palmeiras de babaçu.

A agricultura familiar ainda é predominante, realizada em posses próprias, de parceria ou em terras arrendadas. Há, em algumas poucas propriedades, a agricultura sendo irrigada, contendo trabalhadores(as) assalariados(as) temporariamente, com prioridade no plantio de frutas e outras verduras, tais como banana, alface, coentro, cebolinha, cebola, pimentão e couve. Essas terras cultivadas são de minifúndios e pequenas propriedades³⁶.

A comercialização dos produtos dessas atividades agrícolas de Arajara é realizada na região do Cariri e algumas cidades do Pernambuco³⁷. No entanto, como mostra o mapa da figura

³⁵ Porém, como se verá de forma mais detalhada a seguir, Arajara também teve atividade agrícola de monocultura. Provavelmente nesse uso da terra que se intensificou a degradação ambiental, fazendo surgir os babaquais, nas quais inúmeras famílias lidavam e, na atualidade, algumas continuam r-existindo.

³⁶ Vale destacar aqui os dados do relatório de análise do mercado de terras do estado do Ceará, feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sobre o município de Barbalha (INCRA, 2017). Esse trabalho mostra que há uma relação de 1.111 imóveis classificados como minifúndios, abrangendo uma área de 20.670 hectares. Como pequenas propriedades, há 22.867 hectares em 288 imóveis. Já 44 imóveis são médias propriedades, abarcando 12.986 hectares. E, por fim, as grandes propriedades possuem 7.773 hectares em 7 imóveis. Então, a estrutura fundiária, de forma resumida, é constituída de grande extensão territorial para poucos proprietários e pouca terra para muitas pessoas. Este processo vem desde da colonização (ANDRADE, 2005). Essa questão interfere na produção, especialmente do agroextrativismo do babaçu, pois as palmeiras estão em algumas propriedades e as pessoas não possuem garantias ou direito de coletar os cocos. Pela omissão e desatualização da legislação, além do desnível político-econômico, quem não possui a terra tem que se sujeitar aos interesses dos donos, mesmo que gerações já tivessem coletado ali. Dessa maneira, estes dados ratificam a ideia de Andrade (2005) de que a população rural possui um desnível econômico, pois há uma grande massa de trabalhadores(as) rurais assalariados(as) e um pequeno número de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida. Andrade (2005) salienta ainda que essa questão pode variar conforme a qualidade da terra e sua localização, o que determina um padrão de vida elevado, razoável ou precário.

³⁷ Um ponto interessante a destacar sobre essa comercialização é a narrativa instituída pelos habitantes do distrito, argumentando que todos os produtos feitos em Arajara são os melhores e isso faz ter uma boa aceitação do mercado regional. Essas narrativas afirmam que ‘nessas terras nasce de tudo que for plantar, é só ter água e disposição’.

13, pela proximidade se tem destaque no comércio os centros urbanos de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, conhecida como CRAJUBAR. E isso foi muito mais intensificado pela infraestrutura criada pelo Estado, especialmente com o estabelecimento da Centrais de Abastecimento do Ceará – S/A (CEASA), localizada em Barbalha.

Grande parte da produção do distrito escoava para Juazeiro do Norte atualmente. Mas ainda é o Crato que atrai um maior contingente de produtores para a realização do comércio. Isso se deve pela proximidade de 12 quilômetros e a sua feira livre, sendo que essa última possui uma importância histórica para a região do Cariri (figura 13).

É importante destacar que Barbalha nunca se desenvolveu, pois manteve seu ritmo mais lento do que as cidades vizinhas (BESERRA, 2007). Por isso os produtos de Arajara não são tão comercializados pelo seu centro urbano, mesmo pela proximidade (figura 13) e as relações que deveria ter com o centro do município. Também vale lembrar que é nesses centros que as pessoas vão procurar por serviços especializados e infraestrutura, que não existem no distrito. Nisso se destaca a busca pelo centro comercial, de saúde e de educação.

Pelos relatos expostos nas entrevistas, as estradas pertencentes ao estado do Ceará (figura 13) que passam pelo distrito são as mesmas que existiam no início do povoamento, sendo provavelmente os caminhos abertos para se deslocar pela região. Nessas estradas se deslocam diariamente, além dos habitantes e turistas, os caminhões que coletam a produção minerária do distrito, em sua maioria calcário, utilizado na construção civil.

A atividade agrícola está baseada na existência de irrigação. A água dos sistemas de irrigação pode vir diretamente das nascentes por meio de encanamentos, ou cacimbas com água subterrânea, que são construídas pelos agricultores ou proprietários das terras. As cacimbas³⁸ também são fonte de águas para muitas famílias que não possuem acesso às fontes.

Essa ideia é disseminada pela região, especialmente nas feiras livres, impulsionando nos comerciantes e consumidores um ‘slogan’ se for de Arajara é o melhor produto. Essa ideia é até usada para mercadorias que não são de Arajara

³⁸ Para o desenvolvimento e construção das cacimbas, processo esse que necessita encontrar o aquífero, não são feitos os estudos adequados ou a regularização e liberação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização das águas subterrâneas. As cacimbas são escavadas por pessoas da comunidade que têm o reconhecimento da população, cuja especialização advém dos saberes culturais tradicionais adquirido por ancestrais ou por observações, crenças, mitos e comunhão com o vivido. Essas pessoas possuem conhecimentos tácitos, que dizem onde tem água subterrânea somente pela observação, ou utilizando dois pedaços de madeira cruzados. É evidente encontrar em Arajara habitantes que possuem esses saberes e conseguem fazer diversos tipos de atividades a partir de suas observações, valores, crenças e comunhão com aquele lugar. Assim, há curandeiras(os), benzedoras(ores), parteiras(os) e agricultoras(es) que conhecem plantas medicinais, como será a estação chuvosa observando a natureza ou olhando a lua e as estrelas, além de saber o que, como e quando plantar ou extrair de cada tipo de terra. Desse modo, há pessoas com noções e habilidades sobre saberes e fazeres do distrito.

Figura 13 – Arajara e o CRAJUBAR (CE). Fonte: adaptado de PMB (2001), por PEREIRA, C. E. G. (2018).

No entanto, como já apontava Feitosa (2005), mesmo com essa potencialidade agrícola e esse conhecimento para essas atividades e o extrativismo, há um problema de organização política e social da água, a má distribuição, gerando falta e conflitos entre moradores. Há também, como essa autora observa, a falta de incentivos para produtores, que assim terminam isolados uns dos outros, pois no distrito não há associações, cooperativas técnicas e organizações que pensem em agregar todos. Eis a questão com a atividade do babaçu.

A população residente em Arajara é de quase 4.500 pessoas (IBGE, 2010). Estes atores sociais que ali residem exercem inúmeras atividades, dentre as quais o agroextrativismo da palmeira babaçu³⁹. Essa atividade é realizada nesse espaço há várias gerações, sendo até mais antiga do que a origem do distrito, segundo relatos dos moradores. Do babaçu se faz vários produtos, mas na atualidade há preferência pelo desenvolvimento do óleo de babaçu.

Pode-se aqui falar que grande parte da população de Arajara sempre exerceu a atividade agroextrativista, onde o babaçu com o pequi e a macaúba são extraídos por pessoas que lidam com atividades agrícolas. Porém, o extrativismo foi sempre posto em segundo plano na economia do distrito. Ao conhecer o lugar, imediatamente percebe-se que esta nunca foi uma atividade central, mas sempre de determinado grupo, em sua maioria de mulheres e crianças. Para esse grupo, a atividade com o babaçu é a única renda para o sustento de suas famílias. As palmeiras e seus frutos possuem uma relação mais que econômica, sendo algo afetivo e simbólico. O babaçu serve para fins diversos, seja material ou imaterial, tendo boa parte para produção de óleo vegetal, ele vem sendo desvalorizado pelas modificações e dinâmicas recentes do mercado, sendo que poucas famílias permanecem nessa ocupação. Os que continuam trabalhando possuem uma idade avançada e em sua maioria estão há décadas nessa prática.

Nesse panorama é fundamental pensarmos essa atividade no processo histórico-territorial-cultural, onde a coleta ininterruptamente foi uma atividade não valorizada pelo mercado e Estado do Ceará. Contudo, este fruto é tomado por parte da população desse distrito, especialmente a parcela mais pobre e esquecida, como uma oportunidade de se ter uma fonte de renda para aquisição de poder de compra (mercadorias). Por isso, reforça-se aqui que este processo deve ser entendido numa construção sociocultural e histórico-econômico-territorial do Cariri cearense no contexto do semiárido (SILVA, 2015).

A formação histórico-territorial-cultural do Ceará ao distrito de Arajara

Diferentemente do litoral nordestino, onde a cultura da cana-de-açúcar é bem desenvolvida, a colonização branca do semiárido cearense se deu no século XVIII, a partir da indústria pastoril (GIRÃO, 2000). Girão (2000) coloca que este território foi constituído para favorecer a pecuária, pois o uso de mão-de-obra escrava era inviável devido ao seu alto custo.

³⁹ Vale aqui ressaltar que o pesquisador desse estudo executa essa função com sua família.

Dessa maneira, foi imprescindível em todo o Ceará o uso de mão-de-obra livre que migrava de outras áreas produtivas, além dos povos indígenas que foram entregues ao epistemicídio para servir os interesses dos colonizadores (GIRÃO, 2000).

É por esse motivo que Pontes (2009) argumenta que a produção agrícola, em várias áreas do Ceará, ficou restrita à agricultura de subsistência. A agricultura de subsistência não expandiu pelas grandes distâncias do mercado e pelas péssimas condições das estradas, beneficiando os criadores de gado para atender ao litoral cearense (PONTES, 2009). Nesse viés, a charqueada toma o centro da base econômica do Ceará, constituindo o período ou a época do couro (GIRÃO, 2000). A época do couro propiciou a constituição das primeiras vilas, mas no sul cearense só se funda uma, a vila do Crato, em 1762, pela vinda de migrantes da Bahia e Pernambuco (PONTES, 2009; SILVA, 2015). Logo, o que hoje conhecemos como Cariri antes pertencia ao Crato.

Destaca-se que o Cariri cearense não tinha muita relação com as outras localidades do território cearense pela grande distância, contribuindo para a região viver para si um longo período (BARROS, 1964). Silva (2015) assinala o Cariri como tendo maior proximidade com a região pernambucana, criando assim o favorecimento para a vinda dos primeiros habitantes da Bahia e Pernambuco (SILVA, 2015). Este autor coloca que há um debate entre os pesquisadores sobre os atrativos que levaram os colonizadores a ocupar a região do Cariri cearense (SILVA, 2015). Ele considera ser a abundância de fontes de águas subterrâneas um dos atrativos, pois facilitaria o processo de povoamento pela atividade da pecuária e da agricultura de subsistência. Nesse sentido, Silva (2015, p. 11) argumenta que nas últimas décadas do século XVII:

A região do Cariri Cearense, a exemplo das demais áreas do semiárido, foi ocupada no contexto da difusão da pecuária, como atividade complementar da economia canavieira estabelecida no litoral, integrando a dinâmica econômica mercantilista. Assim, o Cariri correspondia à área de convergência das rotas de gado que se deslocavam no interior nordestino, utilizando os cursos dos rios temporários como caminhos naturais no processo de povoamento. Nesse contexto, as condições geoambientais da região proporcionaram o desenvolvimento da agricultura, que se associou à atividade pecuária no processo de colonização regional.

Com a colonização branca em processo, o estabelecimento do primeiro sesmeiro no vale do rio Salamanca se deu em terras que seriam o município de Barbalha, por Antônio Gularte, em 1717 (IBGE, 1959; SILVA, 2015). Nos anos seguintes esse processo vai se consolidando,

tendo expulsão dos povos indígenas que existiam ali, se constituindo processos para combater qualquer reação desses ‘nativos’⁴⁰. (SILVA, 2015).

Silva (2015) expõe que, nesse mesmo período, a cana-de-açúcar é firmada como base econômica dessa região por projeto do Estado⁴¹. Por este motivo foram implantados os primeiros engenhos⁴² de rapadura⁴³, sendo Barbalha posta como centralidade dessa atividade (BESERRA, 2007). Nesse ponto é importante salientar o Crato e Barbalha como liderança na produção de cana-de-açúcar (BESERRA, 2007), lembrando que todo o pé-de-serra que hoje corresponde o distrito de Arajara era tomado para o plantio⁴⁴. Isso aconteceu principalmente pelas facilidades do clima, solo e das águas das nascentes, dentre as quais as de mais relevância são a do Farias, Macaúba, Luanda e Melo (STUDART, 1888). Silva (2015) aponta que a agricultura de subsistência era plantada com a cana-de-açúcar, para o abastecimento dos(as) moradores.

Conforme Nobre (2015, p. 30), “com a sucessão hereditária as antigas propriedades adquiridas por sesmarias foram se dividindo e cada engenho foi se tornando um sítio”. A origem dessas pequenas propriedades não é só característica desse território, mas de todo o pé-de-serra

⁴⁰ É posto que o epistemicídio e genocídio dos povos indígenas favoreceu a expansão do gado e o estabelecimento de fazendas no Cariri cearense (SILVA, 2015). Cabe destacar que nessa região já havia povos indígenas muito antes da chegada da colonização branca.

⁴¹ Como projeto de Estado, a atividade teve enorme contribuição para o crescimento da desigualdade socioeconômica. O Instituto do Açúcar e do Alcool (1938), a partir de um relato de Ademar Távora, aponta que a cana-de-açúcar fez prosperar um quarto das famílias cearenses. Porém, logicamente sabemos que essas famílias são a elite do estado.

⁴² Nobre (2015) indica como foi o início desses engenhos, sendo inicialmente feitos de madeira, movimentados por bois mansos, que depois foram substituídos pelos engenhos de ferro, datados das décadas de 1840 a 1850. O autor também coloca que as fornalhas desse tipo de engenho usavam como combustível a abundante madeira da região. E, nas terras onde hoje se localizava Arajara, o coronel Joaquim da Costa Araújo adquiriu um dos primeiros engenhos de ferro para inserir essa novidade em sua fazenda (NOBRE, 2015).

⁴³ Ainda sobre a produção dos engenhos, França (2017) coloca que além da rapadura também se produzia aguardente em Barbalha. Ela traz uma tabela baseada nos dados de Thomaz Pompeo de Sousa Brazil (1977), expondo que na década de 1860 havia 70 engenhos, que produziam 40.000 arrobas de rapadura e 20.000 canadas de aguardente. Essa produção só perdia para o município de Crato. França (2017) aponta que o distrito de Arajara possui ainda engenho de pé, mostrando suas histórias e memórias do local, sendo ele produtor de rapadura em suas terras, mas com um período dedicado a fazer aguardente. A autora assinala, através de dados obtidos em campo, que entre os séculos XIX ao XX essa produção era vendida no Agreste e Zona da Mata de Pernambuco, mas também abastecia os mercados paraibanos. E toda essa produção era feita em comboios de jumentos e burros (FRANÇA, 2017).

⁴⁴ Barros (1964) coloca o pé-de-serra do Cariri como um território com uma vegetação revestida, sendo essa de mata úmida, dada a maior umidade pelo relevo e as chuvas orográficas. Porém, essa mata hoje em dia está quase toda suprimida pela ocupação dessas propriedades rurais nessas encostas e suas atividades agrícolas que visam atender a subsistência e as relações comerciais da região (BARROS, 1964). O plantio da cana era feito em terras favoráveis à sua adaptação, em especial nas áreas de brejos e pés-de-serra, com cursos de água próximos para que a irrigação fosse feita na cana-de-açúcar (SILVA, 2015). Nobre (2015) ainda lembra que mesmo com a valorização da agricultura ainda havia pecuaristas que criavam gado e criavam conflito com agricultores, pois os animais eram soltos e invadiam as lavouras. A resolução desse problema foi a construção de um muro de pedra, passando entre Crato e Barbalha, sendo o ponto de travessia no sítio Melo. Há resquícios desse muro nos dias atuais.

caririense (BARROS, 1964). Além disso, Barros (1964) informa que esses latifúndios foram desmembrados por herança, pois não há terras devolutas ou inúteis e há especulação desses terrenos. Então, a atual ocupação concentrada nas terras de Arajara é oriunda de mudanças histórico-espaciais de latifúndios para pequenas propriedades agrícolas.

Brito (1985) considera que a economia rapadureira se consolida no Cariri por meio de trabalhadores forasteiros livres⁴⁵. A crescente mão-de-obra livre, que depois se juntou com os ex-escravos libertos, trouxe para o processo de povoamento um novo tipo de relação, a de sujeição (BRITO, 1985). Segundo Brito (1985), o dono do engenho alocava essa mão-de-obra em pequenos lotes no interior do latifúndio, escolhendo quais terras ficariam com quem, detalhando suas extensões e a fertilidade do solo. A autora mostra que essa prática era de interesse do dono do latifúndio, pois as pessoas se sujeitavam a trabalhar para ele três ou quatro dias no plantio de cana, engenhos ou em outros serviços, quando recebiam uma diária ou faziam pelo acesso que detinham às terras (BARROS, 1964; BRITO, 1985).

Então, existe nesse quadro de sujeição diferentes modos de exploração da mão-de-obra, variando de locais (BARROS, 1964). Nas terras escolhidas, que em sua maioria era de baixa fertilidade, o agregado tinha o direito de plantar roças para sua subsistência, mas não tinha o direito do plantio da cana, pois o proprietário não autorizava (BARROS, 1964; BRITO, 1985). Sendo assim, essas pessoas foram subalternizadas e marginalizadas pelos donos desses latifúndios. E isso aconteceu em Arajara, sendo as pessoas empregadas também no trabalho nos babaquais, como veremos adiante.

A produção local era escoada por tropeiros⁴⁶, no lombo de jumentos e burros (SOUZA, 2016). Isso ajudou muito o Cariri, principalmente dos anos de 1920 a 1960, pois, como foi dito

⁴⁵ Vale destacar, como argumenta Irineu Pinheiro (2009), que para o cultivo dessa monocultura no Brasil foi necessário a compra de escravos, mas o número destes na região do Cariri era pequeno. Esse número reduzido se deve ao escravo não ser elemento central para o funcionamento de engenhos locais, fabricantes de rapadura, pois a produção não alcançava expressividade (BRITO, 1985). Destarte, nas terras que hoje está o Arajara também existiram escravos.

⁴⁶ Souza (2016) fala do escoamento dessa produção pelos tropeiros, que na maioria eram iletrados, colecionavam paisagens em suas memórias, faziam amizades por onde andavam, tinham habilidades comerciais e prestavam serviços para pequenas cidades e vilarejos, intensificando a infraestrutura desses lugares. Essa intensificação, segundo este autor, se deve ao processo de trazer novos produtos, hábitos e valores culturais, especialmente o gastronômico. Souza (2016) indica os tropeiros como responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural da região nordestina. Através desses sujeitos pode-se destacar que muita da produção dos babaquais, especialmente o óleo de coco, foi comercializada, sendo vendido em poucas quantidades, ou mesmo dada pelas amizades que os tropeiros tinham ao longo do caminho. Uma frase que soa entre alguns habitantes do sítio é que o óleo muitas vezes foi visto não como mercadoria, mas como um agradecimento pela amizade.

acima, as dificuldades de acesso e escoamento da produção eram enormes, levando a produção ficar pela região (SILVA, 2015; SOUZA, 2016).

Conforme Studart (1888), depois de se emancipar do município de Crato em 1846, Barbalha começa se desenvolver, especialmente pelas águas das nascentes, que ficam no limite sul, onde se localiza o Arajara. A divisão daquele tempo feita em quarteirões, onde seriam hoje os sítios, mostra algumas terras que compõem o distrito de Arajara, que são: Coité, Cajaseiras e Farias (STUDART, 1888). O Farias é o local onde se encontra a nascente do Farias, que forneceu muita água para as localidades circunvizinhas. Cajaseiras, provavelmente é onde está a sede do distrito de Arajara, sendo relatado por Studart (1888) como um local de uma feira animada. Isso já nos mostra que ali poderia ser um ponto de convergência central da produção agrícola, pecuarista e extrativista que era produzida nas terras próximas.

Coité, como assinala Studart (1888), foi onde residiu Pinto Madeira, rico militar e latifundiário. Pinto Madeira era monarquista, sendo combatente da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador (FELIX, 2010). Segundo Felix (2010), em 1832 Pinto Madeira, como chefe político da Vila de Jardim, liderou o movimento de Insurreição do Crato, que pretendia anular a abdicação do imperador Dom Pedro I. A partir disso, Pinto Madeira instaurou, junto com seus comandados, um governo provisório para todo o Cariri cearense e por este movimento foi preso e fuzilado (FELIX, 2010). Também no Coité residiu o coronel Manuel Ribeiro da Costa, conhecido como Neco Ribeiro. Segundo Macedo (1990), Neco era sobrinho de Pinto Madeira, tendo sua família se estabelecido ali “no processo civilizatório do Cariri” e era tida como de têmpera forte. Neco teve o comando oligárquico de Barbalha no período do coronelismo no Ceará, caracterizado pela concentração de poder em um coronel, sendo este o representante local, tendo sido deposto em 1906 (MACEDO, 1990). Como o próprio Macedo (1990) deixa explícito, seu poder se concentrava via banditismo social. Sobre isso, Silva (2015, p. 20) ressalta:

Durante muito tempo, a região do Cariri foi ponto de concentração do banditismo social, como fator condicionado pela forma da apropriação da terra no processo de colonização dos sertões nordestinos, gerando uma estrutura de poder e uma sociedade extremamente desigual, que no futuro historicamente se materializaria no fenômeno do cangaço e no coronelismo.

Segundo Brito (1985), no decorrer do século XIX não há mudanças no quadro agrário, mas este é mudado no século XX. Como essa autora justifica, no século XX, por meio do misticismo de padre Cícero, houve a atração de muitos fiéis se fixando na região do Cariri,

sendo incentivados por esse líder religioso a se dedicarem à atividade agrícola, incorporando novas terras para produção⁴⁷.

Arajara se tornou distrito em 1904, mas só adotou este nome a partir de 1960. Entre os anos de 1963 a 1965 este distrito se emancipou, tornando-se município, sendo depois retomado como território pertencente a Barbalha. Nessa mesma década, um pouco antes da emancipação de Arajara, o projeto Asimow foi realizado no Cariri para o desenvolvimento da região do Cariri⁴⁸ (BESERRA, 2007). Nesse processo, Beserra (2007) assinala que Barbalha foi contemplada com a instalação de duas empresas. Em 1962 a primeira foi implantada, a CECASA, que fabricava ladrilhos, telhas e manilhas. No ano de 1963 se instalou a outra empresa, a IBACIP, com fabricação de cimento Portland. Depois que acabou o projeto muitas das empresas que começaram suas atividades faliram ou se transferiram de lugar, sendo este o caso da CECASA, permanecendo somente a IBACIP no município.

Porém, como França (2017) expõe, nos anos de 1960 a 1970 ainda a presença dos engenhos de rapadura e aguardente era forte, tendo 60 engenhos funcionando no município e canaviais e abacateiros no Arajara. Além disso, no final da década de 1970 é empregada a logística da agroindústria canavieira para o município de Barbalha, sendo construída a usina Manoel Costa Filho (BESERRA, 2007). Isso faz, segundo Beserra (2007), com que esse município caminhe de forma diferente dos municípios vizinhos, Crato e Juazeiro do Norte, apesar de, na época terem sido pensadas políticas que considerassem conjuntamente o CRAJUBAR para o desenvolvimento socioeconômico, mas os três municípios continuavam a caminhar de forma independente. Somente no final da década de 1990, se tem a reestruturação do capital no Ceará, trazendo indústrias por meio de atrativos fiscais, financeiros, de infraestrutura, de mercado e apoio tecnológico (BESERRA, 2007). Beserra (2007) informa que, nessa nova lógica, os governantes do Estado buscaram junto com as prefeituras do CRAJUBAR conceder incentivos para atrair essa industrialização que saía do centro-sul para a região. Nesse

⁴⁷ Apesar do padre Ibiapina (importante em Barbalha), logicamente que padre Cícero Romão Batista é um divisor de águas para a região do Cariri, pois seu poder político-social e cultural trouxe inúmeras transformações locais. Eram inúmeros fugitivos da seca que vinham ao Cariri e permaneciam, tendo suas orientações para ocupação religiosa, especialmente dos espaços vazios (PINHEIRO, 2009). Porém, pela falta de documentos sobre a ocupação de Arajara, não sabemos se foi pelo fenômeno do padre Cícero que as pessoas vieram para essas terras. E ainda, pela missão de padre Ibiapina (1864-1870) no Caldas, com seus supostos milagres, pode ter sido uma centralidade para as pessoas permanecerem no distrito (PINHEIRO, 2009). O mesmo autor pondera que o padre Ibiapina, utilizando das águas que brotam no Caldas, fez milagres, trazendo pessoas em romarias para se banhar lá e alcançar uma graça. Como para chegar ao Caldas se pode ir pela zona urbana de Barbalha ou pelo caminho do Crato-Arajara talvez tenha levado pessoas para se fixarem por essas terras.

⁴⁸ Conforme Beserra (2007), este projeto, cujo o autor é Morris Asimow, foi concretizado pelo convênio da Universidade da Califórnia (UCLA) e Universidade Federal do Ceará (UFC), trouxe frutos de um processo de industrialização para o CRAJUBAR.

período é criado na região o distrito industrial e o anel viário. A partir dessas ações, Barbalha se transforma em um polo do setor terciário e há a transferência das pessoas empregadas nas atividades do campo para atividades dos setores de comércio e serviços (BESERRA, 2007), de forma que as atividades agrícolas e agroindustriais são deixadas de lado, principalmente com o fechamento da usina Manoel Costa Filho.

Tal mudança acontece juntamente com a crise de produção da cana-de-açúcar no município, o que leva muitos habitantes que lidavam com essa atividade a trabalhar no corte em outros estados, especialmente em São Paulo (BRITO, 1985; FRANÇA, 2017). Essa prática ganha força em Arajara no final da década de 1990, com muitos habitantes, em sua maioria homens, saindo de suas atividades para irem cortar cana-de-açúcar fora. Ainda nos dias atuais é possível verificar que tem uma grande leva de habitantes do distrito que vão para outros estados, mas não tanto para os canaviais, especialmente de São Paulo, onde os trabalhos de colheita estão mecanizados. Há atualmente uma leva de pessoas do distrito, sendo maioria homens jovens de 18 a 40 anos, trabalhando em colheitas de laranjas na Bahia, nos canaviais de Alagoas e na soja ou canaviais de Goiás.

As pessoas que permanecem na localidade se dividem entre trabalhos pelos centros urbanos do CRAJUBAR ou pelo distrito. No CRAJUBAR há pessoas empregadas no setor de comércio e serviços, em indústrias ou empregos temporários diversificados, como no Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e na mineração de calcário. Há também quem trabalhe por estes centros urbanos, consistindo em pequenos empresários ou ambulantes. Já no distrito há uma grande parte dos habitantes aposentados ou lidam com as atividades de comércio e serviços, sendo em sua maioria na construção civil, serviços de beleza, comércio e serviços ligados ao lazer aquático, transporte de pessoas e hortifrutigranjeiros, oficinas e comercialização de automóveis. E ainda há um número pequeno de atores sociais que r-exista trabalhando com o agroextrativismo. Esse número é bem menor quando focamos para as atividades do coco babaçu. Porém, segundo relatos de agroextrativistas do babaçu, Arajara tinha quase todas as famílias que trabalhavam direta ou indiretamente com os babaçuais, mas hoje se concentra em 25 famílias.

Salienta-se também que as técnicas de irrigação do período canavieiro não se modificaram, continuando num processo rudimentar (BRITO, 1985). Para Brito (1985), as águas vindas das fontes naturais entraram na lógica do mercado e foram monopolizadas por proprietários, que detinham o direito de permitir ou não seu uso. Esse “direito do uso da água

da fonte é hereditário e, por ocasião da venda de um sítio que é favorecido por esta água, pode ou não constar da escritura de venda” (BRITO, 1985, p.34).

Barros (1964) mostra que essas águas chegavam nas terras por meio de levadas, sendo estes canais escavados na terra durante a seca e destruídos no inverno, sendo usados por um ou mais sítios. Como é visto em Brito (1985), este sistema de irrigação no Cariri prevalecia ainda na década de 1980. A determinação da quantidade de água para cada terreno era controlada pelo lavadeiro, funcionário que controla a vazão, tempo e o direito à água que cada terreno detinha⁴⁹ (BARROS, 1964; BRITO, 1985). No entanto, a autora mostra esse sistema de irrigação perpetuou-se como extremamente seletivo, sendo a maioria dos agricultores não detentores do acesso ao sistema de irrigação, permanecendo excluídos⁵⁰. Por isso, Beserra (2007) coloca que o desenvolvimento de Barbalha foi mais lento quando comparado ao Crato e Juazeiro do Norte, levando o município a permanecer na produção de rapadura em pleno início do século XX, enquanto o país estava em outra lógica. Desse modo, também consideramos que os governantes do Ceará e os de Barbalha estabeleceram aquele território para o plantio da cana, atendendo às elites locais. Este fato fez esquecer, marginalizar e excluir outras atividades e outros sujeitos, levando esses a perpetuarem sua r-existência. Eis o caso do agroextrativismo das palmeiras de babaçu de Arajara, que r-existe sua produção nas relações socioeconômicas do local ao global.

⁴⁹ Barros (1964) destaca como o sistema de irrigação era regido por número de telhas, que é uma medida de partilha de água e/ou de horas semanais. Brito (1985) considera que este sistema, que possui normas e técnicas datadas do século XIX, sofreu transformações, embora reduzidas. A fim de aproveitar ao máximo da água, os proprietários construíram açudes e levadas de cimentos ou as trocaram por canos, além de terem colocado outras formas para não perder a água e aproveitá-la em tempo de estiagem (BRITO, 1985). Nos locais detentores de açudes a água era depositada de noite, uma vez que evitaria desperdícios por armazenar em um local para irrigação no outro dia (BARROS, 1964).

⁵⁰ Logicamente, a preferência dessa água das fontes do pé-de-serra de Arajara era para a agricultura (monocultura) e para os donos dos latifúndios. Os marginalizados estavam à mercê da benevolência desses proprietários. Além disso, na literatura se nota que devido à devastação vegetal e ocupação desordenada, houve uma diminuição das águas e consequentemente maiores dificuldades para as pessoas que não tem direito a este recurso.

CAPÍTULO III – RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E R-EXISTÊNCIAS NO AGROEXTRATIVISMO DO BABAÇU: REFLEXÕES DO BRASIL AO MUNICÍPIO DE BARBALHA (CE)

(...) a produção do babaçu, requer que penetremos na esfera da própria economia.
(VALVERDE, 1957, p. 402)

O território brasileiro possui inúmeras potencialidades de recursos naturais que fazem parte do nosso modo de vida, tendo formidável relevância social, cultural e econômica. Dentre estes, se encontra a palmeira de babaçu. Considerada pelo Ministério de Relações Exteriores (1940, p. 252) em 1940 como a “mais importante da flora brasileira”, a palmeira de babaçu existe nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país (MMA, 2009). O coco babaçu é o fruto que se origina dessa palmeira, nomeada cientificamente como *Orbignya speciosa* (VALVERDE, 1957). No território brasileiro as palmeiras de babaçu envolvem entre 13 a 25 milhões de hectares, abrangendo 279 municípios⁵¹ (MMA, 2009; PASSOS, 2018). O estado do Maranhão possui a maior parte do território coberto por palmeiras, seguido depois pelo Piauí, Pará e Mato Grosso, sendo o Ceará detentor em apenas partes isoladas de seu território (MAY, 1985).

À vista disso, em um estudo sobre a floresta de coco babaçu do Maranhão, May et. al. (1985) apresenta onde ocorrem essas florestas em um mapa do Brasil (figura 14). Ao verificá-lo notamos a existência de uma concentração de palmeiras de babaçu entre o Maranhão e Piauí, como também entre Goiás e Tocantins. No Ceará mostra-se ocorrência dessas florestas em três pontos, sendo um localizado na região do Cariri cearense, onde se encontra a cidade de Barbalha.

Nesse sentido, Rizzini (1963a) relata o estudo de Viveiros (1943), apontando o surgimento da Mata dos Cocais como ação direta da devastação da floresta amazônica para o estabelecimento de roças, especialmente de arroz e mandioca (MESQUITA, 1996). Rizzini (1963a) detalha que depois de 90 dias da ocorrência de uma queimada no terreno começa a surgir vigorosamente as plantas da palmeira babaçu. O autor coloca os babaçuais sendo mais densos nas antigas fazendas, sobretudo na margem mais líquida, mas não são contínuos, possuindo intercalação por campos, capoeiras, cerrados e matas.

⁵¹ Na reportagem de Passos (2018) é posta a existência da palmeira de babaçu habitando territórios de outros países da América do Sul, como Bolívia, Suriname e Guiana. Essa autora alega evidências dessas palmeiras a serem encontradas em maior número em regiões do cerrado, baixadas e vales úmidos. Porém, para muitos pesquisadores, a ocorrência de babaçu se apresenta em áreas onde não tem mais sua vegetação nativa, estando em processo de desertificação pela ação humana.

Figure 1. Areas of occurrence of babassu palms in Brazil. States where babassu occurs are labelled. Heavy dotted line encloses the Mid-North region. Drawn by R. Alvares based on maps in [3] and [14].

*Also referred to in the scientific and popular literature as *Orbignya martiana*, *O. barbosiana*, *O. spp.* and other names.

Figura 14 – Distribuição espacial das florestas de babaçuais no Brasil, no ano de 1985. Fonte: May et. al. (1985, p. 276)

Assim, os babaçuais se originam nessas áreas perturbadas, podendo medir cerca de 10 a 30 metros de altura, frutificando no oitavo ano e produzindo plenamente após 15 anos (CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012). Carrazza, Silva e Ávila (2012) argumentam que a safra anual pode gerar de 3 a 5 cachos, que podem conter de 300 a 500 cocos babaçu, com variações. Os autores ainda esclarecem que seus frutos florescem nos meses de janeiro a abril, amadurecendo nos meses de agosto a dezembro, ficando a disposição da fauna silvestre e dos seres humanos. Em outras palavras, a safra concentra-se no período seco, até o início do período das chuvas, podendo variar conforme a região e suas condições ambientais.

Destaca-se que até a década de 1990 eram classificadas duas espécies de babaçu (BARBIERI, 2004). Rizzini (1963b) distinguia as palmeiras de babaçu em duas nomenclaturas, estando essas classificadas como *Orbignya oleífera* ou *Orbignya martiana*. *Orbignya oleífera* é de áreas características do Brasil Central, tendo sua distribuição em terras de mata seca

semidecidual, acompanhada por floresta seca, sendo que seus frutos são menores do que os da outra espécie, possuindo poucas amêndoas de coco (RIZZINI, 1963b). Já o *Orbignya martiana*, é característico da região amazônica, vivendo em mata pluvial de terra firme, portando uma espessura maior e tendo mais amêndoas. Sua classificação atual, conforme Barbieri (2004) é *Orbignya phalerata Martius*. Rizzini (1963b, p. 22) considera que a dispersão se deu através de um paralelismo entre a floresta amazônica e a floresta atlântica, pois houve ocorrências de espécies florestais comuns⁵². Além disso, este autor considera que a dispersão humana dessas palmeiras provavelmente não veio por meio dos indígenas, pois:

(...) a palmeira está na sua associação típica e segundo porque os índios, incriminados como vetores, não dispunham de recursos para quebrar as nozes afim de utilizarem as amêndoas como alimento, porquanto, o quebrar tais frutos continua sendo um problema para os industriais homens brancos.

Ao pensar as palmeiras de babaçu, Valverde (1957) considera que a essas deve ser dada a devida atenção pelo poder público, pois do fruto pode se produzir óleo para atividades culinárias, sabão, sabonete, pomada, cosméticos, ração para animais, biojóias, carvão vegetal, combustível e outras variedades de coisas. Ele também mostra que das folhas e caule pode se produzir vassouras, peneiras, artesanato, materiais para casas e outros objetos. Para Tavares (2008, p. 221), “(...) partes e produtos mais comercializáveis são as farináceas do mesocarpo, o endocarpo, a amêndoa, o óleo, o sabonete e a torta (resultante da prensagem das amêndoas destinadas à alimentação animal).” Contudo, mesmo com essas várias potencialidades, o MMA (2009) indica que somente o óleo e o carvão tem sido constituídos como mercadorias para ser comercializados na atualidade. Por quê?

Para tratar dessa questão é necessário analisar o processo histórico e se debruçar sobre as discussões do território que é constituído para atender as questões da agroindústria, do agronegócio brasileiro e o mercado internacional. Nesse caminho é preciso esclarecer as demandas e exigências das relações da economia babaçueira, verificando os atores sociais entrelaçados, seus modos de envolvimento e seus embates. Evidentemente que a atividade do agroextrativismo é vista num viés econômico, esquecendo que há também os laços culturais, sociais e políticos que esses atores possuem com o babaçu.

⁵² O autor para defender essas ideias mostra um mapa das rotas migratórias da flora, apontando uma lista de espécies que teriam advindo da Amazônia para outros territórios. Rizzini (1963a) nota um tipo de distribuição em comum, em que as espécies amazônicas aparecem nas terras nordestinas, as quais são nichos favoráveis (serras altas e litoral). Essa teoria depois foi defendida nos trabalhos de Dárdano de Andrade-Lima, como também em A. Ducke e G. A. Black.

A entrada do babaçu nas relações econômicas brasileira

Desde 1820 as expedições de naturalistas da Europa observaram e verificaram as potencialidades dos babaçuais que eram vistos na paisagem brasileira (MAY, 1986). Apesar disso, os babaçuais só vieram a se tornar referência para a economia de alguns estados na década de 1920, destacando o Maranhão (MAY, 1986; MESQUITA, 1996). Nesse processo, onde as amêndoas dos babaçus se tornaram peças centrais para exportação, e é iniciada uma mecanização da atividade. Sobre isso, Ferreira (2014, p. 23) mostra que:

Em 1867, a empresa maranhense Ribeiro & Hoyer exportou para Liverpool, Inglaterra, o primeiro carregamento de coco, porém, os ingleses não conheciam o coco e não tinham tecnologia adequada (máquina) para a sua quebra e assim retirar a amêndoa para fabricação do óleo. Desta forma, todo carregamento foi lançado ao mar por não ter valor, causando um grande prejuízo para a empresa exportadora. Somente em 1911 quando foram enviadas apenas as amêndoas que a Alemanha conseguiu produzir com sucesso o óleo de babaçu. As amêndoas foram vendidas a ¼ de cent por kg. Em 1921, a Alemanha importou 4.133 toneladas quase 50% do total de exportação brasileira que era de 7.283 toneladas e em 1923 aumentou a exportação para 26.141 toneladas, 74% da exportação nacional que era 35.281 toneladas. Até 1924, a produção de amêndoa era direcionada integralmente para exportação e a partir de 1924, com o início da industrialização da amêndoa, parte da produção de amêndoas passou a se destinar ao consumo nacional que começou a crescer em detrimento da exportação. Em 1926, 96% da produção ia para exportação (...)

May (1986) assinala que o processo de mecanização para retirar a amêndoa do babaçu já havia sido traçado em 1853, mas foi somente em 1920 que essas máquinas começaram a aparecer em cena. Segundo o autor, essa tecnologia focava métodos que imitam processos manuais do campesinato, como dispositivos que pilariam, cortariam ou esmagariam as frutas e equipamentos, separando as amêndoas da casca. E é aí que se inicia uma lógica de produção para o comércio (gráfico 1).

Na década de 1930 a amêndoa de babaçu começou a prosperar pela intensificação dos pedidos no mercado por óleos láuricos (MAY, 1986). O autor coloca que os estados onde prosperava o babaçu começaram a exportar as amêndoas para outros países ou para a região sudeste do Brasil. Ferreira (2014) indica que os principais importadores da amêndoa do babaçu até 1934 foram a Alemanha, que liderou as importações, seguida da Grã-Bretanha, França, Itália, Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda, Suécia, Noruega e Tchecoslováquia.

Fonte: Ayres Júnior (2007); IBGE (2017b)

Nota: Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

May (1986) lembra que, por conta do transporte de copra das Filipinas ter sido suspenso pela ocupação japonesa, o babaçu foi importante no mercado mundial antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Ferreira (2014) indica a comercialização antes da Segunda Guerra Mundial, sendo predominantemente de amêndoa, tendo no ano de 1935 exportado um total de 396 toneladas, mas era insignificante a exportação do óleo. No ano de 1942, no meio da guerra, as exportações do Brasil para o mercado europeu vinham caindo, especialmente para a Alemanha, levando a uma estabilização da produção (gráfico 1), quando o Brasil assinou com os Estados Unidos o Acordo Geral do Babaçu (DOURADO; BOCLIN, 2008; FERREIRA, 2014). Este acordo “assegurava aos Estados Unidos o suprimento de matéria-prima para a fabricação de óleo, margarina e sabão”. (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 51). Dourado e Boclin (2008, p. 51) ainda lembram que:

O contrato mencionado tinha vigência de quatro anos, prorrogada, no entanto, até junho de 1947, estipulando-se preços maiores e a divisão por igual da produção: 50% para o mercado externo, 50% para o mercado interno. Condição essa, no entanto, prejudicada pela crescente indústria de óleo do sul do país, que forçou a subida do preço da amêndoa para que não faltasse matéria-prima.

Devido a este acordo e pela suspensão na oferta de outros óleos vindos das Filipinas, os Estados Unidos tornaram-se o destino principal das amêndoas e do óleo de babaçu, comprando

quase toda a produção anual disponível (FERREIRA, 2014). Desse modo, no ano de 1951 havia em funcionamento 58 usinas de óleo de babaçu em todo país (DOURADO; BOCLIN, 2008). A partir disso, elevou-se a renda dos donos de terras que tinham babaçuais e se estimulou o aumento da produção das quebradeiras que extraíam a amêndoa do coco babaçu (FERREIRA, 2014; AYRES JÚNIOR, 2007). Ferreira (2014) ainda destaca que a amêndoa era o principal produto exportado, pois o óleo não agradava os comerciantes europeus devido ao processo maquinário precário para sua fabricação.

A produção brasileira de babaçu entre os anos 1935-1955 fica estabilizada (AYRES JÚNIOR, 2007), como o gráfico 1 apresenta. É somente na década de 1960 que a produção se amplia, tendo um pico em 1979 (gráfico 1). O consumo interno aumentou entre os anos de 1955 e 1956, não tendo excedente para exportação (FERREIRA, 2014). Nesse período, os médios e grandes comerciantes começaram a aderir a compra da amêndoa de babaçu, como afirma Ayres Júnior (2007). Conforme esse autor, a compra era feita por empresas de vários estados, com a finalidade da produção de óleo, sabão, ração ou ter matéria-prima para exportar. Esses comerciantes, desde a década de 1950, compram a amêndoa das pessoas que quebram os cocos, controlando a matéria-prima, para assim barganharem preços mais elevados com as indústrias (MESQUITA, 1996). Essa lógica só é quebrada quando o óleo de palmiste perde valor no mercado (AYRES JÚNIOR, 2007).

Ayres Júnior (2007) pondera que essa exploração é acompanhada estreitamente por latifundiários, pois o babaçu era uma mercadoria por excelência. Ele ainda assinala que uma importante parcela do que era extraído se destinava ao óleo ou a venda da amêndoa inteira, visando a renda familiar no primeiro semestre do ano. Além disso, Ayres Júnior (2007, p. 38) diz que essa seria a “única fonte de subsistência nos períodos em que a produção agrícola já tinha se esgotado e esse produto se tornado preponderante para o suprimento de suas necessidades materiais de alimentação, moradia e trabalho”. Cabe, nesse ponto ainda, destacar que a valorização do babaçu no período de 1930 até a crise do petróleo, na década de 1970, foi incentivada pela ideia deste produto ser uma fonte alternativa de combustível (FERREIRA, 2014). Por este motivo, Ferreira (2014) coloca que ao babaçu foi dada uma importância nacional como ao café, além de concorrer no mercado internacional com os produtores de óleo de copra, que advém da popa seca do coco. Realça-se que o período da década de 1950, começando com o governo de Vargas e tendo como principal propulsor Juscelino Kubitschek, há uma meta para a industrialização e urbanização do país.

Nessa meta traçada o governo busca a modernização do campo, empregando a tecnologia nas atividades agrícolas, embrião da agroindústria, sendo traçada a ocupação de cada pedaço de terra por esse setor para ter alimentos na cidade, quiçá gerando a reforma agrária (que nunca ocorreu) (AYRES JÚNIOR, 2007). Essa ação ajudaria a resolver a problemática fundiária, levando as famílias sem terras ou pressionadas do Nordeste Ocidental a terem propriedades, como também ocuparia locais com baixa concentração demográfica, como a região amazônica e o centro oeste (AYRES JÚNIOR, 2007).

Ayres Júnior ainda nos faz lembrar que o Brasil é detentor de uma desigualdade regional enorme, sendo que há regiões onde predominam as indústrias e nos serviços terciários, dominando a lógica empregada pelo governo. Para este autor, em todas essas regiões existe elementos comuns, como a desigualdade social gritante, tendo como marca as favelas ao lado de bairros abastados e/ou cidades tendo um forte de atividade econômica cercada de pessoas aposentadas e o comércio de agricultura de subsistência, sendo agentes nucleares da economia, e a fome. Nesse panorama, “*no dia 14 de março de 1957, o govêrno federal baixou o decreto n.º 41150, criando o Grupo de Estudos do Babaçu, a fim de que êste apresente, fundamentadamente, sugestões para o desenvolvimento da produção de babaçu em curto prazo*” (VALVERDE, 1957, p.3, na grafia original) lembra o geógrafo Orlando Valverde, que participou desse estudo fazendo apontamentos sobre as questões socioculturais e econômicas da realidade do Maranhão, desvendando o sistema de produção agrícola, sua logística, processos de desenvolvimento e estrutura do quadro geoeconômico⁵³.

O babaçu do Brasil e a agroindústria

Valverde (1957) em uma lógica econômico-industrial, típica da dinâmica empregada no país a partir da segunda metade do século XX, considerava ainda haver, no final da década de 1950, um modelo incipiente no campo para atender ao mercado. Por isso, minimizando as relações culturais das pessoas que trabalham no agroextrativismo, ele tratou essa questão como problema regional e puramente econômico. Em seus argumentos, para solucionar tal questão

⁵³ No Maranhão, as pessoas que partiram do litoral e que, no século XX, pelos rios, foram ocupando áreas de vale onde existiam babaçuais originaram “a civilização do babaçu, do arroz e do algodão” (TROVÃO, 2008, p. 24), Conforme Trovão (2008), essa ocupação se deu de forma pontual e esparsa, concentrando-se nos médios e inferiores vales, como também fazia a frente pastoril, exibindo um vazio demográfico ao se observar na paisagem mais presente a flora e fauna. O autor ainda assenta que a ocupação surgiu das áreas urbanizadas, como Bacabal, Caxias, Codó, Monção, Pedreiras, Pindaré Mirim e São Luís Gonzaga do Maranhão, tendo uma distância de 200 a 300 km da costa.

não se deveria olhar somente a Geografia, mas utilizar saberes e fazeres de outras ciências, especialmente as que tomam rumos ecológicos e agrônômicos. Assim, o autor colocou algumas questões e sugestões, considerando também que necessitava de estudos mais aprofundados. Inicialmente, Valverde assinalou que não existiam estudos com dados corretos sobre as áreas de ocorrência dos babaquais, ou sobre o número médio de palmeiras por hectares nessas áreas, o espaçamento necessário para desenvolver sua produtividade máxima ou quando começa a frutificar. Além disso, não se sabia quanto tempo durava uma palmeira de babaçu, qual o número médio de cachos numa palmeira, além do tipo de clima e solo para o babaçu se desenvolver. Por isso o autor considerava central raciocinar novas lógicas para mudar o sistema rudimentar de coleta comercial dos extrativistas, buscando uma ótica para a industrialização da atividade. Notando os problemas socioculturais e econômicos da atividade com babaçu, esse autor considerou o dever de se realizar uma forte mobilização para os serviços de demarcação e entrega de títulos de propriedade, pondo fim a indústria da grilagem de terras. Segundo Valverde, esse processo ocorreria a partir da organização de crédito aos produtores, que se apropriariam das terras que cultivavam. Para o processo de demarcação das terras o autor avaliou que a orientação para a derrubada das palmeiras necessitava ficar sintonizada com o processo das zonas novas de ocupação.

Valverde (1957) continua com suas propostas argumentando que, para o aumento da produção de babaçu, é indiscutível a criação de estradas vicinais, que devem ser orientadas pelo governo. Sobre a população trabalhadora nos babaquais, ele considerou a necessidade de organização de assistência médica, social e econômica, mas essa não poderia ficar somente a cargo de um único órgão, e sim de vários, sendo governamentais, autárquicos ou ministeriais, através de um plano único, tendo uma comissão para fiscalizar. Ainda é apontado pelo mesmo que a organização de plantations de babaçu privadas seria uma tarefa difícil no país, pela desvalorização da moeda que acontecia naquele período. Ele propôs a mecanização da quebra dos cocos para os locais centrais de produção, mostrando a necessidade de se buscar outros caminhos para o aumento da produção e a industrialização do babaçu. Nesse ponto ele argumenta que (1957, p. 36) “falências de indústrias novas fornecem uma prova, aliás custosa, de que elas jamais devem ser instaladas sem a garantia de um fornecimento regular de matéria-prima”. Logo, deveriam ser feitas pesquisas para obtenção do maquinário, com alto rendimento para a quebra do coco, para que a produção fosse estimulada. Entretanto, Valverde (1957) indica que as máquinas industriais para extrair o óleo de babaçu são as mesmas que para outras oleaginosas, sendo necessário o governo fazer estudos de agronomia e a economia agrícola para

planejar a possibilidade de plantations dessas plantas. Além disso, ele considerou que não existiria um único problema sobre o babaçu que pudesse ser resolvido isoladamente, mas que necessitava de contribuições dos governantes estaduais e federais para encarar e solucionar essas questões.

Mesmo depois de todas essas considerações é evidente verificar que as questões colocadas por Orlando Valverde não foram implementadas. Se nota que ainda existem muitas falhas que dificultam as atividades nos babaçuais, especialmente uma logística que favoreça aos pequenos e médios extrativistas (AYRES JÚNIOR, 2007). Essa questão afeta diretamente a comercialização do babaçu, levando, desde da década de 1970, os preços caírem (MAY, 1986; AYRES JÚNIOR, 2007). Nesse sentido, os(as) agroextrativistas, para obter as mesmas remunerações que atingiam no passado, tiveram que trabalhar muito mais, o que gerou um desestímulo à atividade da quebra do coco e, conseqüentemente, diminuiu o total produzido e a oferta de matéria-prima para a indústria (MAY, 1986; AYRES JÚNIOR, 2007). Esse fato leva ao desaparecimento da atividade (HOMMA, 1990).

Homma (1990) coloca em seu estudo sobre a Amazônia que todo o processo do extrativismo é marcado por três fases: expansão, estagnação e declínio. Para este autor há um declínio da atividade extrativista, o que levaria ao seu desaparecimento, por fatores internos e externos. Os fatores internos por ele apontados seriam: 1) extração sem controle, não deixando uma parte para regeneração; 2) domesticação do recurso extrativo com plantio, podendo ter desvalorização, levando a outras saídas mais lucrativas; 3) substitutos industriais pela incapacidade do setor extrativo de suprir a demanda do mercado. Já os fatores externos indicados por ele restringem-se à expansão agrícola e ao crescimento populacional, pois estes, por precisarem de mais terras, destroem a base extrativa, independente da rentabilidade (HOMMA, 1990). Fora os esses fatores, há que destacar as redes obsoletas de comercialização, a negatividade dos saques e destruição do agroecossistema, além do baixo rendimento econômico e o processo de tecnificação da atividade agrícola (MOTA, SCHMITZ, SILVA JÚNIOR, 2007). Estes itens relatados eram pensados para atender somente às demandas do mercado internacional⁵⁴, produzindo impactos nas relações sociais. No entanto, conforme

⁵⁴ Se olharmos os casos de extrativismo das palmeiras como objetos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) no final da década de 1970 na América Latina, entenderemos a logística sempre pensada para o mercado (CLEMENT, PÉREZ, LEEUWEN, 2005). Nesse plano se consolidava a industrialização dessas palmeiras, a utilização dessas para produção de combustível e comercialização internacional. Este não foi o caso diferente do babaçu, que teve vários investimentos nacionais, principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e internacionais, com o intuito de se ter uma expansão da sua produção para a comercialização. Porém, esses projetos de desenvolvimento não deram certo. Sobre isso, Clement, Pérez e Leeuwen (2005, p. 69) revelam que

apontam Mota, Schmitz e Silva Júnior (2007), o extrativismo, em algumas áreas, se extinguiu, em outras, agoniza, mas continua r-existindo, pois é uma possibilidade de reprodução social.

Partindo de observações feitas por Clement, Pérez e Leeuwen (2005), é essencial procurar melhorias na produção do babaçu, atendendo especialmente quem vive dela, as populações agroextrativistas. Se fizermos isso pensando somente na economia, não entendendo os vínculos culturais e afetivos, será criado um problema sem solução. É importante pensar uma produção do babaçu para os atores sociais, valorizando sua história e o local.

Estabelecimentos e produção do agroextrativismo do babaçu do Brasil ao Ceará

Com a efervescência da produção da década de 1960 é notada a constituição dos estabelecimentos agropecuários, registrados para a extração do babaçu nos territórios onde existiam as palmeiras. Dessa maneira, a tabela 1 possibilita-nos apreender a dinâmica do babaçu, possuindo momentos distintos em cada estado, tendo um intenso declínio, sendo afetado pelo mercado e ajustes dos governantes.

Como se vê no gráfico 1, que mostra a produção brasileira caindo depois da década de 1960, os dados dispostos na tabela 1 vão mostrar o impacto gerado aos estabelecimentos agropecuários em cada estado. A tabela apresenta os dados de 1995 a 2017, com estabelecimentos divididos entre extração do coco ou extração da amêndoa do babaçu, mas o ano de 1960 não contém essas especificações. Partindo dessa tabela iremos, abaixo, fazer uma análise da conjuntura do país e buscar entender como ficou o Ceará nesse dilema.

quando “(...) o mercado brasileiro abriu-se para a economia globalizada, as empresas brasileiras começaram a comprar óleo de coco, que se tornou mais barato, e o óleo de babaçu quase desapareceu do mercado. A produtividade do babaçu em óleo é tão pequena (~ 0,3 t/ha se plantada em monocultivo) que somente seria viável com uso integrado do fruto (endocarpo para carvão, amido do mesocarpo, torta de amêndoa) e com demanda para cada produto. Um projeto de P&D desenvolveu equipamento para viabilizar o uso integrado, mas a razão custo/benefício de competir com o coco no mercado de óleos, carvão de madeira silvestre, farinha de mandioca e farelo de soja, bem como as dificuldades em organizar e educar as comunidades locais para gerenciar cooperativas inviabilizou a comercialização em escala. Um outro projeto de P&D começou um programa de melhoramento, que não continuou após a coleta de germoplasma”.

TABELA 1 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PARA EXTRAÇÃO DE BABAÇU DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL							
UF	ANO X PRODUTO DA EXTRAÇÃO						
	1960	1995		2006		2017	
	Sem especificações	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa
AC	-	-	1	4	7	-	1
AL	-	-	-	-	-	1	-
AM		1	2	5	4	19	1
AP	-	-	-	-	-	3	1
BA	34	13	8	54	46	59	45
CE	50	62	305	164	140	304	37
GO	432		3	12	-	-	-
MA	17.600	428	110.754	3.503	58.594	12.127	15.491
MG		2	44	108	14	75	47
MS	-	-	-	1		2	-
MT	-	-	-	7	1	175	32
PA	4	80	521	43	76	67	22
PB	-	-	2	3	-	1	-
PE	-	-	-	19	-	3803	3310
PI	1.356	13.247	102	1142	9509	-	-
PR	-	3	2	3	-	-	-
RJ	-	-	-	3	-	-	-
RN	-	1	-	4	-	2	-
RO	-	-	4	26	57	8	2
RR	-	-	1	-	-	-	-
RS	-	3	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	1	-	-	-
SP	-	-	-	3	1	-	-
TO	-	10	2.574	251	291	446	344

Autor: PEREIRA, C. E. G. FONTE: IBGE (1960a; 1995-1996; 2006; 2017a).

Notas: 1. Os dados inexistentes das Unidades Territoriais estão identificados com um traço.

2. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Nessa tabela notamos que de 1960 até 2017 houve períodos de expansão, mas é evidente o declínio com o término e/ou a transformação do tipo dos estabelecimentos agropecuários que trabalha com babaçu. Os dados a partir de 1995 revelam se o estabelecimento trabalha com amêndoa ou coco. Os estados que possuem dados desde 1960, sendo estes Maranhão, Piauí, Goiás/Tocantins (se pensarmos que em 1960 era Goiás), Ceará, Bahia e Pará. Posteriormente outros estados adentraram na produção⁵⁵.

⁵⁵ Após o ano de 1960, pela efervescência do crescimento dessa década, provavelmente outros estabelecimentos abriram e foram apresentados nos dados de 1995. Todavia, como não há dados disponíveis entre 1960 e 1995 tornar-se difícil saber com clareza quando estes estabelecimentos começaram a produção e se, ao longo do tempo, estes diminuíram ou aumentaram. Sobre essa época, o que há de concreto está em Ayres Júnior (2007), a partir de dados de Amaral Filho (1990), assinalando as empresas de vários estados que compravam óleo de babaçu em 1981 a 1982. Assim, pode ser que tais empresas podem ter motivado a criação de novos estabelecimentos.

É possível notar pelos dados da tabela um declínio entre 1995 e 2006. É importante lembrar que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) ocorreu a implantação de políticas que beneficiassem ao agroextrativismo, principalmente relativas aos produtores e seus familiares, a partir da mobilização nacional dos movimentos sociais, que acontecia desde 1990 (ALMEIDA, 1995). No governo Lula (2003-2010) essas políticas se intensificaram, favorecendo especialmente pequenos e médios agroextrativistas, gerando uma abertura maior de crédito para compra dos produtos (ALMEIDA; FARIAS JR., 2013). Disso decorre a volta de estabelecimentos para o setor⁵⁶, demonstrada pelo tímido crescimento de 2006 para 2017. Porém, há uma transformação destes estabelecimentos, dispondo de uma maior atividade ligada ao coco e não da amêndoa.

Quando observamos a tabela 2 podemos verificar que a maioria dos estados sofre uma queda na produção após a crise da década de 1970, não recuperando o auge obtido no ano de 1960. E mesmo com a união de movimentos sociais, o papel do estado, instituições e a vinda de empresas para uma expansão da produção, isso não ocorre.

⁵⁶ Sobre essa transformação nos estabelecimentos, Sorj (2008) assinala uma expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas, desfrutando da manutenção da estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada e polarizada. Destarte, o autor afirma que um grupo pequeno de propriedades decide sobre a maioria das terras e estabelecimentos agropecuários. Ademais, o autor diz que o tamanho médio das propriedades pela dimensão entre a área total e a população agrícola triplica no período, sendo mais forte nos estados de fronteira. Dessa maneira, o crescimento agrícola “conjuga de forma original a expansão da pequena produção e, portanto, um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária” (SORJ, 2008, p.12). Esse processo é bem dinâmico, o que leva os minifúndios a serem incrementados em toda a área, ocupando a centralidade na produção agrícola, mas não elimina os latifúndios, que durante o século XX sofrem crises e reorganização (SORJ, 2008). Sorj explica que essa dinâmica pode ser explicada por dois processos. O primeiro é da crise das plantações que iam para exportação, cuja rentabilidade se fazia pela adequação de renda diferencial em nível global, portando como fator da diminuição de preços no mercado internacional. Nessa lógica, o autor esclarece sobre o Nordeste, podendo essa região ter entrado em crise por sua atividade produtiva, mas a economia foi mantida em pequenas glebas com pequenos proprietários através de relações de produção não capitalistas. Já com relação ao segundo processo, o autor mostra a crise nos latifúndios tradicionais de produção para o mercado interno, estando centrada em relações de produção não capitalista. Tal crise colocou a insuficiência para expandir os produtos excedentes comercializados e deste modo realizar a renda potencial mercantil da terra. Assim, se constituíram “processos de modernização e transformação em empresas agrícolas ou a pecuarização, que permite eliminar em grande medida os gastos com a força de trabalho e obter maior controle sobre a produção e sua mercantilização” (SORJ, 2008, p. 12). Então, a partir dessas ideias expostas por Sorj é nítido entender que pós 1960 os estabelecimentos agropecuários de coco babaçu tem uma reorganização para continuar o processo de acumulação das terras pelo capital. Foi esse mesmo processo que também levou os estados que possuem poucos babaçuais pós 1960, como o Amazonas, ou que não existe babaçuais, como São Paulo e Rio de Janeiro, terem cadastrados estabelecimentos e possuírem produção. Logo, esse aumento do número de estabelecimentos na tabela 1 nessa reorganização pode ter duas hipóteses. A primeira é ter sido provocado talvez pela alta que houve de 1960 até o final da década de 1970, mas com a crise esses estabelecimentos diminuíram as atividades. Já a segunda é que os latifúndios precisaram se transformar em minifúndios pela herança, venda ou doação das terras. Cabe dizer que as duas hipóteses podem ser verídicas e correlatas, mas pela falta de dados disponíveis não podemos afirmar.

TABELA 2 - QUANTIDADE EM TONELADAS EXTRAÍDA DE BABAÇU DAS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL							
UF	ANO X PRODUTO DA EXTRAÇÃO						
	1960	1995		2006		2017	
	Sem especificações	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa
AC		-	0	0	1	-	X
AL		-	-	-	-	X	-
AM		0	1	1	1	6	X
AP		-	-	-	-	1	X
BA	530	2	17	6.070	72	101	22
CE	3.318	154	424	1.282	235	1202	152
GO	37.946	-	12	15	-	-	-
MA	1.191.247	943	114387	155.712	157953	57978	16964
MG		7	28	165	6	603	5
MS		-	-	X	-	X	-
MT		-	-	94	X	X	18
PA	80	401	482	133	34	980	155
PB		-	21	2	-	X	-
PE		-	-	85	-	-	-
PI	413.846	139	6828	2730	4548	6112	1475
PR		0	0	1	-	-	-
RJ		-	-	2	-	-	-
RN		0	-	0	-	X	-
RO		-	9	2	26	21	X
RR		-	1	-	-	-	-
RS		0	-	-	-	-	-
SE		-	-	X	-	-	-
SP		-	-	18	X	-	-
TO		129	4642	3923	546	1361	392

FONTE: IBGE (1960a; 1995-1996; 2006; 2017a)

Notas: 1. Os dados inexistentes das Unidades Territoriais estão identificados com um traço.

2. Os dados de outras Unidades Territoriais ou categorias podem ser desidentificados com o caractere X a fim de inibir inferência daqueles com menos de 3 (três) informantes.

3. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação

É válido lembrar que o desaparecimento da atividade de extrativismo, pelos fatores expostos por Homma (1990) e Mota, Schmitz e Silva Júnior (2007), podem ter aumentado essa crise. No entanto, não há estudos detalhado em todo o Brasil para saber quais motivos em cada local para esse processo. Só o que se pode perceber é que este desaparecimento foi calamitoso para muitas populações pobres que viviam do agroextrativismo, mas não sabemos a dimensão de tal fato. Para pensar isso deve-se olhar cada território, sendo feito aqui um recorte para o estado do Ceará⁵⁷.

⁵⁷ Nesse caso e pelo o objeto de estudo, recortaremos aqui a análise dos dados documentais do censo agrícola das tabelas 1 e 2 para o estado do Ceará. Vale destacar que esses dados mostram o que o IBGE consegue obter nos

O estado do Ceará, que possui algumas manchas de babaçuais e sempre oscilou entre quarto a terceiro lugar nas atividades relativas ao babaçu, possui, na década de 1960 o número de estabelecimentos um pouco superior ao estado da Bahia (tabela 1). Porém, a produção em relação ao estado baiano é muito maior, possibilitando levantarmos a hipótese de que havia mais trabalhadores envolvidos nos babaçuais do Ceará do que nos da Bahia (tabela 2).

No ano de 1995 as tabelas apresentam os estabelecimentos do Ceará, com uma maior produção de amêndoa a não de coco. Essa era a mesma lógica dos outros estados que lideravam, exceto o Piauí⁵⁸, que é apresentado com mais estabelecimentos extraíndo cocos para comercializar. Isso poderia mostrar que tal processo levou as populações agroextrativistas pobres que extraíam as amêndoas a desistir ou foram ‘expulsas’ pela lógica do mercado?

A tabela 2 exhibe ainda a queda de 2740 toneladas na produção total cearense entre 1960 para 1995, existindo um aumento de 317 novos estabelecimentos para extração. No ano de 2006 há uma diminuição de 63 estabelecimentos na totalidade, mas ocorre um aumento de estabelecimentos para produção de coco e não da amêndoa. Logicamente, a produção das amêndoas tem queda. No ano de 2017 se tem, no total, um pequeno aumento de 140 novos estabelecimentos na extração de coco, continuando a diminuição dos estabelecimentos que trabalham com amêndoas. A produção no geral tem uma leve diminuição, sendo mais intensa nas amêndoas. Além disso, é interessante notar que o crescimento do número de estabelecimentos com extração de coco se restringe ao Ceará, não sendo isso observado nos outros estados.

No geral, cabe salientar que em 1995, há um domínio da atividade relacionada à amêndoa, com prováveis agroextrativistas pobres girando em torno dessa atividade, mudando em 2006 e continuado em 2017 de forma abrupta. Também é perceptível nesse período, nas tabelas 1 e 2, que parte da produção extraída não é mais de amêndoa, mas sim do coco babaçu inteiro. Isto nos leva a pensar: qual seria o destino desse coco? Iria diretamente para as indústrias de beneficiamento para se tornar algum produto ou seria queimado inteiro em uma fábrica/indústria como carvão vegetal? O que aconteceu com as populações agroextrativistas do coco babaçu que trabalhavam na retirada das amêndoas? A diminuição de estabelecimentos

seus levantamentos de campo. Por isso, pode ter algo que os dados não mostrem, necessitando de estudos mais profundos e detalhados.

⁵⁸ O Piauí, lembra por Valverde (1957) é um estado que tinha uma logística mais preparada para a industrialização do que os outros.

mostra que a extração do coco não é prioridade dos proprietários desses estabelecimentos atualmente? Se sim, por quê?

Para responder essas perguntas são necessários estudos mais aprofundados para refletir sobre as variáveis possíveis, demandando um certo tempo e esforço. Todavia, ao notar esse histórico econômico da atividade é importante refletir sobre os impactos e novas lógicas dessas questões para as relações culturais, sociais e políticas das populações agroextrativistas do babaçu. Por conseguinte, esses dados nos levaram a ponderar sobre a r-existência dos(as) agroextrativistas do babaçu no estado do Ceará e, consequentemente, do distrito de Arajara (Barbalha-CE), sendo os resultados dos levantamentos dessa questão apresentados no próximo tópico.

Agroextrativismo do babaçu no estado do Ceará, populações tradicionais e r-existência perante ao mercado econômico

O desenvolvimento humano ao longo da sua jornada no planeta constituiu saberes culturais e políticos para lidar com as inter-relações, multiplicidades e construções espaciais (MASSEY, 2008). Dentre os vários saberes, há o agroextrativismo⁵⁹. Gerritsen, Ortiz-Arrona e González-Figueroa (2009) argumentaram sobre os seres humanos em seu processo de sustento, sobrevivência e existência, considerando haver uma dependência dos recursos naturais extraídos do planeta para sua evolução e constituição.

Gerritsen, Ortiz-Arrona e González-Figueroa (2009) também afirmaram que na atualidade muitos dos recursos naturais e da biodiversidade existente são resultados das atividades agropecuárias. Por isso, a relação das sociedades rurais com os recursos naturais locais são um processo de co-produção e co-evolução, através das interações culturais

⁵⁹ Cabe destacar que o agroextrativismo é a junção das atividades agrícolas de plantio da terra com o extrativismo de recursos naturais. Assim, utilizando o que colhia da terra, o que extraía da natureza, além dos animais que domesticavam, o ser humano provavelmente por dezenas de milhares de anos sustentou, formando diversas sociedades humanas (DRUMMOND, 1996). Conforme Drummond (1996), essas atividades só deixaram de ser centrais somente na revolução neolítica, tendo o aparecimento da agricultura temperada. A atividade de agroextrativismo, muitas vezes não coloca a centralidade em escolher uma atividade (agricultura ou extrativismo) como a principal. Seu foco é de utilizar o que existe naquele território para seu viver. Assim, populações agroextrativistas tradicionais, trabalhando em base familiar, buscam com suas técnicas e saberes ancestrais uma sobremaneira de r-existência, completando recursos para sua subsistência. Drummond (1996) assinala que em sociedades contemporâneas, como a do Brasil, ainda existe populações expressivas praticando essas atividades em seu cotidiano como táticas para r-existência, apesar destas poderem estar em outras atividades, especialmente ligada a zona urbana.

sociedade e natureza que produzem o território (GERRITSEN; ORTIZ-ARRONA; GONZÁLEZ-FIGUEROA, 2009).

Raffestin (1993) mostra o conceito de território ter surgido do poder de atores sociais sobre o espaço, se fazendo visível em seus processos materiais e consumido pela vivência e experiência. No entanto, o Estado toma o controle para decidir soberanamente sobre o território, tendo assim o poder, no qual utiliza das estratégias possíveis, inclusive a cartografia (RAFFESTIN, 1993). Assim, valendo-se de códigos e signos específicos, todas as coisas que existem no território se tornam formas e funções para este poder, sendo o território suporte e o que há nele, recurso, inclusive as populações ali existentes.

É através desses que populações tradicionais, como as agroextrativistas, vêm manifestando nas cartografias suas territorialidades existentes, cheias de relações vividas nas dimensões vividas e produtivistas (RAFFESTIN, 1993), não estruturadas e imaginadas pelo pensamento colonizador do Estado (PORTO-GONÇALVES, 2017). Dessa maneira, os atores sociais desde 1970 emanam esses atos num processo político para demonstrar que há nesses territórios ocupações de populações tradicionais (ALMEIDA, 2008).

Almeida (1995, 2008, 2013) procura demonstrar esse movimento de re-existência nas últimas décadas, especialmente na Amazônia, com seu trabalho intitulado Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Este adentra como mais uma força ao movimento social emergente, contra o clientelismo. Pela força dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o PNCSA pensou as diversidades de populações ocupando territórios e tendo laços distintos com os recursos naturais do país, reconhecendo-as devidamente. Dessa forma, essas populações tradicionais, com suas histórias e variações regionais, vêm colocando em pauta seus saberes e conhecimentos, especialmente desde a Constituição de 1988 (ALMEIDA, 2008). Além da carta magna, seus direitos têm sido reafirmados, segundo Almeida (2008, p. 26), “nos dispositivos infraconstitucionais, quais sejam, constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais”, inclusive com debates entre os legisladores sobre o termo e o entendimento do que são as populações tradicionais. Almeida (2008) traz a questão do reconhecimento jurídico desse território e da necessidade de se enquadrar em uma das formas de apropriação, dessas populações, que são os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, os pescadores os chamados ‘fundo de pasto’, faxinais, seringueiros, castanheiros e quebradeiras de coco babaçu. Almeida (2008) também cita as atividades de agroextrativismo, considerando todos estes grupos participantes. No entanto, é preciso analisar essas dinâmicas, funcionando de forma distintas entre os diversos grupos e

territórios. Vale salientar que é incontestável a existência de diferenças entre o agroextrativismo do babaçu em Arajara e as quebradeiras de coco, apontadas pela PNCSA e tão estudadas por vários pesquisadores. Para entendermos essa distinção e seus dilemas é preciso primeiramente notar como funciona o contexto de cada uma dessas comunidades. Ao observarmos as informações sobre as quebradeiras de coco notamos, a partir de Almeida (1995, p. 14 *apud* TAVARES, 2008, p. 234) que elas:

(...) se autodefinirem pela atividade complementar e extrativa, envolvendo simultaneamente critérios ecológicos e de gênero, alcançam um certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente, face à ação governamental e aos circuitos de mercados. Elas invocam novas solidariedades, a partir desses critérios universais (gênero, ecologia, diversidade econômica), e logram uma dupla ruptura com o localismo ao se projetarem em articulações transnacionais com entidades ambientalistas e empresas correlatas, driblando os rígidos controles de uma economia altamente oligopolizada.

Em meados da década de 1990 elas se constituíram como um Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) (TAVARES, 2008). Tavares (2008) aponta o processo de início deste movimento pelos grupos de quebradeiras de babaçu dos estados de Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, possuindo o caráter de lutar em várias frentes, dentre as quais: pela reforma agrária; comercialização dos produtos do babaçu; igualdade de gênero; visibilidade e reconhecimento do papel das mulheres nessa atividade; qualidade de vida da mulher no campo; solidariedade socioeconômica; preservação e recuperação do meio ambiente; políticas públicas. O MIQCB juntamente com o projeto PNCSA articula os territórios tradicionais para a comercialização dos produtos, contando para isso com o apoio dos movimentos sociais, sindicais, instituições públicas de ensino superior, organizações não governamentais, cooperações nacionais e internacionais, além de empresas socialmente comprometida a comercialização e escoamento da sua produção (TAVARES, 2008).

O importante desse movimento é o fato das quebradeiras terem acesso aos terrenos particulares para coletar os cocos, sendo tais áreas utilizadas durante gerações por elas como fonte de matéria-prima para sua atividade de quebra (ALMEIDA, 2008). E esse direito foi conseguido pela lei, organizado e posto em mapas, relatórios e trabalhos acadêmicos do PNCSA. Desse modo, este movimento oportunizou melhores condições socioeconômicas para essas mulheres, promovendo uma r-existência aos impactos do agronegócio e da grilagem da terra (ALMEIDA, 1995, 2013). Entretanto, o mesmo movimento mecanizou a atividade, perdendo sua tradição de quebrar o coco de forma rudimentar.

Como notado, o MIQCB não agrega o estado do Ceará, tendo então a realidade do modo de produção, a dinâmica e dilemas distintos, entre os movimentos desses estados supracitados, com as terras cearenses. Isso reflete em Arajara que, mesmo tendo associações de trabalhadores(as), o trabalho das pessoas com o agroextrativismo do coco vem diminuindo. Tal problema ocorre pois não há um forte laço de identidade, um conhecimento da formação histórico-territorial-cultural do local e uma união do grupo dos possuidores dos saberes e fazeres. E essa falta de movimento leva ao desaparecimento da atividade por novas lógicas econômicas advindas de dentro e de fora desse território.

No próprio processo histórico do estado do Ceará nota-se a não centralidade socioeconômica na atividade do babaçu durante gerações, fazendo com que os babaçuais fossem poucos visados pelo mercado, mesmo sendo uma atividade cultural de populações de agroextrativistas pobres e carentes que foi explorada por uma elite. Nesse sentido, ao observar os anuários do estado do Ceará disponíveis online verifica-se o quadro de exportação do babaçu antes da década de 1930, quando há um aumento e, logo no ano seguinte, uma queda, tendo como consequência a exportação de praticamente nada (PINTO, 1928). Alguns anos depois esse dilema pode ser pensado similarmente nos argumentos de Valverde (1957), onde se indicava dificuldades para extrair e transportar o fruto, trazendo impactos ao crescimento das atividades.

Entretanto, a maior dificuldade era colocar os governantes do estado para pensar a centralidade do babaçu. Se olharmos em Sampaio e Costa (1972) se constatará a tradição dos sertanejos em extrair as amêndoas não sendo aproveitada. Em seus escritos, os autores mostram frustração pela ‘sociedade’ fazer pouco para valorizar essa atividade, pois havia no Ceará babaçuais pelas condições ecológicas e os saberes ancestrais de como trabalhar com o fruto. Sampaio e Costa (1972) veem várias utilidades para o babaçu, podendo fazer ração, óleo e/ou torta, e lembram que esse produto foi exportado para o exterior pelo porto de Fortaleza nesse período, mas ainda há uma inércia. Diante disso, eles colocam o processo de industrialização, iniciado em outros estados (como o Maranhão), não havia chegado no Ceará, mesmo com os apelos que se havia feito e os primeiros levantamentos do Banco do Nordeste. Também no anuário de 1972 afirma-se que a cultura oleaginosa implantada plenamente no estado criaria um desenvolvimento substancial, reduzindo as dificuldades da indústria extrativa vegetal que tentava se implantar. Porém, tais transformações foram mínimas, mesmo o Ceará elevando nos últimos anos o número de estabelecimentos e a produção (tabela 1 e 2). Apesar disso, cabe

destacar que não é todo o Ceará que possui babaçuais, somente algumas regiões, como o caso de Barbalha.

Historicamente, Barbalha, a terra da cana-de-açúcar, tem o extrativismo de babaçu como um potencial. Essa ideia é corroborada por Andrade (2005, p. 55), ao afirmar que “nas proximidades de Barbalha, por exemplo, os canaviais se desenvolvem ao lado do imponente babaçal, havendo como um encontro entre as paisagens do leste pernambucano e as dos cocais maranhenses”. Quando se analisa o acervo documental do município, o que vemos é predominantemente a não valorização do babaçu em relação as outras atividades agrícolas, até 1954. Somente em 1954 aparece uma informação relativa ao babaçu no território barbalhense, sendo que essa divulga uma comercialização de 3000 litros de óleo de coco babaçu no ano de 1952 (UCHÔA, 1954). É também nesse anuário que aparece dois estabelecimentos comerciais comprando óleo ou amêndoa do babaçu, sendo estes Oton Cruz Luna & Cia. e José Duarte Sá Barreto. Em 1959, o IBGE (1959, p. 83) afirmava que, em Barbalha a “produção extrativa vegetal é relativamente desenvolvida, estando em exploração neste setor a amêndoa de coco babaçu, com produção anual superior a 1,2 milhões de cruzeiros”. Em Sampaio e Costa (1972) vê-se o município ganhando exposição como terras da cana-de-açúcar, onde é produzido também algodão, fumo, mandioca e o coco babaçu. No censo agrícola de 1960 esses índices vão intensificando, pois Barbalha consegue ter cinco estabelecimentos agropecuários lidando com coco babaçu, com uma produção de cinco toneladas (tabela 3 e 4). Nesses dados Barbalha só perde para os municípios mais próximo de Fortaleza: Meruoca, Pacoti, Massapé, Mombaça, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará e Baturité⁶⁰ (IBGE, 1960b).

TABELA 3 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS PARA EXTRAÇÃO DE BABAÇU NA UNIDADE FEDERATIVAS DO CEARÁ						
ANO X PRODUTO DA EXTRAÇÃO						
1960	1995		2006		2017	
Sem especificações	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa
5	39	67	41	46	93	2

FONTE: IBGE (1960b; 1995-1996; 2006; 2017a)

Nota: 1. Os dados de outras Unidades Territoriais ou categorias podem ser desidentificados com o caractere X a fim de inibir inferência daqueles com menos de 3 (três) informantes.

2. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação

⁶⁰ Vale salientar que se observarmos os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) sobre a produção de extração vegetal do babaçu do Ceará de 1986 até 2017 há cinco municípios que possuem vasta produção de babaçu no estado, seja amêndoa ou coco (IBGE, 2017b). Tais municípios são Baturité, Barbalha, Crato, Meruoca e Pacoti. Pelos dados expostos, Barbalha sempre oscila entre o terceiro lugar e a liderança da produção de babaçu, tendo então uma importância central para a produção do estado.

TABELA 4 - QUANTIDADE EM TONELADAS EXTRAÍDA DE BABAÇU NA UNIDADE FEDERATIVA DO CEARÁ						
ANO X PRODUTO DA EXTRAÇÃO						
1960	1995		2006		2017	
Sem especificações	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa	Coco	Amêndoa
5	134	76	186	52	565	X

FONTE: IBGE (1960b; 1995-1996; 2006; 2017a)

Nota: 1. Os dados de outras Unidades Territoriais ou categorias podem ser desidentificados com o caractere X a fim de inibir inferência daqueles com menos de 3 (três) informantes.

2. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação

Quando olhamos os dados da tabela 3 (de 1960 para 1995) notamos o aumento de estabelecimentos para extração de babaçu, possuindo também uma elevação na quantidade obtida (tabela 4). Nesses dados a extração do coco é maior que a da amêndoa. Deve-se atinar que o aumento maior da quantidade em toneladas de babaçu, é concomitante às técnicas sendo sofisticadas (MAY, 1986), ao estabelecimento da circulação da mercadoria pela criação de vias de acesso para o transporte (PONTES, 2009) e à abertura do mercado interessado.

Em 2006, pela tendência do país, Barbalha teve uma baixa de estabelecimentos agropecuários que trabalham com o babaçu, sendo exclusivamente os da extração de amêndoa que provoca uma produção menor. Todavia, o número de estabelecimentos para amêndoas continua maior. Em 2017 a produção de coco aumenta e a de amêndoa se extingui. Nisso, os estabelecimentos trabalhadores de amêndoa tornam-se somente dois, possibilitando outros migrarem para trabalhar com coco. A produção se volta exclusivamente para o coco, que apresenta bom resultado. Já não há nenhum registro das amêndoas, provavelmente por ter menos de três informantes.

Como dissemos acima, nos dados obtidos nessas pesquisas são feitos a partir de uma metodologia para coleta de dados, podendo essa não mostrar a realidade. Nesse sentido, há probabilidades de outros dados serem dispostos, como o próprio IBGE, que mostra informações da Produção, da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), entrando em conflito com os dados do censo agropecuário, como mostra o gráfico 2.

É válido notar que o censo agropecuário apresenta os dados que são coletados em um ano preciso, existindo dados disponíveis sobre estabelecimentos e produção de 1960. Em 1995 aparece a opção para verificarmos se o que se extrai é o coco ou a amêndoa, além de que tudo é baseado em uma metodologia. Já nos dados do PEVS (gráfico 2) aparece uma série histórica anualmente, porém, pela metodologia empregada, só existem dados a partir de 1986 e só a opção da produção de amêndoa, verificando o valor que ela é vendida.

FONTE: IBGE (2017b)

Nota: Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação

Apesar disso, se ressalta a validade dos dois dados para entendermos que há diferença e contrariedades não exibidas nessas narrativas, além destes serem acessíveis por estarem online. Partindo disso, com o gráfico 2 mostra os dados a partir de 1995 a 2017 para confrontarmos e pensarmos sobre. Ao compararmos esse gráfico 2 com a tabela 4 vemos diferenças absurdas dos dados sobre a produção. Primeiramente, é notado que em 1995 aparecem os dados girando em torno de 325 toneladas, enquanto na tabela 4 a produção fica em 76 toneladas. Em 2006 o gráfico mostra que a produção gira em torno de 75 toneladas, mas na tabela 4 está posto que foram extraídas 52 toneladas. Isso também ocorre nos dados de 2017, onde o gráfico 2 aparece algo em torno de 30 toneladas, mas nessa tabela a produção está zerada. Dessa maneira, não há uma confiança de dados para revelar o que está acontecendo na produção, mas visualizamos a crise que existe na extração de amêndoas. Além disso, é importante observar com o gráfico 3, mostrado a seguir, que essa crise na produção de amêndoas tem mais um agravante nos últimos anos, que é o interesse do mercado no produto. Então, para apreender isso é preciso se debruçar sobre os dois gráficos.

FONTE: IBGE (2017b)

Notas: 1. Valor da produção na extração vegetal: Variável derivada calculada pela média ponderada das informações de quantidade e preço médio corrente pago ao produtor, de acordo com os períodos de colheita e comercialização de cada produto. As despesas de frete, taxas e impostos não são incluídas no preço.

2. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

O gráfico 2 mostra que até 1995 a produção do município estava em uma alta, sendo extraído por volta de 330 toneladas de amêndoas, caindo bruscamente em 1996, chegando por volta de 75 toneladas. De 1996 a 2012 essa produção fica estagnada por volta desse número. Apesar disso, em 2013 a produção cai e chega a 30 toneladas, onde se mantém com poucas oscilações até 2017. Já o gráfico 3 mostra que o valor da produção de 1995 para 1996 segue o mesmo caminho da produção extraída e cai bruscamente. No entanto, diferente da produção, é notado que de 1996 para 1999 o valor aumenta, tendo uma pequena queda nos três anos seguintes, mas em 2003 volta a subir e estagna até 2005, em 78 mil reais. Em 2006 constatamos uma alta, caindo em 2007, mas voltando a subir no ano de 2008. Em 2009 há, no gráfico 3, a apresentação de uma pequena queda, mas voltando a subir até 2012, chegando a 104 mil reais. Porém, de 2012 para 2013 acontece uma queda violenta no valor de 104 mil para 2 mil reais, continuando nessa desvalorização nos anos seguintes. Se fizermos cálculos do ano de 2012 para 2014 veremos um impacto com a desvalorização do valor em média de 1 tonelada de amêndoas de coco babaçu, que era de 1405 reais e passa para 93 reais. Essa desvalorização é muito brusca e violenta para a atividade nesse município.

FONTE: IBGE (2017b)

Notas: 1. Valor da produção na extração vegetal: Variável derivada calculada pela média ponderada das informações de quantidade e preço médio corrente pago ao produtor, de acordo com os períodos de colheita e comercialização de cada produto. As despesas de frete, taxas e impostos não são incluídas no preço.

2. Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação.

Se também fizermos a comparação, no gráfico 4, de Barbalha com outros dois municípios, Baturité e Meruoca, que juntos lideravam a atividade de babaçu desde 1995, entenderemos o quão isso foi violento para o agroextrativismo dos babaçuais barbalhenses. Ainda, esses dois municípios sempre ficaram na segunda e terceira posição no rendimento, mas desde essa queda de 2012 começam a ter o valor de sua produção maior do que a de Barbalha. Disso, se pode ter a noção de Barbalha perdendo força no cenário do agroextrativismo do babaçu no Ceará, mantendo somente o coco. Como essa situação pode ter aparecido? Para se ter essa resposta precisamos de uma análise historiográfica do século XX e XXI bem profunda, e fazer um levantamento sobre a formação territorial e econômica da atividade, seus agentes, suas dinâmicas e seus dilemas. Logicamente isso é algo mais laborioso para ser feito nessa pesquisa. Todavia, é inegável o impacto ocorrido em decorrência do surgimento de fatores econômicos e políticos no município, como na região do Cariri como um todo, nas últimas décadas, como foi explicitado anteriormente. Logo, esse processo pode ter ocorrido pelo fato de Barbalha deixar de ser um município baseado nas atividades agrícolas para entrar no setor de indústrias e serviços, com a reestruturação do capital pelo interesse das empresas, como citado anteriormente, com a ajuda do estado (BESERRA, 2007).

A partir dessas ações do estado, indústrias calçadistas, comércio varejista, indústria farmacêutica e indústria de cimento se consolidaram na paisagem do município, trazendo

mudanças e dilemas e levando pessoas a saírem do campo para ganhar dinheiro nas fábricas. Este caso se intensifica com grandes projetos de obras nacionais e estaduais, como o ‘Cinturão das Águas’. Ao mesmo tempo, essa crise do agroextrativismo vista através dos dados pode ter ligação com a última crise econômica (de 2008) que afetou o mundo. O quadro induz a pensarmos que muitos deixaram suas atividades de agroextrativistas para se dedicarem a essas novas ocupações na região, muitas em setores recém-chegados. E quem não conseguiu se inserir, foi obrigado a migrar sazonalmente para o corte de cana-de-açúcar, o plantio da soja ou a retirada de laranja em outros estados brasileiros, como citado anteriormente.

Além disso, o território de Barbalha sofre um processo de degradação ambiental pela mineração, agricultura primitiva e extrativismo/desflorestamento vegetal, inclusive com a derrubada das palmeiras do coco babaçu, dificultando o desenvolvimento ou expansão da atividade. Muito desse processo ocasionado pela atividade de mineração (muitas vezes ilegal) e venda dos recursos naturais, como o coco babaçu para se tornar carvão vegetal das fábricas de cerâmicas e panificadoras, mudou a ótica da atividade no distrito. Também, a degradação foi feita pelo mercado imobiliário, com o loteamento das terras de babaçuais, também visto anteriormente. Vale destacar, ainda, a produção de hortifrutigranjeiros para comercialização regional e a intensificação da produção de banana pelo agronegócio. Essa última teve influências na atividade do agroextrativismo, seja na retirada de suas atividades das terras para colocar a bananicultura ou pela desvalorização cultural e econômica.

Observa-se que tudo isso trouxe uma nova roupagem para o distrito de Arajara, seja diretamente ou indiretamente, trazendo modificações no espaço e um outro modo de vida, com o qual as populações agroextrativistas dali devem agora se confrontar. Em outras palavras, esse processo desvalorização dos babaçuais ocorre em Barbalha pela nova lógica que foi posta para essas terras pelo mercado, levando outras atividades a serem valorizadas, em detrimento do agroextrativismo. Nesse sentido, como e de que forma esses fatores provocam alterações no dinamismo do agroextrativismo da palmeira babaçu na comunidade de Arajara? Qual origem desses eventos levou a desvalorização do babaçu pelas famílias e pelo mercado? Que lógica leva as pessoas não quererem mais babaçuais em suas terras, derrubando-os? Por que não fazer produtos com o coco babaçu? Fazer comércio? Podemos parafrasear Trovão (2008) e afirmar que Arajara possui uma civilização da cana-de-açúcar e do babaçu, que está perdendo sua história?

CAPÍTULO IV – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS

É possível uma tal história? Sim, se entendida como emanção da pluralidade de lugares e tempos a partir dos quais é escrita e, portanto, como tendo sempre carácter parcial. (SANTOS, 2014, p. 445)

A partir das possibilidades apresentadas pela cartografia social e dos dados dispostos anteriormente, realizamos um mapeamento social no distrito de Arajara. Nesse sentido, a pesquisa foi concebida e estruturada pela metodologia das narrativas cartográficas para a compreensão da atividade extrativista, a partir da dinâmica própria que apresenta naquele distrito. Para tanto a pesquisa buscou a exposição dessa dinâmica por seus atores, os agroextrativistas, a partir de suas narrativas e por meio de seus mapeamentos.

Tracejando os passos: pesquisa explicativa e método observacional

Para a operacionalização da pesquisa foram definidos os passos metodológicos das atividades. Porém, estes passos não consistem em uma camisa de força da pesquisa, pois puderam ser redelineados ao longo da atividade de campo. Nesse sentido, a presente pesquisa tomou uma abordagem qualitativa, sendo realizada como uma pesquisa explicativa com método observacional. Conforme Podranov e Freitas (2013), esse delineamento me ajudou a buscar mais informações para avançar a investigação, possibilitando definir o tema da pesquisa, orientando os objetivos e descobrindo novos enfoques para futuras pesquisas⁶¹. A pesquisa se estruturou em três etapas, sendo elas: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e cartográfica e; pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica teve o objetivo de obter interações e aproximações teóricas sobre os temas centrais, o agroextrativismo do babaçu do distrito de Arajara em Barbalha (CE), a cartografia de cunho social e as narrativas cartográficas. Pelo delineamento foram traçados os encaminhamentos para a pesquisa de campo. Entretanto, antes de chegar na atividade em campo foi indispensável a realização do levantamento documental e cartográfico, pois traria consistência para entender a problemática da pesquisa.

⁶¹ Além disso, Podranov e Freitas (2013, p. 53) consideram função do pesquisador “(...) explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados. Visa a identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

A pesquisa documental teve foco nos dados sobre o Arajara, como também o agroextrativismo do babaçu. Estes documentos serviram para levantar os marcos históricos, além de situar os acontecimentos marcantes e averiguar como foram tratados pelos órgãos municipais, estaduais e/ou entidades não-governamentais. Esses dados documentais foram coletados nas seguintes plataformas online: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Memória Estatística do Brasil – Acervo bibliográfico da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro (BMF/RJ); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Universidade Regional do Cariri (URCA); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Ceará (UFC) e; Universidade de São Paulo (USP).

O levantamento também se fez nos arquivos e acervos documentais das seguintes instituições: Centro de Documentação do Cariri (CEDOC) da URCA; bibliotecas da UECE; biblioteca da UFCA; biblioteca da UFC; biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP; biblioteca da cúria diocesana do Crato; biblioteca da Escola de Saberes de Barbalha (CE); Centro Pró-Memória Josafá Magalhães; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO); Fundação Araripe (FA); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Associação das Mulheres do Sítio Macaúba (A.M.S.M.) de Barbalha; Associação de Moradores do Sítio Boa Esperança (A.M.S.B.E.) de Barbalha e; Câmara Municipal de Barbalha. Além desses institutos, órgãos e associações, esse levantamento também foi feito em alguns documentos dos acervos pessoais dos moradores do distrito de Arajara e de um bibliófilo do Crato, senhor Aristides.

Juntamente com o levantamento documental foi feito o levantamento cartográfico. Nesse caminho, levantamos quais imagens cartográficas e de satélite existiam e estavam disponíveis sobre o distrito⁶² ou sobre a atividade de coco babaçu⁶³. Cabe salientar que tivemos indicativos de representações cartográficas que traziam sinais da existência de palmeiras de babaçu no distrito de Arajara no século XX. Essas representações foram encontradas nas obras de Seemann (2010) e Soares (1968)⁶⁴.

⁶² Foi verificado se essas possuíam escala e resolução espacial suficiente para visualizar as palmeiras de babaçu ou traziam indícios que haveria palmeiras ali.

⁶³ Já apresentado no último tópico do capítulo I.

⁶⁴ Cabe ressaltar que esses mapas foram feitos para atender uma demanda e, por isso, não devemos julga-los por não ter os autores colocado os babaçuais com suas interações. Entretanto, a observação realizada no levantamento das imagens cartográficas do distrito de Arajara nos leva a inferir a escassez de mapas que tragam uma apreensão das dinâmicas das populações agroextrativistas. Além disso, entende-se a complexidade e o entrelaçamento que é

Em Seemann (2010) há o mapa fitogeográfico do Cariri cearense de 1922 (figura 15) de Phillip von Luetzelburg (1880-1948)⁶⁵. Nessa representação o autor coloca as informações que ele conseguiu levantar em suas expedições, sendo elas: a presença de algodão inserido nos domínios de caatinga; uma zona de lacre presente entre o carrasco e o cultivo da cana-de-açúcar; a zonas de carnaúba, estando próxima ao que o autor denomina Joazeiro (que hoje é denominado Juazeiro do Norte); a zona de palmeiras que fica próxima do carrasco; a zona de peixes nas proximidades dos rios ao noroeste do mapa, entre Nova Olinda e S. Anna do Cariri (que hoje é denominado Santana do Cariri); e a ocorrência de xisto betuminoso, próximo do carrasco (SEEMANN, 2010).

Figura 15 – Mappa phytogeographico parcial da Serra do Araripe de Phillip von Luetzelburg (1922). Fonte: Seemann (2010)

o espaço social, com elementos objetivos e subjetivos nas situações concretas da vida, tornando difícil ver como produzir as representações cartográficas (FONSECA, 2004, 2007).

⁶⁵ Resultado da coleta de dados que este fez sobre flora e fauna. Vivendo no Brasil de 1909 a 1938, o autor “(...) examinou a parte ocidental do planalto e seus contrafortes e registrou detalhes sobre a vegetação e o uso da terra” (SEEMANN, 2010, p. 101). Nesses detalhes podemos encontrar de sul para oeste a Chapada do Araripe, onde o autor mostra a área que só possui mata, tendo a indicação de somente duas localidades. Uma delas é onde fica uma casa de farinha (local destinado a produção de farinha de mandioca) a sudeste, acima da Chapada.

Observa-se no mapa que o autor fez uma divisão da vegetação em *matta (sic)*, caatinga e carrasco. A *matta* se encontra em altitudes elevadas, sendo hoje identificada como floresta úmida da Chapada do Araripe. Já a caatinga e o carrasco estão em altitudes mais baixas, que conhecemos hoje como o vale do Cariri. Também no mapa aparece uma estratigrafia despontando o tipo de geologia com a altitude e os solos resultantes. Essas possuem uma relação direta com os tipos de solo e altitudes na definição da distribuição das formações vegetais e da aptidão agrícola. Entretanto, essa leitura subliminar não é vista de primeira no mapa, pois este provavelmente foi feito para atender às necessidades dos naturalistas. Ressalta-se que entre 600 a 700 metros o autor apresenta a zona de lacre⁶⁶. Essa zona de lacre é sobreposta pelo o autor à informação sobre as palmeiras. E está registrado nessa mesma altitude o distrito de Arajara com o seu nome antigo, Cajazeiro (figura 15). Porém, não há mais subsídios para saber quais situações e contextos de palmeiras, muito menos a relação da sociedade com os babaçus, pois não é apresentado no mapa⁶⁷.

Já a outra representação cartográfica onde foram encontrados esses indícios, aparece no trabalho de Douracy Soares⁶⁸ (1968) (figura 16). Nesse mapa se apresenta a ocupação do solo do CRAJUBAR em abril de 1966, dando ênfase ao potencial açucareiro dessas localidades. No mapa também pode-se observar as demais atividades agrícolas da região e as formações vegetais naturais. Soares (1968) reforça a ideia que o território era sinônimo de riqueza pelos canaviais que existiam e que o Cariri era uma região diferenciada⁶⁹. Ao descrever as formas de

⁶⁶ Valendo-nos dos estudos de Alves (1945) podemos compreender que a zona de lacre faz a distinção da Chapada do Araripe para Serra do Araripe, tendo ali presença de pequiizeiros e palmeiras, como a do coco babaçu. Essas diferenças postas por Alves (1945) para surgir a zona de lacre ocorrem pela influência do relevo, como explicita Ribeiro (2012).

⁶⁷ Cabe salientar que o não saber qual seria palmeira referida por Luetzelburg no mapa. Isso provavelmente será encontrado com detalhes no relatório do qual esse mapa faz parte, intitulado 'Estudo botânico do Nordeste'. Publicada pela primeira vez pelo Ministério de Viação e Obras Públicas a partir do trabalho da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Essa obra não se encontra em acervos digitais e nem é de fácil acesso em papel. Provavelmente sua versão impressa possa ser encontrada nos acervos impressos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do Rio de Janeiro ou na Fundação Guimarães Duque da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, que reeditou a obra. Mesmo com essa noção, pelos conhecimentos adquiridos na pesquisa de campo é provável o autor ter visto os babaçuais. Feitosa (2005) ainda nos lembra que as palmeiras de babaçu surgem em altitudes de 600 a 750 metros aproximadamente e necessitam de água. No entanto, as palmeiras existem em outras localidades, provavelmente semeadas pela ação direta ou indireta do ser humano, mas o babaçu se modifica com este afastamento e produz um fruto seco com poucas amêndoas.

⁶⁸ Essa obra foi feita para atender um requerimento da Faculdade de Filosofia do Crato, sendo realizada pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia (SOARES, 1968). A publicação é composta de 8 mapas e um relatório sobre as questões regionais.

⁶⁹ Na publicação, Soares (1968) reforça a ideia que a região do Cariri é diferente de outras regiões. Em suas palavras, "A região caririense corresponde àquele Cariri enfaticamente pronunciado pelos filhos da terra, com um sorriso largo, demonstrando um orgulho irradiante, querendo dizer com isto ao forasteiro que a sua terra é diferente das outras vizinhas, secas, pobres, catingentas, sem a fartura do seu Cariri. É a sua Região, diferente de outras áreas onde os esforços dos homens para estabelecerem novos espaços, novas paisagens, redundam em fracasso,

relevo, seguindo Barros (1964), a autora coloca a Chapada do Araripe, os pés-de-serra e os baixios e deles parte para mostrar a produção do espaço.

Figura 16 – Ocupação do solo no “Triângulo Açucareiro” em abril de 1966. Fonte: Soares (1968, p.24).

Ao observar, à sudoeste no mapa (figura 16), encontramos a Chapada do Araripe, representada com uma formação vegetal denominada pela autora de cerrado grosso. No centro da área mapeada se encontra a zona urbana do CRAJUBAR, com suas atividades agrícolas⁷⁰ e os canais margeando os rios importantes. Este mapa (figura 16) mostra também uma indicação das áreas de macaúba e carnaúba, localizadas entre 600 e 800 metros de altitude, notando que há na mesma posição o rio Salamanca, cujos afluentes nascem em Arajara, mas pelos critérios adotados o distrito não aparece. Então, essa posição coincide com a proposta de localização da linha de palmeiral do mapa de Luetzelburg de 1922.

em desolação. O Cariri para o cearense é a terra privilegiada, onde primeiro chove, é a sua última esperança, quando o sol castiga, mata e impõe suas leis (SOARES, 1968, p. 10).

⁷⁰ Sobre essas atividades agrícolas é notado no Crato o plantio de mandioca, milho e arroz, à época. Já em Juazeiro do Norte há plantio de arroz, milho, algodão e mandioca. Barbalha, por sua vez, tem milho e mandioca.

Todavia, em ambos os documentos não há menção aos babaçuais. Será que nesse período só haveria macaúba e carnaúba? Pelas informações que obtivermos em campo não, mas provavelmente foi o que Soares (1968) pelos seus critérios, quis apresentar. E também em Soares (1968), por serem mapas de uso do solo, as relações sociais existentes no manejo desses recursos naturais não aparecem, não abrangendo as territorialidades. Por isso, notoriamente esses documentos cartográficos mostram a raridade de representações cartográficas sobre os babaçuais do município de Barbalha. A partir desse panorama, a pesquisa encontrou mais um incentivo, pois a metodologia das narrativas cartográficas pode representar esses babaçuais e trazer pistas para sua invisibilidade.

Para se chegar na aplicação da metodologia, inicialmente buscou-se entender quais sítios faziam parte do distrito. No primeiro momento, essa informação foi procurada na prefeitura municipal de Barbalha e suas secretarias, pois acreditava-se que haveria algum documento com esses dados. Porém, quando da visita a esses órgãos⁷¹ foi informada a não existência de especificação dos limites do distrito e que não haveria nenhum mapa trazendo isso. Aliás, foi dito que não haveria nenhum mapa digital do território de Barbalha. Essa resposta foi contraditória, pois em 2012 haviam sido disponibilizadas, por intermédio de um vereador, as bases cartográficas do município para minha pesquisa de extensão, desenvolvida na graduação, mas que depois foi afirmado que nunca tinha sido feito pelo município. Para resolver esse impasse, foram realizadas entrevistas prévias com lideranças e a funcionária que trabalha na agência dos Correios da comunidade. A partir disso, pode-se verificar que o distrito de Arajara tem 18 sítios, posteriormente inseridos no mapa (figura 17). Os sítios são: Sede do distrito de Arajara; Melo; Macena; Luanda; Monte Castelo; Engenho do Meio; Saguim; Santo Antônio; Tereza; Tabuleiro; Coité; Sossego, Boa Esperança; Alto da Raposa; Espinhaço; Farias; Macaúba e; Tabocas.

A partir da delimitação da composição do limite do distrito de Arajara, foi feito o reconhecimento de quais sítios possuíam pessoas que ainda exerciam a atividade nos babaçuais de forma contínua. Pelas informações coletadas se verificou agroextrativistas nos sítios Melo, Coité, Tabuleiro, Sossego, Boa Esperança, Espinhaço, Tabocas e Macaúba, sendo no total 25

⁷¹ Ao longo da pesquisa foram feitas várias visitas, conversas com legisladores e governantes de várias gestões e funcionários na busca de tais informações, mas sem sucesso.

famílias⁷². Na Macaúba pode-se observar um diferencial em relação aos demais, pois há um maquinário pertencente a A.M.S.M. para fazer óleo, financiado por projetos governamentais.

Figura 17 – Distrito de Arajara. Fonte: Dados levantados e organizados por PEREIRA, C. E. G. (2018)

⁷² Salienta-se que este número é somente das pessoas que (sobre)vivem dessa atividade, mas este não nega a existência de outros atores sociais que sabem trabalhar com os babaquais.

Depois dessa etapa foram realizadas algumas conversações com lideranças e pessoas próximas dessas famílias para informar os objetivos da pesquisa, quais seriam as contribuições desta e se a pessoa poderia mediar o diálogo com tais famílias. Essas visitas e conversas começaram em março de 2017, tendo a finalidade de promover uma co-operação, co-labor-ação e afinidade entre pesquisador e entrevistado. No entanto, em muitos casos isso não ocorreu. Já em outros casos foi só conseguido uma confiança para fazer as entrevistas no começo de dezembro de 2018, após inúmeras conversas informais, em especial com os agroextrativistas mais antigos. Esses percalços fizeram com que não alcançasse as metas esperadas com relação às informações espaciais do extrativismo nas narrativas cartográficas. Porém, como uma pesquisa co-labor-ativa, o resultado dado é o mapeamento que as pessoas conseguiram ou quiseram trazer à tona e não o que o pesquisador almeja individualmente. A iniciativa dos mapeamentos foi proposta pelo pesquisador, mas espera-se que eles tragam um repensar sobre o distrito, sobre a metodologia e sobre o papel de decisão que os moradores podem ter.

Por essas razões adotou-se nessa pesquisa o método observacional com procedimentos de pesquisa participante pelo uso da produção de mapas mentais, procurando fazer as entrevistas narrativas cartográficas (PRODANOV, FREITAS, 2013). Esse método possibilitou analisar a dinâmica espaço-temporal da atividade de babaçu do distrito. Porém, para se chegar a este estágio foi preciso aprofundar como aplicar a metodologia das narrativas cartográficas, fazendo com que se chegasse a um processo não extrativista. Por isso, adotamos o viés da metodologia não extrativista.

Metodologia não extrativista: pesquisa participante e a arte de ouvir as narrativas

Depois das constatações sobre o delineamento da pesquisa, tendo como base os fundamentos de Santos e Menezes (2014), Faria (2016), Fasanello, Nunes, Porto (2018), buscou-se empregar a metodologia não extrativista. Essa metodologia busca construir uma relação onde o pesquisador não haja determinando rigorosamente como será a pesquisa, mas que ocorra uma interação e aproximação entre este e os entrevistados para pensar o que pode ser feito. Além disso, a ideia dessa metodologia procura mostrar que há co-participação, co-labor-ação e co-criação dos entrevistados (SANTOS, 2014; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018).

Essa metodologia possui aproximação direta com as discussões postas no livro *Epistemologias do Sul*, de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2014). Nessa obra é criticada a colonialidade mantida nas pesquisas, fazendo entender que há um saber-poder de determinado grupo sobre outros, apagando a possibilidade de outros conhecimentos surgirem. Os autores argumentam que o saber-poder destes outros conhecimentos trariam possibilidade para florescer potencialidades de r-existência para os atores não hegemônicos. Porém, estes são saqueados e utilizados pela elite para suprimir as pessoas e os tornarem subalternos. Esse raciocínio provoca Santos e Menezes (2014, p. 7) no prefácio da obra, a trazerem os seguintes questionamentos:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?

Em seguida, Santos e Menezes (2014) nos lembram que qualquer experiência social é capaz de (re)produzir conhecimento e, assim, criar epistemologias, ecologias de saberes. Porém, a ciência moderna-colonizadora-enclausuradora constituiu um argumento de que pesquisa é somente o que os donos dos saberes fazem, mantendo o *status quo* do capitalismo, da colonização e do patriarcado (SANTOS, 2014). E são estes que conduzem grupos a serem excluídos, marginalizados, esquecidos, pois não são detentores e produtores de conhecimento (PARKER, 2006; SANTOS, 2014). Tal visão imposta coloca os dirigentes do Estado, em suas ações governamentais, especialmente do Brasil, a elaborar políticas e executar projetos com o termo ‘participativo’, mas não há uma contribuição real das pessoas (FARIA, s/d). Segundo Faria (s/d), isso é quase corriqueiro quando se fala em metodologia participativa, pois se torna uma forma de liderança, ou pessoas indicadas participarem de reuniões com alguns representantes para tomar decisões pela coletividade, e isso é entendido como uma forma de incluir socialmente. Conforme Faria (s/d), essa estratégia vem sendo usada por governos e ONGs para pensar as questões sociais, o que leva a questão, se estas são metodologias participativas ou participantes. Por isso, Faria (s/d, s/p.) considera que, quando se coloca o termo metodologias participativas é algo advindo:

“(...) pelos outros, de forma exógena e alienígena, de fora para dentro, que podem ser governos, pesquisadores, e organizações não-governamentais para legitimar seus projetos e planos pré-elaborados usando o discurso da participação, onde a sociedade figura como objeto de convencimento e “manipulação”, sendo necessária apenas em uma determinada fase do processo. (...)”

Em oposição a essa construção, Faria (s/d) coloca que há metodologias participantes, nascendo dentro das organizações de bases populares, com ou sem ajuda de colaboradores, proporcionando o empoderamento, a tomada de decisão democrática, crítica a existências e seu futuro no diâmetro do mundo. Nelas, os atores sociais discutem desde o processo até a execução final (FARIA, s/d). Então, o termo ‘participante’ adentra numa visão descolonial, sendo construído conjuntamente e continuamente entre os atores envolvidos diretamente. Faria (s/d) continua com essa ideia argumentando que essa iniciativa busca, com o envolvimento da comunidade da pesquisa, uma maximização do impacto social nos resultados, processos pedagógicos e partilha de saberes/conhecimentos ao longo do trabalho.

A inter-relação da comunidade da pesquisa leva estes a “entrar na pesquisa como sujeito ativo, produzindo conhecimento, e intervindo na sua realidade, tornando-se um instrumento no sentido de possibilitar à comunidade assumir seu próprio destino” (FARIA, s/d). Nesse sentido, Faria (s/d) também argumenta que o papel do(a) colaborador(a)/pesquisador(a) externo é saber identificar-se com as causas da comunidade e sua proposta política, mesmo que este não assuma o estilo da mesma, fazendo projetos em conjunto. Por isso, o desafio para o pesquisador é construir subjetividades e espaços de interação que levem todos a conhecerem, juntos, aos outros (FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Porém, é complexo e difícil, pois necessita “de tradução intercultural que crie os espaços de diálogo e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas” (FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018, p. 402). Ou seja, a comunicação é o ponto central para potencializar essa metodologia, criando um processo relacional e processual (KITCHIN, DODGE, 2007; SANTOS, 2014; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Por se relacionar e comunicar surgem os saberes e conhecimentos que permitem entender o espaço, fugindo dos padrões convencionais que registram e analisam pela visão do pesquisador, trazendo um estancamento na coexistência dos outros (MASSEY, 2008; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Logo, coloca-se autonomia e liberdade para que as expressões desses atores apareçam, aprendendo a ouvi-los. Isso não quer dizer uma negação aos métodos e técnicas convencionais, mas um apoio às ortogêneses (a criação de significados) e performances das territorialidades da comunidade (KITCHIN, DODGE, 2007).

Nesse sentido, é preciso uma comunicação espontânea, fazendo uma artesanaria das práticas, verificando a solidariedade das ecologias dos saberes como movimento político-social, onde o(a) colaborador(a) vai entrar num terreno não familiar, o da vida prática (SANTOS, 2014; FASANELLO, NUNES, PORTO, 2018). Santos (2014) aponta que é nesse terreno onde

ocorrem as ações práticas, verificando os riscos e benefícios socioculturais, surgidos nas atividades sociais e não em uma atividade intelectual. Essa afirmação, como bem notaram Fasanello, Nunes e Porto (2018), vem de encontro com os argumentos de Benjamin (1994, p. 205), quando afirma que “a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação”. Para Benjamin (1994, p. 198-199), o que se escreve surge da vida prática, dita muitas vezes nas histórias orais, com narradores anônimos, que podem ser divididos em dois grupos:

(...) que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores.

Contudo, Benjamin (1994, p. 197) já alerta que “por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. (...) É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção”⁷³. Então, essa arte cotidiana de narrar está sendo diminuída e desaparecendo, ao longo das gerações, para surgir romances⁷⁴, provocando a perda da capacidade e poder das experiências permutarem entre os atores sociais (BENJAMIN, 1994). Sem isso fica fácil a política espacial do Estado ser estabelecida, não pensando as questões das populações tradicionais e minoritárias. Isso leva as pessoas a não conhecerem seu território, seus saberes/conhecimentos/histórias e processos de r-existências, fazendo com que possam ser manobrados pelo interesse de uma elite.

⁷³ Conforme Benjamin (1994), o motivo para isso estar ocorrendo é que o ato de ter experiências está em baixa, sendo que seus sinais são de continuar nessa sina até perder seu valor. Segundo este autor, iniciada pela II Guerra Mundial, essa perda da experiência de narrar advém destes cidadãos comuns não saberem mais o que comunicarem, pois tudo é mais pobre na era da informação. Mesmo possuindo o senso prático e sendo pessoas sábias para dar conselhos, esses narradores natos perecem (BENJAMIN, 1994). E o autor assinala o motivo dessa frase anterior: a sabedoria que há para narrar. A sociedade atual não quer sabedoria, não quer ouvir coisas sábias, mas se prepara para um conhecimento prático das coisas momentâneas, postulada para a modernidade do capitalismo para forças produtivas (BENJAMIN, 1994; COSGROVE, 2014). Disso, a narrativa se perde e não r-existe no território.

⁷⁴ O romance é o oposto da narrativa (BENJAMIN, 1994). Benjamin (1994) considera o romance como uma maneira transpassar nos dias atuais a informação em vez do conhecimento. O autor põe isso acontecendo, pois o narrador quando comunica algo, quer passar sua experiência, mas para isso necessita de tempo, há muitas coisas a serem ditas. Porém, a informação é rápida, imediata, não sendo assim exata, tendo valor só quando é nova e, por isso, incompatível com a narrativa, na qual há um valor conservado e potente para o desenvolvimento e gestão territorial.

A partir das contribuições de Benjamin, percebemos que as narrativas precisam ser resgatadas e dado a elas o seu devido valor. No entanto, para isso, precisamos saber ouvir a vida prática, não pela pressa em se obter resultados, em gerar informações ou na pressa de continuar na ‘vida corrida’. Ao tentar fazer uma metodologia não extrativista resolveu-se ir para a comunidade e ouvir. Nessa observação-participante fui parar e escutar o que os agroextrativistas diziam sobre a produção de babaçu. Nesse momento foi compreendido que mesmo pelas articulações nas associações de moradores há um processo de devastação dos babaçuais em concomitância ao processo de desvalorização econômica da atividade de agroextrativismo e isso foi detalhado nos capítulos anteriores. Também foi observado o individualismo na atividade, que mesmo tendo uma cooperativa com maquinário na A.M.S.M., os trabalhos acontecem em suas residências, de forma manual. E ainda mais, há muitos problemas de relacionamento entre essas famílias, o que dificulta o trabalho ser feito em grupo e isso trouxe problemas na condução da investigação, pois as pessoas não se reuniam para dialogar. Assim, se realizou a pesquisa de forma individual, com cada entrevistado, para coletar as informações e posteriormente apresentar os resultados obtidos. Portanto, as conversas – individuais – com a comunidade possibilitaram a discussão da comunidade do distrito sobre a atividade de coco babaçu e o que eles queriam. E pelas conversas iniciais se observou a necessidade de entender a história da atividade do coco e compreender as identidades com tal atividade.

Para atender a essa postura de entender as dinâmicas espaço-temporais, se coloca a cartografia como linguagem, a partir do uso de mapas mentais associados a entrevista narrativas⁷⁵. Essa proposta de pesquisa se encaixa na metodologia de mapeamento artesanal, como sugerido no trabalho do *Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola* (2009). Porém, como alertado por Farias (s/d), Fasanello, Nunes e Porto (2018), essa escolha é um processo complexo e árduo para realizar tal tarefa, mesmo o pesquisador – eu – sendo da comunidade e trabalhando no agroextrativismo. Nesse sentido, várias dificuldades foram enfrentadas para

⁷⁵ Os autores que foram utilizados na estruturação da entrevista narrativa foram Jovchelovitch e Bauer (2003) e na atividade cartográfica foram Wood (2010a; 2010b); Caquard (2014); e Caquard e Cartwright (2014).

conseguir entrevistas⁷⁶, tendo, ao final conseguido realizar a pesquisa com 18 pessoas, apresentadas na tabela 5⁷⁷.

Uma das dificuldades mais latentes foi a aceitação formal de participação na pesquisa. Muitas pessoas aceitavam dialogar sobre a temática, mas depois desapareciam, não falavam mais, diziam que estavam sem tempo, colocavam problemas de saúde ou nem respondiam. Outras pessoas deram a entrevista, mas somente depois de muito diálogo e conversa sobre o que seria a pesquisa. Mesmo assim, como dito anteriormente, esses entrevistados falaram, mas com muita desconfiança, cautela e ceticismo. Foi também recorrente, nas conversas para aceitação da pesquisa, ouvir o entrevistado não aceitar, pois não via um proveito da pesquisa para seu cotidiano. Alguns até disseram que quem ganhava com o trabalho era o pesquisador, não o participante e nem a comunidade. Em algumas entrevistas isso foi bem marcante como, por exemplo, da entrevistada V. Essa entrevistada colocou que quem estava ganhando dinheiro com a pesquisa era eu. Ela não ganharia nada e logo isso era perda de tempo. A partir disso, houve sérias dificuldades para se ter uma interação entre pesquisador e entrevistada, o que comprometeu as narrativas. Outro caso marcante foi o da entrevistada O, que mesmo sendo simpática e receptiva, imediatamente me perguntou se a entrevista não iria durar muito tempo. Depois de eu ter falado que não, ela explicou que teve uma vez que um grupo de pesquisadores(as) vieram e fizeram duas horas de perguntas, sendo a maioria para responder sim ou não. Porém, nenhum desses questionamentos feitos por eles era sobre seu modo de vida

⁷⁶ Cabe ressaltar que para todas as entrevistas foi pedida a assinatura do termo de consentimento. Neste documento havia os meus dados pessoais, o título da pesquisa, informações sobre os riscos e benefícios da pesquisa, além da apresentação da metodologia a ser utilizada, que incluía a gravação da entrevista. Ao ficar ciente das etapas e procedimentos da pesquisa a pessoa escolheria se participaria ou não. Foram também apresentados neste termo os direitos do entrevistado, que eram: ter a transcrição da gravação para sua leitura; tudo que fosse coletado seria usado exclusivamente para a pesquisa de dissertação do mestrado ou trabalhos decorrentes; sua identificação seria sigilosa; para utilizar os dados obtidos para outros fins seria necessária nova autorização do participante; o que fosse coletado seria guardado sob a minha responsabilidade e; a pessoa era livre para interromper sua participação na pesquisa e/ou solicitar a gravação e transcrição da entrevista. Mesmo com esse documento assegurando os direitos do entrevistado, várias pessoas que não fizeram entrevistas. É bom destacar que alguns não fizeram por ter de assinar este termo de consentimento. Dentre estes, vários casos, um foi peculiar e marcante, ocorrido com uma senhora. Ao conversar com ela sobre a pesquisa, falando sobre as questões que essa implicava, a mesma disse não haver problema, mas depois de mostrar o termo de consentimento ela disse que não poderia ceder, pois seu marido não estava em casa e disse que ele não gostaria que ela falasse (caso empírico sobre a sociedade do patriarcado que comanda a comunidade de Arajara). Além disso, na entrevista, não foi perguntado a raça com a qual a pessoa se identifica, mas aqui faremos essa análise a partir do fenótipo da pessoa e suas características para indicar tal definição, seguindo os critérios do IBGE.

⁷⁷ Para preservar o nome das pessoas entrevistadas foram adotadas letras ao se referir ao entrevistado. Não se quis colocar nomes fictícios. Destaca-se que a escolha dos entrevistados saiu das 25 famílias levantadas, buscando sempre conversar com um membro que detinha mais experiências ou saberes sobre a atividade de coco. Também foram entrevistados dois comerciantes de coco para carvão, para problematizar o impacto gerado nesta função. Além desses, foi realizada entrevista com dois colaboradores de órgãos públicos e pessoas responsáveis da A.M.S.M. para entender o maquinário que existe nesse sítio da associação. Na mesma premissa, as pessoas citadas na entrevista serão aqui representadas por letras.

e sua r-existência, mas sobre o babaçu. Ainda, a senhora O declarou que esses(as) mesmos nem se prestaram a retornar a comunidade para mostrar os resultados.

Tabela 5 – Lista de entrevistados(as) da pesquisa		
Entrevistado(a)	Sexo	Atividade
G	F	Agroextrativista
N	M	Agroextrativista
O	F	Agroextrativista
P	F	Agroextrativista
Q	F	Agroextrativista
H	M	Agroextrativista/A.M.S.B.E.
I	M	Agroextrativista
J	M	Agroextrativista
V	F	Agroextrativista
L	F	Agroextrativista
T	F	Agroextrativista/A.M.S.M.
K	F	A.M.S.M.
A	F	A.M.S.M.
B	M	Comércio de coco para carvão
C	M	Comércio de coco para carvão
S	M	Colaborador da EMATERCE
R	M	Colaborador da F.A.

Organização: PEREIRA, C. E. G. (2018)

A entrevistada G também foi um caso desses. Sendo considerada por L como a segunda mais antiga que trabalha com o coco babaçu, G foi receptiva até o momento em que eu disse que precisava da entrevista dela. A partir daí ela marcou datas que não se encontrava em casa e colocou alguns problemas pessoais para não realizar a entrevista. Somente em uma visita surpresa, tendo 30 minutos de conversas introdutórias sobre os procedimentos da pesquisa, ela aceitou co-laborar, mas com a condição de que não tirasse nenhuma foto, não filmasse e não a gravasse. G falou que tal atitude advinha de um caso recente, onde sua imagem foi gravada em um vídeo e, mesmo ela não autorizando, colocaram numa plataforma online.

A entrevistada L contou um caso parecido. Ela é a mais antiga que trabalha com coco babaçu e atualmente não é receptiva em ser participante de pesquisas. Foi muito difícil

conseguir entrevistar L, tendo vários encontros para conseguir sua contribuição. Mesmo depois que ela cedeu, havia ainda um receio em participar da pesquisa se diluindo com a confiança readquirida no decorrer do processo. Porém, assim como G, L colocou que não queria tirar nenhuma foto e nem que gravasse nada dela. Informou já ter feito muitas fotos e vídeos para televisão ou pesquisadores(as), inclusive alguns vindos do Rio Grande do Sul. No entanto, não ganhava nada com isso. Houve até promessa de um prêmio para ela receber, que era um pouco superior a 1.000 reais, mas nunca saiu. Além disso, ela coloca que todos sabem que seus descendentes necessitam de cuidados especiais e ninguém ajuda.

Mesmo nesses percalços, as entrevistas narrativas cartográficas ocorreram. Porém, antes de debater sobre as narrativas cartográficas devemos ter a compreensão do que é a entrevista narrativa. Sobre isso, sendo visível que essa ganhou relevância nas últimas décadas, levando-a ser uma metodologia difundida para investigações nas ciências sociais (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003), é essencial aprofundar seu entendimento para depois estruturar o diálogo dessas narrativas e a cartografia.

Passos metodológicos para uso da entrevista narrativa

Barthes (2011) coloca que as narrativas do mundo são inumeráveis, sendo de uma pluralidade de gêneros com distintas substâncias, podendo aparecer em uma linguagem articulada, seja oral ou escrita, em uma imagem, fixa ou móvel, num gesto e na mistura dessas substâncias. Consequentemente, este autor coloca que a narrativa pode surgir em diferentes linguagens. Ele aprofunda essa ideia argumentando que a narrativa é algo inerente a história humana e não há nenhum povo que não tenha (BARTHES, 2011). Vendo toda essa importância, Barthes (2011, p. 104) provoca com os seguintes questionamentos:

Deverá tal universalidade da narrativa levar a concluir que seja ela insignificante? Será ela tão genérica que nada temos a dizer a respeito, a não ser descrever modestamente algumas de suas variedades, bem particulares, como fez às vezes a história literária? (...) Como opor o romance à novela, o conto ao mito, o drama à tragédia (isso já feito mil vezes) sem fazer referência a um modelo comum? (...)

Em toda dinâmica espaço-temporal os seres humanos possuem a necessidade de se comunicar, contando suas histórias, independente da linguagem utilizada (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003). Segundo Jovchelovitch e Bauer (2003), é pelas narrativas que os atores sociais

conseguem lembrar de fatos e acontecimentos, colocam em sequência suas experiências, encontram explicações possíveis e mostram as cadeias de eventos que construíram a vida cotidiana de um indivíduo ou da sociedade. O ato de “contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana” (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003, p. 91). Esses autores indicam que há diferentes formas de narrar histórias, estar sujeito ao modo de vida e a relação cultural, mas isso não depende do processo de educação e da competência linguística. As narrações contam as experiências, não precisa seguir uma cronologia, pois são sequências de episódios ou enredos. Sua estrutura se baseia em uma ação, onde há um contexto dado, existem eventos sequenciais, terminando em um ponto e há uma avaliação dessa narração (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003). Ao final se constitui uma história de era uma vez, contendo uma textura detalhada, tendo fixação de relevância e a fala de um acontecimento central (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003). Eis as potencialidades da entrevista narrativa.

Jovchelovitch e Bauer (2003) indicam a entrevista narrativa para projetos tratando de acontecimentos específicos, podendo ter várias versões e/ou relações com contextos sócio-culturais-históricos das histórias de vida. Dessa maneira, entendendo a atividade de babaçu e seus dilemas apresentados como um evento específico, além de se ter as histórias de vidas imbricadas notaram a validade de utilização dessa abordagem. Mesmo podendo trazer distorções, a metodologia da narrativa coloca o foco nas experiências dos contadores de história, não trazendo realidades externas e nem podendo ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois estão sempre inseridas num contexto sócio-histórico (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003). Jovchelovitch e Bauer (2003) ainda colocam que o pesquisador/entrevistador tem de tomar cuidado com seus questionamentos, pois não deve impor os seus pensamentos para o entrevistado coloca-los em sua narrativa. Por isso, os autores argumentam que o entrevistador tem que organizar as fases principais da entrevista, sendo essas:

- Preparação: explorar o campo e formular questões;
- Iniciação: formular tópico inicial para explicar o que se quer, podendo usar o audiovisual para auxiliar;
- Narração central: momento para deixar o(a) entrevistado(a) contar à vontade, incentivando somente por gestos e esperar cada sinal de finalização;
- Fase de perguntas: perguntas para aprofundamento, sem discussões de opiniões, atitudes e contradições;

- Fala conclusiva: Momento de parar a gravação e questionar o porquê. Fazer imediatamente as anotações ao sair.

Com essas noções se buscou nessa pesquisa preparar as entrevistas. No momento do encontro com a pessoa entrevistada deixava-as à vontade para escolher onde seria o local para conversa e como eles queriam. Porém, houve diferenças nas narrativas, especialmente dos mais antigos na atividade. Nesse caso, os homens conseguiam expor melhor suas especialidades do que as mulheres. Em todo o momento que via uma dificuldade para um aprofundamento, buscava trazer perguntas ou continuar a conversa para verificar se traziam mais informações. É preciso destacar que havia não interesses em participar e assim não fluía a narrativa. Ao final da entrevista se fazia uma fala conclusiva. Destaca-se que muitas vezes, sem o material, surgiam informações importantes, que eram anotadas, mas não apareciam na entrevista.

As narrativas orais dos agroextrativistas podem ser vistas como literatura oral. Nesse sentido, Cascudo (2006) considera que se necessita de um ambiente protocolar e, em sua pesquisa, 90% das histórias e adivinhações são contadas nas primeiras horas da noite, pois é quando se tem momento tranquilo e sossegado para essa evocação (CASCUDO, 2006). Entretanto, para essa pesquisa, mesmo tentando fazer uma conversação natural, não foi possível. O motivo foi a rotina dos entrevistados, tendo diferentes visões de momentos para descanso ou para conversações. Por este motivo foram agendadas as entrevistas, sendo muitas delas indicadas para ocorrerem na tarde do sábado ou domingo.

Cascudo (2006) também aponta que no caso brasileiro o narrador não segue uma regra de início e término, tendo o remate na situação que considerar necessário. Nisso, no processo descritivo, o entrevistador deve perceber principalmente as variações de voz, na palavra e na frase, que trazem um significado sobredeterminado ao caso. Essa noção foi importante para a pesquisa, notando-se a ênfase, empolgação, se omitiam, paravam ou não se interessavam em narrar os fatos. Nesse sentido, a entrevista narrativa depende muito do entrevistado. Porém, é necessário ter condutas adequadas como, por exemplo, se colocar como quem não conhece nada e quer aprender, mas o entrevistado pode considerar como um truque (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2003). Essa situação ocorreu diversas vezes na pesquisa, onde os entrevistados do distrito afirmavam: “Você sabe onde é, não precisa desenhar”. Esse impasse muitas vezes foi resolvido argumentando que a pesquisa era deles, então poderiam representar, além de dizer que seria visto por outras pessoas. Todavia, esse argumento não convencia a todos.

Dessa conjectura, entende-se as entrevistas narrativas como um potencial para trazer os diferentes mecanismos de pensar e criar (DODGE, PERKINS, KITCHIN, 2009). Essa discussão provoca os mecanismos da memória, da criação, do raciocinar e do imaginar uma situação espaço-temporal numa folha em branco. Há diversas narrativas espaço-temporais que aparecem em conversas ou estão na cabeça, mas não são expressas (carto)graficamente. Logo, aqui se reverbera a aplicação da metodologia das narrativas cartográficas, possibilitando um mapeamento social desse contar sobre situações acontecidas.

Narrativas cartográficas por meio dos mapas mentais

Gisele Girardi (2013, p. 82) mostra a necessidade de buscar cartografias que tragam “valorizações no modo de ver em vez da captura e transformações desses modos nas estruturas rígidas”. Isso parte da premissa que não há somente uma modalidade de distância para ver o espaço geográfico, pois este é constituído de diversos atores, individuais e coletivos, criando um sistema complexo e móvel (LÉVY, 2008). Para essa compreensão optou-se na pesquisa pela metodologia das narrativas cartográficas como uma maneira alternativa de ver e contar a realidade. A metodologia possibilita aos agroextrativistas mapearem suas experiências, histórias e conhecimentos vernaculares, situando sua própria geografia (CAQUARD, 2013).

Sébastien Caquard (2013) coloca que as narrativas devem ser pensadas na constituição da cartografia contemporânea. Denis Wood (2010b, p.13, tradução nossa) já afirmava esse ponto ao analisar o atlas de Mercator, construído a partir da tradição das narrativas, pois “todo mapa tem sua própria narrativa para contar”. Em outro texto, Wood (2014, p. 181, tradução nossa) argumentou que o “mapa encapsula uma história sobre sua criação e uma história que quer contar sobre o que pensa sobre isso”. Wood (2010b) lembra que durante séculos estamos atrofiando essa ideia pela lógica racional euclidiana de referenciar o que existe no mundo, encontrando e buscando verdades, negando autoconscientemente uma narratividade dos mapas. Não lemos os mapas como uma literatura que contém crônicas, anedotas, conto, elegia, farsa ou outro tipo de gênero narrativo expresso em suas linhas. Nós somos hipnotizados depois de um período a compreender uma narrativa de um mapa como uma ordem, algo natural (WOOD, 1987). Por isso, “qualquer acordo virá a parecer necessário, e o arbitrário vai virar, querendo ou não, a narrativa” (WOOD, 1987, p. 30). Wood (1987) ainda alerta que, quando a narrativa se estruturar em uma ordem, criará o esquecimento de ter outras possibilidades para ver o mundo, fazendo algo abstrato se concretizar.

Harley (2001) afirmou os mapas como textos que formam uma literatura espacial, mostrando uma ideia de mundo. Dessa maneira, devemos seguir suas proposições e ler entre as linhas dos mapas, procurando desvendar as narrativas ali presentes. E para não se fazer isso há, de forma disseminada na atualidade, o discurso de que cartografia é técnica e por isso há pessoas especializadas em elaborá-la e utilizá-la, pois sabem as convenções cartográficas e manuseiam os aparatos tecnológicos (WOOD, 2010b). Wood (2010b, p.13) frisa que:

Cartógrafos foram, sem dúvida, responsáveis por este desenvolvimento, mas também cúmplices nos interesses comerciais envolvidos na produção e distribuição de mapas, os aparatos legais e burocráticos que dependiam de mapas, as disciplinas acadêmicas investidas em mapas como uma forma de conhecimento - uma forma muito especial de conhecimento - e os governos que, a partir do século XVI, têm explorado o poder de mapas para fins administrativos (...).

Como uma *commodities*, o mapa se tornou uma peça valiosa de riqueza e é apreciado para a dominação do espaço pelos burgueses, desaparecendo a ideia de que todos podem ser mapeadores e representar o (seu) espaço (HARLEY, 2001; SEEMANN, 2013a). Portanto, o mapa não pode ter (meta)narrativas e ser objetivo, científico e verdadeiro, pois se perde sua função social de linguagem para comunicação (HARLEY, 2001; CAQUARD, 2013).

Com base em Roland Barthes, Wood (2010b) pontua uma crítica central ao mapa e ao mapeamento: de não trabalhar com a narrativa, por essa não seguir essas ideias, mas fazer uma confusão na sequência lógica, fazendo pensar causas e consequências espaciais. Apagamos a história como foi contada por determinados grupos e como estes se favoreceram, adornaram e proveram uma imagem do mundo seguindo suas perspectivas (CAQUARD, 2013). O ato de mapear é um ato de contar uma narrativa espacial de um mundo visto, concebido e vivido. Entretanto, mesmo vendo que a narrativa é inerente a realidade humana, foi negado pela ciência moderna, adentrando assim a cartografia científica, só sendo mantida pelas artes⁷⁸ (WOOD, 2010b).

Então, as narrativas servem para pensar como foi concebido e criado o mapa em um determinado tempo e espaço, apreendendo que qualquer representação espacial não é independente de seu mapeador, com todas as suas relações e lógicas inerentes no mundo. Parafraseando Wood (2010b), precisamos ler no mapa cada sequência existente, sabendo se

⁷⁸ Também perdemos durante séculos os viajantes, exploradores e artistas sendo usados para trazer em suas obras os fatos que preenchem espaços em branco do mapa (CAQUARD, 2013; CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). Caquard (2013, p. 136) nos afirma que “a mudança crítica na cartografia modificou drasticamente as relações entre mapas e narrativas de duas maneiras: desconstruindo e expondo as metanarrativas incorporadas em mapas e visando mapas como uma forma convincente de contar histórias” (tradução nossa).

essa advém de um significado da realidade ou da mente do mapeador, além de verificar se afetaria na experiência significativa. Assim, as narrativas cartográficas têm sido aproveitadas nas obras literárias, nas obras cinematográficas ou em peças teatrais para trazer mapas internos e cognitivos e a construção do espaço narrativo que fundamente os enredos desses mundos (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). Segundo Sébastien Caquard e William Cartwright (2014, p. 101), atualmente

O poder narrativo dos mapas também tem sido explorado por estudiosos, jornalistas, ativistas, lobistas e indivíduos para contar histórias não-ficcionais, como ferramentas de apoio em suas pesquisas e para auxiliar no desenvolvimento de argumentos sobre lugares. Em outras palavras, o potencial dos mapas para decifrar e contar histórias é praticamente ilimitado.

Então, o ato de negar narrativas no mapa, feito pelos atores hegemônicos, somente mostra suas ideias de mundo e esconde que existiam outras histórias, outras visões de mundo, outras realidades. Inegável ver as representações cartográficas convencionais tomadas a partir dessa única narrativa, escondendo o esplendor do mapa, levando as populações tradicionais e excluídas a se verem como apenas uma ilustração, enfeite ou decoração (HARLEY, 2001).

É claro que ao ter a noção de que os mapas possuem narrativas se entende a natureza geográfica das histórias que existem ali (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). Nesse sentido, as narrativas cartográficas são aliadas essenciais para os atores não hegemônicos abrangerem os enredos e tramas existentes no espaço local por meio das imagens cartográficas. Estes podem criar as representações com os assuntos que sejam pertinentes ao mapeador, podendo assim ser uma metodologia a ser usada em entrevistas para conhecer determinadas situações. As narrativas cartográficas são instigadas de diversas formas e pode-se usar diversos materiais. Dessa maneira, as narrativas cartográficas não se limitam somente à sua forma material, mas também incluem processos mentais feitos em registros efêmeros como: um rabisco no papel; um desenho na areia; uma performance no papel; uma poesia cartografada ou; qualquer outra ação com uma dimensão geográfica e uma relação entre corpo e espaço (WOODWARD, LEWIS, 1998). Um modo efêmero de trazer o espaço, mas que desnaturaliza a cartografia para transparecer a poética, processos e tramas da existência (SEEMANN, 2012).

Caquard e Cartwright (2014) entendem que a exploração das narrativas cartográficas pode ser efetuada em duas perspectivas. A primeira é buscar trazer as estruturas espaciais das histórias em mapas, em especial das histórias orais, ao colocar no papel todos os elementos que se tenha de memória do espaço geográfico. Nesse passo os autores apontam que existem dois

grupos: o primeiro que trabalha com os mapas mentais, que são informações espaciais registradas apenas no cérebro; e o segundo que mostra os potenciais mapas feitos para estimular e apoiar os processos narrativos. Caquard e Cartwright (2014) mostram que a segunda perspectiva está em como trazer a potencialidade narrativa do mapa, mostrando as inúmeras formas de mapeamento usadas para trazer as histórias espaciais, seja histórias de férias ou mais universais/globais, e a dimensão narrativa do mapeamento. Dessa maneira, a cartografia é processual e o mapa nunca termina (DODGE, PERKINS, KITCHIN, 2009).

Nessa perspectiva, as narrativas cartográficas podem trazer diferentes relatos das pessoas do agroextrativismo sobre seu espaço para mostrar os acontecimentos, os contextos, os modos de produção e discursos espaciais (CAQUARD, CARTWRIGHT, 2014). Por meio disso pode-se criar e pensar representações espaciais que tragam, produzam e recuperem os conhecimentos de situações vivenciadas (CAQUARD, 2014; KITCHIN, DODGE, 2007).

Mas qual o melhor modo para buscar essas narrativas dos agroextrativistas da Arajara? Pelas informações coletadas previamente da comunidade se resolveu adotar a primeira perspectiva proposta por Caquard e Cartwright (2014), de forma individual. Essa escolha foi pelo mapeamento ser um dos primeiros da comunidade, necessitando adotar uma cartografia social com mapeamento artesanal (FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA, 2009). Então, foram produzidos produtos de mapas mentais⁷⁹ na metodologia das narrativas cartográficas. Com o uso dos mapas mentais podemos ter a expressão feita subjetivamente do espaço desse agroextrativista. O mapa feito não precisa ter precisão, pois

⁷⁹ O mapa mental foi proposto inicialmente na década de 1960-70 e contribui para apresentar três significações que remetem à três realidades, conforme coloca Jean-François Staszak (2003). A primeira dessas seria que o mapa mental é feito a mão livre para expressar o mapa que existe em sua mente, não tendo assim uso de nenhum material ou instrumento que possa representar o espaço geográfico, sendo assim inexata nas precisões, regras, convenções cartográficas. Sobre a segunda, Staszak (2003, p. 133) considera a distorção da precisão cartográfica provoca “a transcrição da representação mental do espaço em questão no espírito da pessoa que realiza o exercício”. Nessa perspectiva, se mobilizarão atitudes e conhecimentos que estão disparatados em nossa mente para a forma material, apresentando suas próprias concepções de espaço geográfico. A expressão feita trará quais são suas referências, noções, entendimentos, interpretações e reflexões sobre o espaço geográfico, revelando as opiniões não ditas muitas vezes, mas com os mapas poderemos narrar. Na terceira significação Staszak (2003) remete à realidade que o mapa mental não oferece pela estrutura cognitiva que o mapeador pensa sobre o espaço geográfico e assim não se tem a ideia de falar tudo ou só parte, se mente ou é verdadeiro. Entretanto, este cria sinopse para a sociedade do mundo ali colocado (STASZAK, 2003), podendo ajudar no processo de entendimento, luta e reivindicação espacial (ACSELRAD, 2015). Staszak (2003) aborda ainda as críticas nascidas à luz pela utilização dos mapas mentais nas pesquisas na década de 1980-90 sobre sua precisão e exatidão nos dados colhidos. Nesse ponto Lévy (2008, p. 160) pondera que: “A ideia de que “mapas mentais” seriam pensáveis como simples “deformações” das realidades “objetivas” não é mais sustentável. A emergência desses atores múltiplos abre-se, também, para um paradoxo sobre o qual, sem dúvida, nós não temos uma noção plena: por suas mobilidades atuais ou virtuais, cada indivíduo – o menor ator espacial – se apropria de uma maneira ou de outra de todas as escalas, da casa ou da rua ao mundo. Onde a necessidade de desenhar mapas que assumam essa defasagem entre áreas limitadas (estas que os mapas habitualmente representam) e as espacialidades sem margens desses que aí vivem. Isto tem consequências diretas sobre as representações cartográficas do habitat”.

não é para fins utilitários fora da comunidade. Seu objetivo é de ser linguagem para expressar as ideias do cotidiano⁸⁰ das conversas de situações vividas pelos entrevistados. Dessa forma, Seemann (2013b) revela metodologias e pesquisas empíricas para reunir histórias da cartografia e do espaço, com impressões imersas em mapas cheios de ‘carto-falas’, às quais precisamos desvendar⁸¹. As histórias mostram ‘plurinarrativas’ em mapas, que não apontam uma única versão do espaço, mas relatam várias que se “completam, complementam ou contradizem” (SEEMANN, 2013b, p. 88), tendo em vista quem mapeia. Essas versões são cheias de contextos, pretextos, conceitos e preconceitos, indo além do mapa⁸².

Seemann (2013b) também questiona o grau de imersão da sociedade em mapas, pois mesmo com o convívio diário há noções e conceitos espaciais aos quais estruturamos diferentes e/ou além da imagem representada. Em suas palavras, Seemann (2013b, p. 89) questiona:

Como uma pessoa reage quando vê um mapa? Como um aluno supera a folha de papel em branco para desenhar um mapa mental? O que vem à mente de uma pessoa quando traça as linhas de um mapa? De que maneira mapas existentes formam ou formatam nossa imaginação cartográfica? Qual é grau de imersão cartográfica no Brasil, na Amazônia, entre os motoboys de São Paulo, entre as famílias sem-terra no seu novo assentamento?

Vale salientar a potencialidade, vista através da análise dos escritos, relatos e/ou desenhos que estejam nessas representações, buscando ver quais modos, métodos e momentos empregou o mapeador para trazer as narrativas cartográficas. Dessa maneira, os mapas mentais

⁸⁰ Regina Araújo de Almeida (2007, p. 125) considera relevantes os mapas mentais para a sociedade, devendo estes: “(...) ser parte de nossa história, como são para as populações indígenas, como foram no passado; são mapas delineando cosmovisões, expressando novas relações, resgatando e preservando culturas ancestrais e seus muitos espaços: físico, cultural, social, virtual”. Assim, Almeida (2007) traz os mapas mentais como maneiras para expressar o passado, presente e futuro, criando assim dados geográficos para a comunidade raciocinar sobre seu espaço geográfico. Fazendo a junção desses três elementos poderíamos ter um panorama dos dilemas atuais. Pormenorizando, ao expressar o passado poderia se ver extensão, fronteiras da comunidade, tendo seus contextos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, incluindo nisso como eram as relações de vida e com os recursos naturais nesse período. Quando se expressar o presente podemos notar as modificações do passado e fazer assim um diagnóstico para verificar as situações futuros.

⁸¹ Seemann (2010, 2013b) contribui nesse debate sobre os mapas mentais ao trazer as narrativas cartográficas e seus mapeadores. Em suas pesquisas com alunos do curso de graduação da região do Cariri cearense, impulsionado pelas ideias de cartografia processual, Seemann (2010, 2013b) apresenta diversas estratégias qualitativas para investigações. Além disso, nessas pesquisas procura-se tratar o papel das interações e inter-relações entre cultura e sociedade, o conhecimento geográfico da região e representação cartográfica do espaço social (SEEMANN, 2010, 2013b).

⁸² Podemos, assim, ter as carto-falas significando estratégias metodológicas de captar pensamentos, histórias e o grau de cultura cartográfica dos mapeadores (SEEMANN, 2013b). Em outras palavras, este é um meio de notar o que as pessoas falam, comentam e opinam dos mapas. Com esses registros pode-se ter o entendimento de como as pessoas concebem, percebem e representam o espaço geográfico (SEEMANN, 2010). As narrativas cartográficas podem ir além das carto-falas, pois as pessoas podem estruturar, visualizar e representar suas falas no papel.

podem ser vistos aliados aos elementos reais que foram postos e/ou os seus símbolos⁸³ (BURINI, 2008; SEEMANN, 2010; WOOD, 2013).

Os passos para acontecer a aplicação da metodologia das narrativas cartográficas foram estruturados adaptando a proposta de Jovchelovitch e Bauer (2003). Assim, no primeiro momento se teve uma preparação para realizar a entrevista. No segundo momento, já com o entrevistado se fez uma primeira fala situando a pesquisa e depois considerando o material para desenho⁸⁴ e a folha para representar. No terceiro momento ouvia as conversas das situações e fatos por eles vivenciados no agroextrativismo. Este momento poderia ter provocações de perguntas⁸⁵ para instigar o início do diálogo. Tendo essa visão sobre esse mapeamento social e a metodologia detalhada foi possível realizar as entrevistas com os agroextrativistas. Essa apropriação pode levá-los a mapear e ler o espaço, fazendo emergir os sentidos, aspectos, diálogos, modos e existências de suas histórias e enredos histórico-espaciais.

Assim sendo, para entendermos a r-existência e os dilemas em torno dos babaçuais do Arajara, principalmente sua crise dos últimos anos, foi necessário mergulhar na pesquisa de campo. A partir disso se compreenderá os motivos da diminuição de extração de amêndoas e a

⁸³ Nesse viés, ao analisar esses mapas pode-se focar sobre os topônimos apresentados para estes pensarem as mensagens da imagem cartográfica (BURINI, 2008; SEEMANN, 2013a). Então, pensando esses elementos reais, se terá a espacialidade, como rios, vegetação e morfologia (BURINI, 2008). Já os valores, segundo Burini (2008), manifestam a organização territorial, trazendo o status dos arranjos existentes, princípios fundiários, os atores envolvidos com suas atividades e quem comanda o território. A autora aponta que estes saberes tradicionais são plurais, podendo ser definidos como: local, que mostra a referência ao terreno com orientação e posição ou; valores simbólicos, estando transferidos pelas relações sociais dos eventos, cultura, performance, herança de saberes e conhecimentos. Deste modo, Burini (2008, s./p.) considera que: “Na verdade, mapeamento participativo, deixando o tipo editorial da lógica euclidiana e proporcionando uma pluralidade de atores que falam do seu território, mostra uma implementação da sua visão do espaço, uma demonstração de conhecimentos referidos recursos e portanto, as restituições de valores de identidade”.

⁸⁴ Sempre se levava folha em branco A4, cartolina, papel madeira, lápis, lápis de cor, giz e canetas de várias cores para o entrevistado usar. No entanto, mostrava que o mesmo poderia utilizar outros materiais que achasse interessante e pertinente. Todos resolveram fazer na folha de A4. Cabe salientar que os entrevistados nunca tiveram intimidade para fazer um mapa ‘grande’ na cartolina ou no papel madeira.

⁸⁵ Essas perguntas versavam para os(as) extrativistas sobre: Quantos membros da família trabalham com a atividade?; Qual local específico no distrito trabalhavam para o extrativismo?; Houve contextos históricos na atividade? Quais?; Que disputas territoriais e sociais aconteciam no/pelo agroextrativismo do babaçu?; Qual a relação do agroextrativismo do babaçu com os canaviais?; Qual condição favorável para as terras terem babaçuais?; Onde foi/está o mercado para venda de babaçu?; Como eram/são as estradas e caminhos para circulação dessa atividade?; Como foi o processo inicial para começar nessa atividade?; Quais meios e técnicas eram utilizados para a produção?; os jovens e crianças se engajam na atividade?; Houve empreendimentos que modificaram a atividade e o local?; Há programas para desenvolvimento agrário do município? Se sim, atende quem?; Quanto é a produção mensal?; Quais investimentos há no local da produção e no distrito? O que se faz com o babaçu?; Para onde irá a produção?; etc. Houve peculiaridades ao entrevistar os membros de associação, comerciantes de coco ou colaboradores, buscando entender os seus papéis na comunidade e também o papel do Estado. Disso, o questionamento ainda tinham questões como: onde estavam as pessoas da atividade antes da chegada do maquinário?; Depois da chegada do maquinário houve modificações no território?; O que se visualiza da comunidade pela sua atividade (visões e estereótipos)?; quais empreendimentos já tinham sido feitos?; etc. Ressalta-se que as entrevistas não tinham um padrão, pois a metodologia aqui empregada busca trazer os fatos da forma mais natural possível.

maior extração de coco inteiro, além de entender essa diminuição na produção, especialmente no ano de 2012 para 2013. Mas esse aprofundamento só foi possível através dessas entrevistas narrativas cartográficas que veremos a seguir.

CAPÍTULO V – NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS DO AGROEXTRATIVISMO DE ARAJARA

Mapas são como transcrições de nós mesmos. (SEEMANN, 2012, p. 83)

As narrativas cartográficas são propícias para os entrevistados mostrarem os pormenores do agroextrativismo pois, usando apenas papel e lápis, estes atores sociais situam suas (carto)grafias (foto 01). Essa possibilidade oferece noções das r-existências cotidianas no processo histórico-territorial-cultural do distrito, verificando as políticas e questões culturais ligadas ao capital que levaram ao auge a ‘devastação’ da atividade. No entanto, para se chegar nesse ponto foi preciso conhecer como é o fluxo do comércio do babaçu.

Foto 01 – Entrevistado colocando no papel o seu mapa e dialogando com suas narrativas cartográficas.
Fonte: Pereira (2018)

Fluxo de comercialização do babaçu

As(os) agroextrativistas dos babaçuais estão inseridos em um fluxo de comercialização, que funciona desde 1950 seguindo um padrão, como colocou Ayres Júnior (2007). Assim, existem produtoras(es) agroextrativistas, pequenos intermediários, médios e grandes comerciantes e a indústria do babaçu⁸⁶ (figura 18).

⁸⁶ Em capítulos anteriores se expôs de forma sucinta esse fluxo, mas aqui detalharemos.

Figura 18 – Fluxo de comercialização do babaçu. Fonte: Adaptado de Ayres Júnior (2007)

O pilar desse fluxo comercial do fruto da palmeira de babaçu são as(os) produtoras(es) agroextrativistas. Deste modo, caso essas pessoas não extraiam e não vendam o fruto se terá esse ciclo observado na figura 18 paralisado. Cabe destacar, como Valverde (1957) já argumentava, que muitas dessas pessoas trabalham em condições precárias, mesmo com alguns órgãos dando assistência para fins diversos. Essas pessoas que são produtoras no agroextrativismo, em sua maioria, são de famílias que exercem essa atividade há várias gerações. É possível dividir o agroextrativismo em funções, sendo essas: derrubadores dos cocos, apanhadores(as) dos cocos e quebradores(as) dos cocos. Ainda pode existir o beneficiamento do produto. Então, vendo esses detalhamentos, se faz necessário, aqui, abranger a lógica do fluxo do agroextrativismo e tratar cada uma das funções exercida por distintos atores sociais.

As pessoas que derrubam os cocos da palmeira, em sua maioria, são homens, que utilizam bambus, conhecidos também como tabocas (foto 02 – a e b), que tem a altura das plantas. Esse bambu tem, em sua ponta, amarrada por liga ou corda, uma pequena foice, chamada de goé. Derrubam o coco da palmeira (foto 2 – b), notando se está maduro ou não (para saber se está maduro deve-se tirar o último coco do topo do cacho e verificar se as amêndoas estão maduras ou não, conforme dito por I, J e N. Caso esteja, todo o cacho existente poderá ser derrubado). Para carregar esses cocos há sempre de duas a quatro pessoas ajudando o derrubador, pois estes vão abrir os caminhos de mata fechada, além de cortar e ajeitar os cachos do coco no lombo de burros ou jumentos para serem transportados ao local indicado. O risco dessa atividade é que o derrubador pode apanhar coco verde que não serve para fazer óleo ou outros produtos. Outro risco existe quando o derrubador coloca no chão todos os cachos da palmeira, seja os cocos maduros ou verdes, os últimos para vender nas carvoarias, deixando a

palmeira sem outros para as próximas safras. Outra possibilidade, é esperar o coco amadurecer e cair naturalmente para coletar. Este processo é mais demorado do que derrubar os cocos, pois segue o ciclo natural da palmeira. Segundo J, pode-se apanhar os cocos em qualquer lugar dos babaçuais de Arajara, mas os melhores estão próximos da Chapada do Araripe (foto 2.c; 2.d). Isso gera problemas para as famílias, pois as pessoas não dispõem de tempo para o deslocamento até esses locais, ficando assim sem coletá-los e acabando por perdê-los, pois passam do ‘período de maduro’, ficando os cocos velhos na palmeira. Além disso, existem casos em que outras pessoas, especialmente crianças, podem juntar e carregar esses cocos em suas costas para revender, seja para virar carvão ou para agroextrativistas que produzem o óleo. (foto 02).

Foto 02 – a. Taboca utilizada para derrubar coco em pé numa árvore; b. palmeira com coco; c. visão da Chapada do Araripe com palmeiras ao fundo; d. babaçuais próximo da Chapada do Araripe. Fonte: Pereira (2018)

Os atores sociais que quebram os cocos⁸⁷ no distrito são variados, sendo antigamente uma função feminina⁸⁸, igual ao MIQCB. Existem produtores(as) que fazem o beneficiamento

⁸⁷ A quebra do coco significa rachar ou cortar com uma pedra ou marreta para depois retirar as amêndoas. Por ser uma função que exige muito fisicamente, as crianças e mulheres mais idosas não devem exercê-la, deixando para outras a quebra. Há pessoas que cortam utilizando maquinário pertencente à A.M.S.M. Em qualquer uma dessas formas de tirar a amêndoa há determinados atores que são contratados pelos(as) agroextrativistas para quebrar coco, como os entrevistados relataram.

⁸⁸ As mulheres mais antigas em atividade são L, G e O. Porém, no distrito há na atualidade homens trabalhando, isso ocorrendo em razão do desemprego ou da aposentadoria, como são os casos de H e J respectivamente. Também existem crianças trabalhando nessa função.

dos produtos⁸⁹ (denominados aqui de produtores(as)). Ressalta-se que os(as) produtores(as) podem ser da mesma família, mas não é regra. O trabalho é feito em sintonia, mas muitos não vivem somente do coco, possuindo outras atividades ligadas ao campo ou na área urbana, atendendo às novas demandas do capitalismo neoliberal na região do Cariri. Esses outros serviços ajudam a geração de renda e sobrevivência da família.

Já os atravessadores são as pessoas que intermediam a compra do coco inteiro, amêndoa, pó de coco ou os produtos feitos do babaçu das(os) agroextrativistas para revender⁹⁰. Essa compra muitas vezes é feita de forma injusta, pois a pessoa que vende, em muitos casos, não é paga justamente pela sua força de trabalho. Vale destacar que alguns podem vender seus produtos sem ter atravessadores, mas sua maioria isso não ocorre. Os atravessadores também podem fechar o ciclo neles e ir direto para a indústria vender as amêndoas. Na atualidade estes atravessadores são pequenos e médios comerciantes locais que revendem, em sua maioria, pelo CRAJUBAR, mas podem comercializar em outros locais, como cidades do sul cearense ou as cidades próximas de Pernambuco. O preço por quilo pago para o agroextrativista é barato, mas pode ser negociado por um valor cem por cento maior que o de compra. Para lucrarem dessa forma, tendo um preço estipulado/fechado/inegociável pelos médios e grandes comerciantes, eles rebaixam o valor para se pagar ao agroextrativista.

Os médios e grandes comerciantes são os responsáveis por levar os produtos para o setor industrial. Estes podem ser comerciantes bem situados no atravessamento dos produtos, possuindo contato direto com a indústria que compra a amêndoa.

A indústria ou o comércio são o ponto final deste fluxo do babaçu do distrito de Arajara. Nesse setor, o coco é posto como produto bruto e/ou beneficiado e é comercializado ou utilizado para alguma atividade fabril. Nesse processo há venda dos cocos inteiros para virar carvão ou matéria-prima. Já as amêndoas e o pó de coco vão para indústrias de sabão ou óleo, em sua maioria. No caso do óleo já feito ou de outros produtos derivados dos babaçuais de Arajara são vendidos localmente, principalmente no CRAJUBAR.

⁸⁹ O beneficiamento do produto dos babaçus pode ser feito por qualquer um desses atores, chegando como produto final a amêndoa, o coco, palha ou a palmeira, óleo (cozido ou frio), ração, sabão caseiro, torta, peneiras, caibo e ripa, etc. Cada produto desses possui uma maneira de se fazer, com um destino distinto. Além disso, por trás de cada mercadoria feita há crenças, valores e mística não explicada. Tais ideias e ensinamentos de como se faz são transmitidas para as gerações, que detêm os saberes e fazeres de como se constitui isso.

⁹⁰ Em determinados momentos históricos no Arajara, as(os) agroextrativistas posseiros(as) poderiam ser colocados pelos ‘donos da terra’ e este, pela sua imposição dos padrões, pediam para os babaçus serem vendidos e/ou trocados por eles (Entrevista L).

Essa prática se sustenta na pela lógica capitalista, mesmo que ela seja uma atividade perpassada por relações sociais e culturais. Isso não acontece somente com as pessoas que trabalham com o babaçu, mas com outras populações tradicionais, como a dos pequizeiros, que foi estudada por Gonçalves (2005). Em suas palavras, Gonçalves (2005, p. 25) diz que

(...) extrativistas e das comunidades tradicionais não deve ser desconsiderada diante da construção de um possível caminho de superação da ética capitalista vigente. Na criação dos espaços de esperanças eles detêm um modo de vida singular, diverso e não linear, não programado e não completamente preso ao racional quando comparado com o mundo capitalista moderno.

Gonçalves (2005) também nos lembra o Cariri cearense como detentor de uma pluralidade étnica e de interesses políticos religioso ou estatal, como verificamos anteriormente. Isso não se afasta dos babaquais, como se observa nesse fluxo comercial, existindo várias versões e expressões (GONÇALVES, 2005) tocando nesse território. Então, como isso pode ser entendido verificando as tramas e enredos no espaço local? No momento em que se para, escuta a população agroextrativista, com seus agentes internos e externos, esperando eles narrarem seus fatos e acontecimentos. Eis o ponto de estimar as cartografias que estão em suas cabeças e ouvir suas narrativas cheia de fases e faces.

Agroextrativismo do babaçu entre as décadas de 1970 a 1990

O processo de mapear é um ato humano, que foi adquirido pela experiência e reflexão do espaço, provocado pelo diálogo, que muitas vezes é desvalorizado (SEEMANN, 2012). O mapa é uma linguagem vinda do processo performativo, incorporado, produtor de significados (ortogêneses) e que enfatiza as ações e não a representação (KITCHIN; DODGE, 2007; KITCHIN; PERKINS; DODGE, 2009; SEEMANN, 2012, 2013a). Ao entendermos isso veremos a metodologia das narrativas cartográficas como um caminho para mostrar as ações e diálogos dos(as) agroextrativistas⁹¹. Dentre esses, um dos diálogos mais marcantes e profundos foi com as pessoas que falaram do início da atividade de babaçu em suas vidas, que é o mesmo período do auge do agroextrativismo, nas décadas de 1970 a 1990. Verifica-se em todas as entrevistas abaixo relatadas, que o distrito de Arajara vem dando destaque ao coco babaçu. É

⁹¹ Entre esses diálogos houve alguns que foram profícuos, mas outros foram desconfortantes, desconfiados e travados. Esse impasse nos mostra a pluralidade de matrizes de racionalidade dentro da comunidade, fundada em hierarquias, desqualificações e discriminações, em vez de fraternidade, laços afetivos e solidariedade ao outro (GONÇALVES, 2005). Mesmo com essa questão, várias contribuições ficaram.

nesse mesmo período que a cana-de-açúcar começa a entrar em crise em Barbalha, sendo desvalorizada e não encontrando uma fonte econômica que a substituísse (BRITO, 1985).

Só obtivermos algumas informações e histórias sobre essa década com agroextrativistas mais experientes. Um deles foi o senhor I. Este tem mais de 65 anos e reside no sítio Boa Esperança. Ao chegar em sua casa, na data agendada, o mesmo já foi bem receptivo, comentando sobre sua vida de aposento por idade e contando que estava um pouco mal de saúde. Ele disse que não tinha sido o mesmo desde quando estava trabalhando na derrubada de coco na ‘serra’⁹², na década de 1980 para 1990, e um coco caiu batendo com força em seu peito. Mesmo assim, I continuou na atividade. Chamando para entrar e para sentar em uma cadeira ao lado da mesa, este senhor pardo começou a argumentar. Nesse momento eu tirei as folhas do termo de pesquisa para ponderar sobre o termo de consentimento. Ele concordou e assinou. Assim, tirei o material para o trabalho, sendo colocado na mesa o gravador, caneta, caderneta e o material para desenho⁹³. Em seguida, o entrevistado, que continuava falando, começa a expor as suas opiniões e seus dilemas sobre a atividade de babaçu. De imediato I, argumenta que:

Eu derrubava o coco do pessoal (...) derrubava para ganhar o dinheiro. O dono dos cocos pagava o pessoal para carregar, pagava para quebrar e ainda tinha um pouquinho dele. E hoje o próprio donos do coco não quer derrubar (...) não dá valor. E aí as pessoas que faz óleo que se lucra, né? Outros vendem, como que não estão vendendo agora é para as cerâmicas, para queimar. Mas aquele é um desperdício. Derrubou até coco novo, mas derrubava, porque agora não. Agora foi proibido, porque o coco novo ele tem muita água e tava era entupido chaminel (*sic*).

Dessa fala notei seu interesse para dialogar. Ele continuou sua fala contando que começou aos 20 anos na atividade, pois tinha ganhado um goé de um derrubador que ‘morava bem ali’, pois este tinha se casado com uma parente de N e resolveu se mudar para o Crato, não trabalhando mais com o babaçu. Ao afirmar esse ‘morar bem ali’ ele gesticula com o corpo onde seria a direção dessa casa. Desses gestos pedi imediatamente para me expor isso no papel, mostrando onde seria esse local. Ele disse que não sabia desenhar, mas eu disse que ele poderia colocar da forma que sabe, expondo só os pontos. Assim, ele pegou uma folha A4 e demarcou o início do mapa (figura 19), sendo sua casa colocada abaixo da folha e a casa do doador do goé, tendo uma estrada reta que era de areia. Ele apontou as casas que passavam, tudo fora da estrada, diferente dos dias de hoje. Abaixo da sua casa e da casa do doador passaria um rio, que ele não demarcou no mapa. Perguntei se haveria outros pontos de referência, mas ele apenas

⁹² Denominação comum para se referir a Chapada do Araripe

⁹³ Esses princípios foram adotados em todas as entrevistas.

aprofundou que este morava num terreno do seu tio, que tempo depois tinha sido vendido para o atual dono. Minutos depois ele lembra que nesse local da casa também já morou a senhora O.

Figura 19 – Mapa de senhor I. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018).

Continuei a conversa perguntando onde ele teria iniciado suas primeiras derrubadas de coco. I afirmou que ocorreu em sua propriedade atual, que antes era do seu sogro, já falecido. Ele também derrubou na casa de RL, que era seu compadre e morava na serra. Então, pedi para ele desenhar, naquela folha, onde seria a casa de RL, I disse que não daria para desenhar ali, pois a folha já estava preenchida na escala que ele tinha colocado e por isso dei outra folha. Nessa segunda folha ele visualizou com um traço onde seria essa casa de RL. Perguntado o local onde ele derrubou coco, o mesmo fez um risco e falou ter derrubado por todo o pé-de-serra, indo desde a nascente (Velho José) até chegar no sítio Santa Cruz.

I trabalhava nessa empreitada para uma pessoa que morava no sítio Tabocas. Este contratador ia com ele na atividade de derrubar para juntar os cocos e levar para sua casa (demarcado no mapa – figura 19). Cada cacho que ele derrubava para este contratador seria cobrado 10 mister de cruzeiros⁹⁴, pois este tinha muitos sítios⁹⁵ de palmeiras para trabalhar. Se fosse contratado por outra pessoa, ele derrubaria por 15 mister de cruzeiros. Senhor I prosseguiu sua fala dizendo derrubar uma média de 200 cachos de babaçu por dia. Perguntado se ele sabia que finalidade o babaçu teria, ele informa que o contratador quebrava para retirar as amêndoas

⁹⁴ Perguntado quanto valeria em real o entrevistado não soube informar.

⁹⁵ Palavra por ele usado para se referir a propriedades que detinham palmeiras de babaçu. Um detalhe importante é que as propriedades não eram do contratador, mas este comprava a safra de babaçu para fazer a atividade.

com sua família e outras pessoas contratadas. As amêndoas eram vendidas na sede do distrito de Arajara, que com um traço e indica que ficava mais um pouco distante da ‘serra’ (evidenciada na primeira folha – figura 19).

A pessoa que comprava as amêndoas era o senhor AA, que faleceu na década de 1970. Após sua morte seu cunhado BB assumiu essa função, criando até uma bodega. A bodega concentrava a compra de todas as amêndoas quebradas da maioria das famílias quebradoras de coco, sendo revendido no Crato, próximo da ‘rua da Vala’ (Rua Tristão Gonçalves, Centro), que é marcada em outra folha por I, ou no Juazeiro do Norte, também posta em outra folha (figura 19). I cita de ter determinados momentos que BB toda semana levava uma caminhonete cheia de cocos para essa indústria de óleo ou sabão. Por isso, BB gerava um lucro a mais do que seu antecessor, pois comprava amêndoas e vendia produtos para os agroextrativistas. O armazenamento das amêndoas era feito num quartinho no centro de Arajara, existente até hoje. Nesse local o cheiro forte de coco era marcante, sendo lembrado, até hoje, pelas pessoas que ali conheceram.

I argumenta que havia, antigamente, antes mesmo de ser distrito, muitas pessoas trabalhando diretamente com os babaçuais na retirada de amêndoas para fazer óleo para consumo próprio ou doação. Mesmo assim, na década de 1970, há um processo de tirar as amêndoas para levá-las à venda, ou seja, comercializá-las⁹⁶. Com isso, há uma mudança na forma como se via o babaçu, com o os compradores locais. Nesse momento, ele fala de outra pessoa compradora de amêndoas, CC. Dono de um engenho que existia no sítio Boa Esperança (figura 19), CC só comprava amêndoas de macaúba, que possuíam outro destino.

Na sequência, I fala que o óleo de coco para comercialização é recente no distrito de Arajara, pois antigamente as pessoas só quebravam para vender a AA e depois a BB. Essa atividade de quebrar foi tão central que produziu mulheres especializadas em tal ato, como L, a mãe de G e a mulher de N, que recebiam os cocos em suas casas ou podiam quebrar nas casas dos contraentes. I indica que essas, como outras mulheres já falecidas, trabalhavam para o senhor que contratava seus serviços de derrubador.

⁹⁶ Cabe lembrar que o projeto Asimow trouxe para o CRAJUBAR várias indústrias, tendo no Crato se instalado a IMOCASA, destinada a fazer produtos derivados de milho, farinha de mandioca e óleo (de babaçu?) (FARIAS FILHO, 2007). Desse modo, as amêndoas vendidas por estes atravessadores poderiam ir para essas indústrias, mas não se conseguiu, pela entrevista, a certeza de tais informações. Entretanto, notou-se que esse projeto trouxe novas perspectivas econômicas para a localidade. Além disso, a implantação da IMBACIP trouxe um caso estranho dos abacateiros que haviam no distrito morrerem, tendo para I relação direta com a fumaça tóxica dessa fábrica.

I não aprofunda as temáticas das mulheres quebradeiras, pois não havia detalhes ou pormenores. Então, foi necessário dialogar com as pessoas citadas acima. Uma dessas pessoas se tornou chave para a pesquisa, sendo ela a senhora L. Essa entrevista foi a mais difícil de conseguir, pois L tinha experiências anteriores com pesquisadores(as) que não buscavam fazer co-labor-ação ou pensar contribuições para a pesquisa servir ao entrevistado, mas apenas em sugar os conhecimentos sobre determinado fato. Assim, para a entrevista ocorrer foi preciso criar contato e uma relação mais próxima, através de várias visitas, entre junho de 2017 e o final de 2018, para bater um papo, construindo pontes para mediações e debate mais verdadeiro. Mesmo com todos esses esforços, a entrevista só aconteceu em dezembro de 2018, após ser marcado previamente. Quando fui entrevistar, L estava quebrando coco em uma pedra em uma casinha coberta de telha e com colunas de madeira⁹⁷. Ao me aproximar da casinha ela continuou com o enxadeco⁹⁸ de cabo pequeno tirando as amêndoas de babaçu e logo questionou o que eu queria saber. Reexplico a pesquisa com o termo de consentimento para ela assinar. O termo, diferente dos outros entrevistados que liam para ver se não haveria nenhuma coisa que lhe prejudicaria, para ela teve que ser lido por mim, pois a mesma nunca aprendeu a ler ou escrever. Em suas palavras, ela é “formada na pedra”, sendo que não foi “na escola nem para aprender a assinar o nome” (ENTREVISTADA L).

Após lhe explicar sobre a entrevista, ela pergunta se vai demorar ou lhe atrapalhar, pois os cocos estavam quebrados ali e precisavam ser tirados até o final do dia. Então, sinto a desconfiança. No momento de começar a entrevista há uma interrupção, pois chega um homem perguntando se tinha farinha. Imediatamente, se vê em cena outra fonte de renda dela, sua bodega. Essa serve para vender ao pessoal do local produtos comprados na feira do Crato. Desse modo, se nota que ela não sobrevive somente do coco. Destaca-se que ela é uma senhora negra aposentada, morando no sítio Boa Esperança com dois filhos que recebem auxílio-doença. Após a saída do homem, ela volta a sentar na pedra. Nesse momento ela diz que a quebra de coco é algo além de uma questão econômica – que entendi como sendo um modo de vida, pois há uma rede de consumo, uma maneira de organizar e viver essa realidade – se colocando como a mais velha das quebradeiras de coco viva, pois as mulheres com mais tempo na lida já haviam falecido. Essas mulheres moravam perto da sua atual casa e eram requisitadas para quebrar coco dos outros. A entrevistada aponta que está na atividade faz 70 anos.

⁹⁷ O modo rudimentar citado por Valverde (1957).

⁹⁸ Popularmente conhecido como martelo.

L afirma que foi intensamente procurada por várias pessoas para trabalhar e falar sobre o babaçu. A atividade com esse fruto é feita em família desde criança, mas seus pais não trabalhavam nos babaçuais, sendo ela e as irmãs que iniciaram. O começo não era só quebra de coco, mas desenvolvia outras atividades em conjunto com suas irmãs. A mais central era a produção de peneiras⁹⁹ com a palha do babaçu. As peneiras eram vendidas para atravessadores, que ela não lembra mais quem eram e nem os nomes desses, mas lembra que essas eram revendidas nas feiras semanais do Crato. Suas irmãs quando adultas casaram, indo para outras profissões, mas ela continuou, mesmo depois de casada e com filhos. Ela apontou ter trabalhado durante muito tempo quebrando coco nas casas dos outros ou sendo ‘doméstica’ para uma família mais abastada. A fala de como foi doméstica me deixou o entendimento de parecer uma escravidão moderna. Da fala sobre seus trabalhos, eu perguntei se ela poderia representar numa folha A4 onde seriam esses locais que ela trabalhou quebrando coco. Ela imediatamente diz que não sabe desenhar, não sabe escrever os nomes dos locais, colocando uma certa negatividade na prática. Busco mediar a situação, dando confiança e dizendo que ela poderia fazer da forma que quisesse. Isso é reforçado e incentivado pelo seu sobrinho que estava ali, acompanhando a conversa. Deste modo, ela busca traçar no papel estes locais (figura 20). Porém, sua espacialização não é geograficamente precisa. Em sua mente é para colocar ali os locais mais distante de sua casa e não a posição certa.

Figura 20 – Mapa da senhora L. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

⁹⁹ Popularmente chamada de *arrupemba*.

No mapa (figura 20) ela faz círculos para mostrar que trabalhou por um tempo nas Tabocas para o mesmo patrão de N ou em outras propriedades possuidoras de babaçuais. Para demonstrar esse fato no papel ela faz uma reta para mostrar a estrada que percorria para chegar ao local e coloca bolinhas para representar as casas das pessoas. A primeira casa que ela coloca é a sua e depois a de N, sendo feita com uma bolinha maior. Depois de N ela coloca o sítio Tabocas, salientando ali ter trabalhado em alguns locais quebrando cocos, principalmente no contratado de I. Entretanto, não só quebrava os cocos nesse local, mas aproveitava o período chuvoso, indicado por ela entre dezembro e março, para plantar mandioca e fazer farinha. Em seguida, ela colocou uma bolinha para mostrar o sítio Santa Cruz, pois ali ela plantou covas de mandioca para fazer farinha. Depois, a entrevistada apontou o sítio Farias, argumentando que onde mais trabalhou foi no Farias, sendo que ali também exerceu a atividade de doméstica. Contudo, L disse que notou não dar certo trabalhar para os outros, principalmente depois do casamento. Assim, ela resolveu investir em comprar cocos de outras pessoas, tendo iniciado essa atividade com apenas 20 ‘contos’. Essa ideia acontece desde “12 de abril de 1986, às 7 horas da noite”, quando ela vai “morar nessa terra atual, onde era do meu esposo e agora é dos meus filhos”. Em sua casa, apesar de uma pequenina propriedade sem palmeiras, há vários cocos, e foi assim desde o início. L comprava os cocos de outros agroextrativistas ou de quem só derrubava para venda para quebrar, estando nessa prática até hoje. Enquanto retirava as amêndoas do coco, ela dizia que antigamente ia levar para BB, em Arajara. Lá, vendia e já deixava o dinheiro com coisas comprada na bodega.

Outra entrevistada, senhora G, também contribui muito para entender essa realidade de quebrar os cocos. G também não permitiu a gravação da sua voz, nem que tivesse fotos, pois estava bem receosa e desconfiada. A profissão de agroextrativista herdou da mãe negra, que colocou todas as quatro filhas para trabalhar, desde crianças, na retirada de amêndoas, na década de 1960, até quando as filhas casavam e saíam de casa. Contudo, ela tinha um irmão que nunca trabalhou, pois “fazia corpo mole e era privilegiado por ser homem”, sendo que, para sua mãe, quebrar coco era uma atividade para mulheres. Sendo uma mulher negra, com mais ou menos meio século de vida, G começou a trabalhar desde os oito anos de idade. Então, durante sua infância, era colocado todo dia “500 cocos quebrados para tirar e depois poderia brincar”. Por este motivo, nunca gostou de coco babaçu quando era criança. Às vezes ela enganava a retirada das amêndoas, jogando parte dos 500 cocos dela para o monte da sua mãe, mas quando ela descobriu, lhe deu uma surra. Sua mãe trabalhou até o final da vida, morrendo mais ou menos a 20 anos atrás. Depois da morte da mãe, ela foi a única da família a continuar trabalhando com

coco, mesmo depois de casada e com filhos. A quebra de coco acontece dentro da sua propriedade, um terreno pequeno doado por CC para sua mãe, mas ela não sabe ou não quis dizer o motivo da doação. Essa questão levantou um questionamento no meu ser, se teria alguma relação com descendência de escravos. Nessa propriedade há um quintal pequeno que ela preparou para ser produtora do babaçu. A quebra das amêndoas, no tempo da sua mãe, era feita para o senhor N. O pagamento se fazia na medida da cuia¹⁰⁰. Nessa parte perguntei se poderia me representar no papel. Então, G colocou na folha seu mapa mental, mesmo relutando, por dizer que não sabia (figura 21).

Figura 21 – Mapa da senhora G. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Nesse mapa observa-se que G não possui muita informação de onde viriam esses cocos. Ela apenas mostrou que os cocos saíam de N para sua casa, sendo transportados por burros ou jumentos. Ela e seus familiares quebrariam os cocos para, no final do dia, N medir as cuias e pagar. N sairia com essas amêndoas diretamente para Arajara, revender na bodega de BB. De lá, BB levava para algum lugar, mas ela não sabia qual seria esse destino. Quando notei este

¹⁰⁰ Um fruto com formato redondo que, quando maduro, pode ser cortado e usado como uma bacia. Tipicamente da região Nordeste, a cuia seria uma medida para saber a forma de pagamento da pessoa. Dessa maneira, a extração do dia de amêndoas seria paga pelo número de cuias que teriam sido obtidas.

mapa e as narrativas quase sem nenhum aprofundamento, vi um desconhecimento territorial e de todas etapas da produção, pois ela não entende o que se fará com aquilo. O mais assustador desse desconhecimento é que ela reutilizou este mapa posteriormente para explicar sua produção atual, mas com pessoas aleatórias vendendo coco.

Em outra entrevista, a senhora O, também antiga na atividade, colocou suas r-existências na atividade de coco desde meados de 1970-1980. Negra, aposentada, trabalhando desde criança com coco, com sua mãe e irmãos, tendo depois a companhia de seu falecido esposo e seus filhos, morou em vários locais do distrito de Arajara e cidades de Pernambuco, na labuta do agroextrativismo do babaçu. Ela não possui muito estudo, sabendo ler um pouco e escrever algumas coisas, como o nome. Nesses locais, ela morava com a família, buscando r-existir com seus saberes e fazeres, assim, ela sobrevivia plantando milho, feijão, andu, fava, mandioca e coletando o coco, em sistema de meação¹⁰¹. Ao pedir para ela representar no papel estes fatos e locais, ela falou que não sabia desenhar. Quando expliquei que poderia fazer traços foi obtido este mapa feito em duas folhas (figura 22).

Figura 22 – Mapa da senhora O. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Porém, estes traços serviam apenas para ela contar a situação ocorrida naquele momento da conversa, mostrando por onde teria trabalhado e coletado babaçu, sendo o rabisco feito tendo outro significado, em momento posterior. Assim, os rabiscos eram efêmeros e essas posições postas não seriam fixas. Nesse sentido, em duas folhas ela apresentou que viveu em uma propriedade das Tabocas, em duas propriedades de pessoas distintas da Boa Esperança e no

¹⁰¹ Nesse sistema – dito “de meia” pela entrevistada, metade do valor da venda da produção agrícola e/ou do produto extraído vai para o proprietário das terras.

Tabuleiro, onde é sua residência atual. Ela também demonstrou nesse mapa efêmero que quase nunca teve muito acesso aos babaçuais, pois estavam em propriedades privadas de pessoas que não cediam e nem vendiam para ela. Ela aponta ter conseguido comprar durante um bom tempo a safra anual dos babaçus na proximidade da casa de L, os babaçuais da propriedade do contratador de I quando ele saiu do ramo, na propriedade de N, em propriedades no sítio Macaúba, etc. Estes cocos poderiam ser derrubados por I, N ou J, dependendo do preço que cobrasse e sua disponibilidade. A partir desse mapa efêmero ela evidencia ter tido trabalho para conseguir o acesso aos babaçus, sendo que esses dilemas ocorreram durante os quase 50 anos na atividade. Isso ocorria porque as pessoas donas dos babaçuais negavam que se coletasse os cocos, mesmo que ela comprasse. Ainda havia dificuldade para comprar os sítios com babaçu pelo alto preço e havia problemas para transportar a carga de cocos em burros ou cavalos na “estrada de chão batido”. Ela buscava apontar essa distância no mapa colocando sua casa para o outro ponto de uma ponta a outra, como demarcar do Tabuleiro para a Macaúba ou Tabocas. Tudo isso influenciou na renda de sua família e criou inúmeras dificuldades para viver. Salienta-se que sua casa atual é bem simples, diferente daquelas das outras pessoas envolvidas no agroextrativismo, sendo a terra em que vive uma doação para sua família de um ex-proprietário que era dono do latifúndio existente naquele sítio. Nessa propriedade residem seus filhos, netos, irmãs, irmão e sobrinhos. Na doação, o proprietário também deu o acesso aos babaçuais que ali existem, fazendo com que O, com mais de 65 anos, possuía matéria-prima para trabalhar. Seus parentes transportam os cocos em sacos de 50 kg no lombo de burros ou jumentos, podendo até usarem o próprio corpo. Atualmente, pela falta de acesso a outras propriedades, ela tira desse latifúndio os babaçus para trabalhar.

Observou-se que seus filhos são as pessoas que ajudam atualmente nas atividades. Com eles busca os cocos, quebra-os com a marreta e retira com o enxadeco as amêndoas na pedra. Fazem tudo isso dentro de uma casinha para guardar do coco (foto 03). Em muitos momentos da sua vida ela contou com seus netos(as) e sobrinhos(as) menores de idade para fazer a atividade, tendo que pagar uma remuneração pelos serviços. Estes menores trabalhavam nas suas atividades após chegarem da aula ou nem irem, se debruçando sobre os cocos de babaçu que estavam na casa de O. Após tirar as amêndoas, ela ia vender na sede de Arajara, para BB, e hoje vende no centro de Barbalha. Ao final da entrevista pude perceber que suas dificuldades para continuar r-existindo como produtora – e na vida – são maiores do que as dos outros, e dependendo disso tudo para ter.

Foto 03 – Casinha de coco da senhora O. Na primeira imagem, acima, a direita, o enxadeço. Fonte: Pereira (2018).

Pelas entrevistas descritas, se nota a relação direta ou indireta das pessoas que trabalham no agroextrativismo local com N. N, senhor pardo, quase 70 anos, aposentado, desde pequeno trabalhou com seu pai na extração de babaçu. Quando fui fazer entrevista, deixei-o à vontade para escolher onde queria conversar. Assim, ele chamou para sentar numa casinha coberta, sem parede e colunas, feita de madeira, em frente à sua casa. Ao concordar com os termos da entrevista, este inicia dizendo que começou na atividade aos 16 anos, ajudando a juntar os cocos de seu pai que eram derrubados nas matas por um senhor, mas aos 20 anos já era ele que derrubava. Perguntado se poderia esboçar no papel onde foi este início, o entrevistado disse não saber desenhar, mas em sua casa estavam suas filhas(os) e netas(os) que poderiam fazer isso. Tentei mostrar que seria algo simples, mas ele foi relutante e colocou para desenhar esses mapas sua neta PP, que deve ter uns 10 anos. Dando os materiais para a garota, N começou a dizer o que lembrava dessa situação da década de 1970 e buscou mostrar como era a propriedade onde ele residia no tempo do seu pai, situada entre os sítios Boa Esperança e Tabocas. Para isso pedi para PP começar a representar na folha A4 (figura 23 – 1). Então, N manda colocar, num ponto central, onde seria a casa do seu pai, que ficava no sítio Tabocas e, num pouco acima, a casinha onde ficavam os cocos para se quebrar. Ele diz que toda manhã andavam pelas veredas para trabalhar nas plantações e coleta de coco.

Figura 23 – 1) Mapa de N sobre seu terreno, desenhado por sua neta, PP, a partir de suas indicações 2) Mapa de N sobre os babaçuais e engenhos, desenhado por sua neta, PP, a partir de suas indicações. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018).

O trabalho na propriedade era dividido anualmente em dois períodos, um período para plantação e colheita e outro para agroextrativismo do coco babaçu. O período para plantar a roça se dava na época do começo das chuvas, meados de dezembro. N lembra que acima da casa de seu pai até o limite do terreno, que chega ao sítio Saco, se plantava andu. Um pouco abaixo da casa de seu pai existia um plantio de mandioca. Depois da roça de mandioca, em direção ao limite do terreno, passava a estrada do Arajara para Macaúba. Se plantava cana-de-açúcar para vender depois aos engenhos, mas no meio delas estavam as palmeiras de babaçu. Já no período dedicado ao agroextrativismo do coco babaçu trabalhavam como produtores. Esse período iniciava em junho, assim que acabava o período para plantação e colheita, pois não estaria chovendo e nem teria mais algo para colher. Ao verificar esses dois períodos é notória a semelhança com o que aponta Valverde (1957) em seu texto sobre o Maranhão.

Nesse mesmo mapa, pedi para N colocar as veredas citadas no canto direito e anotar que era ali onde passavam os animais (burros e jumentos) carregando cocos e anotar quem eram os vizinhos de seu terreno. Esses vizinhos colocados são: o senhor UU, que era proprietário de todo o terreno da esquerda do mapa; o senhor QQ, dono de um terreno que ia do rio ao limite com o sítio Saco, ficando na direita superior desse mapa, e o sogro de I, posto no canto inferior direito desse mapa. Com esses dados postos, N falou que a atividade tomou um ritmo avassalador na década de 1970, fazendo-o começar a compra de outras safras de babaçu em propriedades do distrito. Para conseguir dar de conta desse número de cocos que chegavam, ele contratava pessoas, saindo de uma atividade feita em família para uma atividade com assalariados, que trabalhavam na casinha de coco, ao lado da casa (figura 23–1). Dentre essas pessoas vinham as quebradeiras que moravam perto de L, e a mãe de G.

Curioso sobre a cana-de-açúcar, perguntei como era a relação dos engenhos com os babaçuais. N então respondeu que os canaviais estavam em toda paisagem do distrito, mas também havia muitos babaçuais. Ao ouvir isso indaguei se todos os canaviais eram para abastecer o engenho de CC. Ele afirmou que não, pois havia vários engenhos no distrito, então, pedi se poderia me indicar em outra folha onde ficavam esses engenhos. Desse modo, N pediu para PP colocar estes locais (figura 23 – 2), dizendo que, ao longo do tempo, houve mudanças para refazer ou desaparecer com esses engenhos. A netinha então questiona se era para colocar somente o nome ou desenhar. Ele responde que poderia desenhar e utilizar a caixa de lápis de cor. PP começa a colocar, nesse novo mapa, os engenhos indicados com uma moita de cana-de-açúcar da cor verde. N pediu para centralizar o engenho de CC, que pelas suas palavras teria um poder político-social no sítio Boa Esperança, não sendo uma pessoa afável. Depois disso, ele pediu para pôr dois engenhos que existiam em Arajara, o de FQ e DD. Ele fala que a família de DD¹⁰² ainda continua com esse engenho ativo. N também pediu para sua neta desenhar o engenho de TD no sítio Farias, onde havia também uma casa de farinha. Além destes, ele lembra da existência do um engenho de QF no sítio Coité, o engenho de QL no sítio Macaúba e dois engenhos no sítio Monte Castelo, sendo de CZ e PV.

Após, N pediu que sua neta indicasse onde haveria mais babaçu. Para isso, ela usa um lápis marrom e decide fazer o símbolo de uma palmeira onde seu avô indicasse. Então, ele diz que os babaçuais estariam no sítio Boa Esperança, sítio Macaúba e sítio Monte Castelo.

¹⁰² Cabe abrir parênteses aqui e sugerir que os donos do engenho possuem ligação sanguínea com seu BB e, provavelmente, com Pinto Madeira. Porém, essa informação não pode ser aprofundada pela falta de informações ou de conseguir a entrevista com parentes desses familiares, pois estes não sabiam ou estavam com problemas pessoais.

Aproveitando esse mapa, N fala para colocar onde foram adquiridas mais propriedades com palmeiras, compradas por ele, sendo essas na circunvizinhança da sua propriedade, no sítio Tabocas, no começo do sítio Macaúba para a Boa Esperança, sendo denominado por ele como Coelhos. Não haveria outros locais, pois ninguém vendia para ele.

Inquirido sobre o que se fazia com a amêndoa do coco, este conta que boa parte era vendida para BB, mas também se fazia óleo para vender em Barbalha. Perguntei como seria esse trajeto. Por isso, N solicita para PP colocar em outra folha (figura 24) onde seria sua propriedade, dar destaque para sua casa e colocar a vereda de encontro com a estrada, rumo a Barbalha, argumentando demorar mais ou menos 2 horas e 30 minutos para chegar até o centro. A quantidade de óleo babaçu produzida para essa venda era de 30 litros a cada 15 dias, ou seja, duas vezes ao mês. As estradas eram carroçáveis, significando uma labuta para chegar ali. Para começar cedo e vender os produtos na feira acordavam umas 4 horas da manhã, saindo entre 4 horas e 30 minutos para chegar em Barbalha as 7 horas. Os animais de carga iam com caçoais, para levar, além de óleo, outros produtos elaborados no campo e voltar com mercadoria. Dessa venda dava para comprar o café, arroz, feijão e alguma outra coisa para a casa.

Figura 24 –Mapa de N sobre deslocamento de óleo para Barbalha, desenhado por sua neta, PP, a partir de suas indicações. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Perguntado se muitas pessoas trabalhavam com coco, N disse que quase todos, pois na “época era demais” com “80% (...) 85% do pessoal do distrito” envolvido. Hoje isso se reduziu drasticamente, como se pôde constatar nos capítulos anteriores. Ao final da entrevista ele indica o nome de Q para sabermos um pouquinho mais da atividade.

Q é uma mulher negra, chegando aos 45 anos numa propriedade de herança do seu pai, que também tinha herdado de BB. Ao ir entrevistá-la, vi que sua residência está no meio de vários outros terrenos, possuindo apenas um caminho por uma vereda do portão até a estrada, chegando mais ou menos a 250 metros. A dimensão do terreno é pequena, sendo que ali moram sua filha do meio, seu neto e seu filho caçula. Depois de explicar a pesquisa, ela já pediu a folha para colocar as informações e me mostrar logo onde seria sua casa, descrevendo que usava a levada da fonte do Farias antes da água encanada (figura 25). Segundo ela, no passado, essa levada era para irrigar os canaviais existentes e encher os açudes. Porém, como moravam no terreno de BB, poderiam usufruir. A cessão dessa propriedade implicava trabalhar por sujeição, cuidando de três a quatro dias dos canaviais de BB. Os outros dias, Q lembra que eram livres para plantar e cuidar do que quisesse. Segundo a entrevistada, vivendo desde a década de 1980 com sua família nesse terreno, pôde fazer um brejo de alho ao longo da levada ao engenho do Farias.

Figura 25 – Mapa de Q sobre as atividades agroextrativistas. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

O coco babaçu não existe perto desses terrenos de BB. Desse modo, em outro mapa (figura 26), ela narra que a família comprava coco de outras propriedades, sendo muitos vindos

das proximidades da casa de L, próximo ao rio da Botija. Para derrubar elas contratavam I, que morava no terreno do seu sogro.

Figura 26 – Mapa de Q sobre a atividade com o babaçu. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Após a derrubada, os cocos eram amontoados na casinha de coco que ainda há no terreiro da sua casa. Ao tirar as amêndoas se vendia na bodega de BB, levando-as na cabeça ou no ombro pela estrada do Farias. Com o dinheiro obtido se trazia algumas mercadorias da bodega. Entretanto, nem todas as amêndoas eram vendidas, pois se aproveitava algumas para produzir óleo e vender para quem chegasse. Em 1986 a entrevistada viaja para Fortaleza e, assim, paralisa sua atividade como agroextrativista, voltando somente nos anos 2000 para continuar na r-existência.

Com essas entrevistas se verificam os processos de lutas diárias dos entrevistados no agroextrativismo que engrenou nessas décadas, na lógica do capital. Essa lógica, como falou Gonçalves (2005), cria um processo de empreendimento capitalista da atividade, com uma divisão do trabalho, criando um desenvolvimento desigual. Este desenvolvimento favorece os negociantes, pessoas continuadoras (in)diretamente de uma sociedade patriarcal, machista, racista, homofóbica, elitista, conseguindo obter mais benefícios do que as populações excluídas, marginalizadas, silenciadas e minoritárias, que não conseguem entender a logística da sua atividade em um campo mais amplo. Há aqui, então a ética capitalista (GONÇALVES, 2005), racionalizando vida social através de valores e fins pré-determinados. Essa, faz os(as)

agroextrativistas adentrarem no capitalismo, levando a criarem uma comunidade fragmentada, mas com reservas de recursos (GONÇALVES, 2005). Porém, essa logística cria uma ideia de devoção ao trabalho, com sacrifício, retidão e esforço para ter algo melhor no futuro (GONÇALVES, 2005). Através desse impacto, o Arajara adentra no novo ritmo, com a ideia de trabalhar com outras vertentes econômicas, dentre as quais os babaçuais, fazendo isso até década de 1990.

Perspectivas das novas demandas impulsionadas aos babaçuais de Arajara

O entrevistado N afirmou que, em 1999, deixou a atividade ligada ao coco babaçu e, como outros do distrito, foi cortar cana-de-açúcar em São Paulo. Não foi só ele, mas vários. Essa mudança mostrou o sepultamento dos canaviais da paisagem de Arajara pela modernização dos setores econômicos da região do Cariri (BESERRA, 2007). Logicamente, com a saída das pessoas, houve impactos na atividade e nas relações interpessoais. Um impacto marcante para o agroextrativismo do coco babaçu na região foi o fechamento das indústrias compradora de amêndoas, fato que levou ao fim a compra do coco ou da amêndoa para serem revendidas pelos atravessadores, como BB. Logicamente estes atravessadores encontraram outras fábricas que as comprassem, mas eram fora do Cariri cearense.

Na década de 2000 BB falece. Com sua morte há outras pessoas surgindo como atravessadores no mercado, para compra da amêndoa babaçu, como RR, morador do sítio Macaúba, ou HH, morador do centro de Barbalha, citado por L e O nas suas narrativas. Além de outros que procuram outras alternativas para entregar as amêndoas direto na fábrica. Outra alternativa também surge, a produção de óleo caseiro do coco babaçu (foto 04), que ganha incentivos por estudos relacionados aos benefícios de usá-lo na culinária. Pelo slogan de que tudo feito em Arajara é bom, o óleo se torna requisitado, impulsionando L, G, O, Q e outras pessoas a produzirem para comercializar localmente.

Foto 04 – Óleo de coco babaçu numa panela para apurar e amêndoas de babaçu. Fonte: Pereira (2018)

L e G ainda se reinventam, começando a produzir pipocas e sequeijos para vender localmente. De tal modo, estes aproveitam tudo o que é possível para lucrar com o babaçu. Segundo S, o babaçu tem tudo que pode ser aproveitado economicamente, ou seja: o pó (mesocarpo), o qual serve para tratar do Alzheimer, produção de sabonetes e pomada; o ácido láurico presente no óleo, responsável por inibir os anticorpos; o epicarpo e o endocarpo para queimar nas indústrias e em casa; o endocarpo para produzir bijuterias. Porém, ressalta-se que não haver pessoas certas para comprar esses produtos do distrito e os produtores começam se desinteressar. Isso se intensifica com a estabilidade do preço das amêndoas em Barbalha de 2002 a 2005, como visto no gráfico 3. Essa estabilidade fez com que I, entre outros(as) agroextrativistas, parassem ou encerrassem as atividades com babaçu, indo para outros empreendimentos, vistos como mais vantajosos e que eram indicados pelo Estado ou empresas. Dessa forma, Arajara ia adentrando nessa ‘nova’ região do Cariri, entrando no novo planejamento do capital, impulsionador da devastação da tradição de suas comunidades (GONÇALVES, 2005). Essa devastação, já anunciada por I, indica um novo processo para o babaçu. Isso pode ser visto no mapa feito por P (figura 27) ao retratar as memórias das atividades que participou com seu pai, senhor I, exibindo os locais por onde trabalhou, mas indicando sítios onde tinha babaçu disponível para derrubar. Em muitos desses sítios, principalmente na ‘serra’, próximo a igreja de São Sebastião, no sítio Macaúba, os proprietários não vendem mais as safras.

Figura 27 – Mapa da senhora P. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Seguindo os mesmos procedimentos iniciais da pesquisa, sentamos com P, filha mais velha de I, parda, que possui muitos conhecimentos sobre o novo impacto socioambiental do babaçu, da dificuldade para encontrar babaçu e sobre a produção de óleo para o comércio. No primeiro desses impactos, P comenta que “aqueles pessoal tem, assim, às vezes no pé-de-serra, que às vezes tem alguma broca. Aí é nisso aí onde diminui, que às vezes pega fogo em uma e não resiste (*sic*)”. Este caso diminui as palmeiras novas, tiradas para substituir por hortifruticultura ou fazer artesanato. Ela fala da facilidade de encontrar as clareiras abertas para a nova ótica da agricultura, levando a proporem como P, a derrubada de palmeiras da região para a construção de casas novas, pois cresceu o número de habitantes em Arajara. Sobre isso, N colocou que “foi derrubado mais palmeiras. Aí tudo para construção de casa”. Este processo só se intensifica atualmente (foto 05). P diz que até locais onde existiam os melhores babaçus, contendo muitas amêndoas, foram retirados, desmatados e vistos como insignificantes. Essas palmeiras ficavam perto de sua casa na pista, como visto na figura 27. Os locais ali indicados possuem o plantio de hortifruticultura, principalmente o plantio de coentro pois, segundo a entrevistada, essa terra é muito boa.

Foto 05 – Devastação das palmeiras de babaçu do distrito de Arajara para novas lógicas do capital. Fonte: Pereira (2018)

Arajara também possui um crescente processo especulativo de imóveis, levando a transformação dos latifúndios ou minifúndios que possuíam os babaçuais em loteamentos. Isso prejudica o agroextrativismo, como G considerou, pois antigamente tinha-se acesso a esses

terrenos para apanhar os babaçus, porque “coco no chão é de todo mundo” (ENTREVISTADA G, 2018). Porém, hoje todo mundo quer vender. Nesse sentido, quem não tiver dinheiro não poderá comprar coco, pois segundo G “tudo agora virou mercadoria, até as coisas mais simples”.

Foi nesse mesmo processo de modernização do Cariri (GONÇALVES, 2005; BESERRA, 2007) que apareceu a ideia de os jovens não quererem mais trabalhar nos babaçuais. O acesso à escola, oportunidades de emprego na região e em trabalhos braçais em outras áreas rurais, fez com que as pessoas não valorizassem o coco, principalmente os mais jovens. Como V aborda, nenhum jovem quer sofrer hoje. V também cita uma coisa importante, a questão da água. Como se vê nos mapas de I e Q, o abastecimento de água era basicamente feito por levadas, trabalhando no sistema da telha. Ao pedir para V mostrá-lo, ela disse que não queria, pois eu já sabia e poderia muito bem colocar. Além disso, o trabalho teria ganhos financeiros para mim e não para ela. Dessa maneira, ela não iria fazer isso e só estava dando a entrevista por eu ser conhecido. V, sendo uma senhora, branca, receosa e desconfiada, na entrevista trouxe algumas informações de sua vida, mas durante todo o processo teve que se refletir se eram verídicas, principalmente o que referia aos seus parentes mais próximos (figura 28). Em outras palavras, a informação dada pode não ter sido a verdade por completo, ou nem ser real.

Figura 28 – Mapa narrado por V. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

V basicamente narrou que trabalhou fazendo óleo de coco, mas em pouca quantidade e quando pôde, pois ela é também dona de casa. Ela iniciou a atividade com o coco babaçu em 2000, sabendo desde muito cedo, tendo aprendido com sua mãe. Ao insistir, perguntando se ela poderia dizer os locais onde seriam coletados os cocos para quebrar, ela começou a falar que viriam principalmente do terreno de RT, ficando este entre os sítios Gitó e Tabocas. Mas ela não quis desenhar na folha e disse que eu “sabia onde era, poderia muito bem colocar”. Fui incentivar desenhando um pouco (figura 28) e pedindo para ela fazê-lo, mas nada. Argumentei ainda que poderíamos fazer um projeto com a sua cara. Por isso, nos envolvemos, sendo até perguntado uma coisa e imediatamente respondendo (dizendo você sabe). Mesmo tentando puxar o tema, ela sempre quis responder seguindo as minhas ideias e não colocar as delas para fora. Isso foi mais evidente quando perguntei como era a questão da água, mas ela argumentou que hoje está melhor pois era sistema de telhas e vinha nas levadas. Pedi para ela me explicar por que era melhor e simplesmente a resposta obtida foi que minha mãe sabia, deveria ir perguntar para ela. Ao tentar inquirir por onde passava as levadas, ela falou que passaria uma vinda do sítio Santo Antônio, adentrando o terreno de RT e chegava no terreno de GP, que ficava abaixo do dela. Pedi para ela representar e ouvi “você sabe”. Fiz os rabiscos e perguntei se era assim. Ela só me acenou com a cabeça que sim. Continuou falando que a outra levada de água viria do Farias, passando por um açude no sítio Boa Esperança, ficando nas propriedades de CC, passando e encheria um açude que ali teria. Esse açude ficaria perto da casa da senhora KM. Ao final, a água iria para o rio Arajara.

Em seguida, questioneei se haveria outra levada e V falou que sim. Indaguei qual seria a utilidade da água e V disse que antes seria para irrigar os canaviais e outras plantações em dias distintos. Nessa circunstância, ela relata a demora de dias para a água chegar em uma casa e que tudo dependia de quem tivesse a propriedade dela, pois direito à água depende da terra. V disse que já tinha perdido tempo demais, estava bom aquele papo e eu que continuasse no rabisco. Assim, dessa entrevista pude fazer um mapa sobre a situação espacial dessa narrativa geográfica. Cabe ainda frisar que essa questão de a água não ser acessível para todos adentra nos estudos de Feitosa (2005), complicando atividades rotineiras do ser humano e quiçá a produção de óleo babaçu. No entanto, essa nova lógica, descrita por Gonçalves (2005), levou ao distrito um pouco da água necessária para todos. Todavia, há ainda um processo desigual submerso no capital, para atender a elite.

Essa nova lógica condicionou uma nova Arajara, originando outras atividades de babaçu dentro da logística do comércio e essas foram impulsionadas pelo interesse do Estado na

atividade. Nesse sentido, surgem novos projetos de industrialização da produção de óleo babaçu, indo do óleo quente (cozido) para o frio (prensado), e a produção de biojóias, saindo de uma produção artesanal/rudimentar para uma produção industrial, feita com maquinário sofisticado. E essas alterações começam no sítio Macaúba, dentro da Associação das Mulheres do Sítio Macaúba (A.M.S.M), com visão empreendedora.

Os percalços da modernização da região e da atividade do babaçu

A A.M.S.M. foi fundada em março de 1991 pois, conforme dito por A, as mulheres não se sentiam contempladas pelos descasos locais, contra elas e contra a comunidade. Dessa maneira, A coloca que ali nasceu a A.M.S.M. para buscar formas de batalhar pelos seus direitos. A associação foi incentivada por diversos órgãos, com pauta no desenvolvimento sustentável local. A Senhora A, branca, com seus quase 65 anos, lembra que o maquinário chegou entre os anos de 2005 a 2008 para trabalhar com o coco babaçu. Esse maquinário chegou através da parceria feita com diferentes institutos e órgãos, mas em destaque está o projeto com a Fundação Araripe (F.A.), como afirma o entrevistado R.

R, um homem pardo, tendo uns 40 e pouco anos, nos recebeu na sala da empresa onde trabalha atualmente. R trabalhou muito tempo na Fundação Araripe. A F.A. foi consolidada e funcionava com a ida de técnicos e agentes de vários órgãos para às comunidades de toda a região. Nesses trabalhos fizeram um estudo detalhado sobre o empreendedorismo para a produção do babaçu, destacando um sítio do distrito de Arajara, o sítio Macaúba. Esse estudo se originou do projeto GEF Caatinga do MMA, com amparo do *Global Environment Facility* (GEF) e recursos vindos do Banco Mundial (Bird). O projeto buscava formas de se ter um desenvolvimento sustentável no planeta, fazendo as comunidades lucrarem com o que tinham de recurso natural disponível na localidade sem agredir a natureza. No projeto relativo ao babaçu, R disse que foram realizadas capacitações, treinamentos e cursos para incentivar o envolvimento da comunidade. Como ele era um dos técnicos do projeto, perguntei a R se a Macaúba tinha sido a única beneficiada. R comentou que o projeto fazia parte de um trabalho mais amplo para todo o país, tendo parcerias nacionais e internacionais. Assim, outras comunidades foram atendidas e ele mesmo as visitou, sendo essas do estado da Bahia e Pernambuco. Observando sua fala sobre as comunidades e o seu gesticular com os braços mostrando onde seriam, notei que um mapa poderia sair daquele papo. Não esperava entrevistá-lo a partir da metodologia das narrativas cartográficas, pois pelas nossas conversas iniciais ele

só passaria alguns documentos técnicos sobre o projeto da F.A. desenvolvido no Arajara. Por esse motivo, não havia nenhum material pronto para entrevista. Contudo, R se sentiu confortável para argumentar e, quando ele gesticulava, perguntei se poderia mostrar esses fatos desenhando. Falei que não havia folhas, mas queria ver essas dinâmicas num desenho que conseguia me dar uma representação do real. Com esse pedido, R pegou uma folha usada na sala do seu emprego atual e começou a anotar os nomes das comunidades no lado em branco (figura 29). O primeiro item ali posto foi o sítio Macaúba de Barbalha, Ceará, sendo que o recurso natural incentivado pelo projeto era o babaçu. Quando ele ia colocar a segunda comunidade, notou que poderia considerar as duas serem a mesma coisa e, por isso, fez um x no nome Jardim, colocando abaixo o nome da comunidade de ‘Horizonte/Cacimbas de Jardim, Ceará’, dizendo que ali se estimulava o pequi. Depois, ele anota o Uauá da Bahia, que trabalha com o umbu. Em Pernambuco ele escreve o nome de duas comunidades atendidas para trabalhar o caroá, sendo a Carolina (sic) de Betânia e Conceição de Crioulos. Essa última comunidade ele pensava ser pertencente ao município de Serra Talhada, mas depois lembrou que era de Salgueiro.

Figura 29 – Mapa de R sobre o projeto GEF Caatinga. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Ao indicar essas comunidades, R fez um pequeno mapa no meio da folha, apontando onde se localizam (figura 29). Por esse mapa, ele começa sua arguição, iniciando pela comunidade de Uauá e o comércio de umbu. Segundo seus relatos, o comércio era feito por uma associação ligada à igreja, que negociava o umbu com atravessadores, num valor abaixo do mercado. Com a implementação do projeto, a comunidade cresceu, criou uma cooperativa,

se adequando às exigências do mercado e, assim, comercializa do Brasil ao mundo as geleias e doces de umbu. Por esse motivo, R põe uma seta para cima para marcar que esse projeto favoreceu o desenvolvimento da produção e venda. A outra comunidade, Caroalina, que é descrita por R como Carolina, vendia a matéria-prima daquelas terras, o caroá, por um preço abaixo do mercado, possuindo um extrativismo predatório, gerando problemas de sustentabilidade. Através do projeto com a associação das mulheres da comunidade foi feito um rearranjo na atividade, possibilitando uma organização e sendo produzidos produtos ecologicamente corretos para dar lucro. Dessa maneira, R apresenta essa comunidade também com uma seta para cima e destaca a contribuição do projeto para eles teria sido a organização da atividade. R mostra depois a comunidade Conceição dos Crioulos, que tinha uma disputa territorial por demarcações de terras quilombolas e um artesanato tradicional do caroá. A comunidade já havia se despontado nacionalmente e foi assim auxiliada para intensificar sua produção. No entanto, R argumenta que o projeto contribuiu na organização social do território.

Verificando isso tudo, R trata as comunidades do Cariri cearense como as únicas que não conseguiram ter uma contribuição e retorno do projeto. Ele, ao mostrar no mapa (figura 29), diz ser essa região um local diferenciado, pois há a Chapada do Araripe condicionando um ambiente rico de diversidades, mas não é aproveitado pelo povo. Nesse sentido, o projeto da Macaúba nunca foi adiante porque as pessoas não sabem aproveitar o que há de bom. Porém, desse projeto, surgiram várias contribuições para o sítio Macaúba, como o maquinário da A.M.S.M. para modernizar a atividade. É importante lembrar que isso ocorreu no auge das atividades desenvolvidas pela associação, como lembra a senhora K, mulher branca com uns 35 anos, ex liderança da A.M.S.M. Esse auge foi iniciado graças as mulheres que trabalhavam na associação, sendo que algumas sabiam dialogar sobre a temática e resolveram se reunir para traçar melhorias.

A senhora K coloca que tudo iniciou quando ela e outras companheiras foram convidadas por membros do ICMBIO a fazer uma visita na associação do sítio Correntinho, para conhecer as máquinas usadas na extração de amêndoa e o artesanato que poderia ser feito com o coco. Vendo essa potencialidade e com apoio de membros do ICMBIO buscaram conseguir o projeto São José¹⁰³. Este projeto disponibilizou um valor de 25 mil, segundo relato

¹⁰³ Cabe destacar que a Macaúba entra, via projeto São José, no projeto do governo federal ‘Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Norte, Nordeste e Mato Grosso’, que estruturava uma roupagem diferente para o desenvolvimento do país. Esse projeto consolida a ideia de que o Cariri seja uma atração para turistas. Porém, não foi só isso, pois como verificamos em Amaral Filho et. al. (2010, p. 94-95), na região “(...) do Cariri, dentre as diversas ações implementadas destaca-se a criação do Fórum de Tecnologia do Cariri, composto por 19 instituições da Região, que permitiu aproximar os atores (centros tecnológicos, universidades e empresas) na busca pela

de S. Além disso, trouxe parcerias de muitos órgãos, impulsionando a ideia de modernizar a atividade do agroextrativismo do babaçu. Pedi para K se ela poderia representar essa ideia e com isso surgiram dois mapas com todas essas informações (figura 30). K apontou, no primeiro mapa (figura 30-1) as casas das mulheres que trabalham com coco babaçu, sendo essas DF, LR, CN, FL, YG, T, A e L. Além de colocar todas elas e a estrada, K põe a associação do sítio Correntinho, pois foi dali que surgiu a ideia do maquinário para Macaúba.

Figura 30 – 1. Mapa de K sobre o processo do maquinário na Associação das Mulheres do Sítio Macaúba; 2. Mapa de K sobre a ida das mulheres buscarem coco no sopé da Chapada do Araripe. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Nessa visita ao Correntinho ela fez um curso de artesanato de peças feitas do babaçu. Desse curso também participou sua sogra, A. A senhora A, branca, de uns 60 anos, também foi ex liderança da A.M.S.M e foi motivada a fazer artesanato com essas peças para ter uma renda extra. A partir disso, K, A e outra mulher, YG, começam a ir para o Correntinho levando milhares de coco babaçu para serem cortados e trazido de volta como peças para fazer artesanato. Na sequência, elas participam de feiras, incentivadas por uma membra do ICMBIO, e notam a lucratividade do babaçu. Logo, dão força para o projeto do maquinário ser consolidado. Quando conseguiram, K argumenta que incentivou as sócias a participarem

excelência tecnológica”. Nessa ideia, tendo inicialmente o incentivo do Banco do Brasil e da Federação das Empresas Juniores do Estado do Ceará, o coco babaçu na APLs foi apoiado formalmente (AMARAL FILHO et. al., 2009).

ativamente da atividade, principalmente CN, que mora nas proximidades da sede. K ainda mostra no mapa (figura 30-1) que as mulheres que estavam mais próximas da estátua de padre Cícero e da bica do Velho José (LR, DF e CN) tinham cocos em seus terrenos, mas outras pessoas distantes dali teriam que comprar. Então, A coloca que essas traziam cocos para serem vendidos e se tornarem matéria-prima para o trabalho na associação. Todavia, também compraram cocos de outras localidades, especialmente no período de 2009, como K e A argumentaram.

No segundo mapa (figura 30.2), K evidencia o papel dessas mulheres que trabalhavam na associação trazendo cocos de suas propriedades, sendo muitos vindos do ‘sopé da Chapada do Araripe’¹⁰⁴. No mapa posto ela narra que os cocos ali trabalhados não são derrubados, mas coletados após caírem dos cachos naturalmente, seguindo a tradição das mais antigas, como a veterana senhora DF. Para apanhar os cocos se utilizavam balaies e/ou sacos de 50 kg, que são trazidos em burros, jumentos ou na cabeça. Vale destacar aqui a não aceitação da A.M.S.M. de muitos homens envolvidos na atividade pelas mulheres, pois acreditam que não precisam ficar submissas aos interesses dos companheiros, mas esses juntam os cocos para serem depois transportados até a sede da A.M.S.M. A senhora A coloca que muitos donos de caminhonetes não querem levar os babaçus em seus carros, colocando argumentos que estes as sujariam. Os que aceitam levar cobram muito caro para fazer uma viagem que não dura nem 2 km da associação até o padre Cícero. Na entrevistada com A notou-se seu desligamento do que produz. K argumenta que muitas dessas mulheres são agricultoras e extrativistas, porém, com essa associação se teve uma mudança para elas adentrarem nessa lógica.

Na associação ocorreram muitas brigas internas, “pois cada pessoa só pensava no seu”. Um novo direcionamento na associação trouxe uma injeção de ânimo econômico para as pessoas do local. Em muitas feiras realizadas se conseguia quase 1 salário mínimo para cada participante, conforme coloca K. Por isso, como técnico da Ematerce para acompanhar o distrito de Arajara de 2012 a 2014, um homem branco de 40 anos, chamado S, fez o papel de colaborador para o empreendedorismo acontecer. S buscou sempre proporcionar uma estabilidade e divisão das tarefas, pois todas as mulheres não pensavam em trabalhar unidas, não havendo um afeto solidário, de comunidade. Trabalhando atualmente no ramo educacional, S argumenta não havia uma organização estruturada para a produção, mas ele ponderou que o padrão exigido do mercado, organização interna em uma lógica industrial e lucratividade fez

¹⁰⁴ Início ou continuação da escarpa

estruturar as coisas de forma correta, pensando no produto final. Este professor tentou mobilizar as mulheres, mas só via poucas envolvidas e quando ele não estava a coisa não andava. Ainda para piorar há disputas pelo poder da associação que prejudicam a ideia de cooperativa. Então, depois de sua saída, no ano de 2014, a situação desandou.

Ao questionar o que ele fez e se era possível representar, S tomou o papel e fez representações (figura 31) dizendo que uma das suas ações foi conseguir anotar numa caderneta onde haviam conseguido matéria-prima, quanto foi, aonde teria sido comercializado, o que foi e quanto foi. Dessa maneira, ele desenhou um primeiro mapa (figura 31.1) onde exibe a associação e aonde teriam conseguido o coco babaçu, sendo posto no outro mapa (figura 31.2) onde teria sido vendido e quais produtos seriam vendidos.

Figura 31 – 1. Mapa de S sobre os locais onde a Associação das Mulheres do Sítio Macaúba comprava cocos; 2. Mapa de S sobre os locais onde a Associação das Mulheres do Sítio Macaúba vendia seus produtos. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018).

Ao marcar esse ponto, o mesmo disse não ver em detalhes quantos milhares de coco teria comprado, qual o valor, quais produtos teriam feitos, qual seria a produção de cada um, onde teria sido vendido e para quem. Pedindo mais informações e subsídios sobre a questão, o entrevistado conta que não há nada no pen-drive, por conta de um vírus, mas ele tinha salvo no seu computador e depois passaria. No entanto, isso nunca se concretizou e as portas se fecharam aos dilemas espaço-temporais (?).

A entrevistada A também vai nesse mesmo raciocínio e indica na sua narrativa alguns produtos que eram feitos na associação (foto 06). Dentre esses produtos, além do óleo babaçu, se fazia: mesas de peças do coco babaçu; abajur feito com madeira da palmeira de babaçu, com peças do coco de enfeite; copo de doses feito do coco babaçu; sabonete feito do óleo de babaçu e pomada do coco babaçu. Tanto A como S argumentam que o babaçu possui propriedades que ajudam, seja a pomada para dor, sabonete para hidratar a pele e o óleo que, além de servir para comer, usam para cicatrizar feridas ou vitalizar os cabelos. A e T ainda tinham essas peças, que atualmente são uma joia rara.

Foto 06 – Produtos feitos na Associação das Mulheres do Sítio Macaúba. Fonte: Pereira (2018)

Uma outra coisa muito valiosa são as biojóias, que A não tinha mais. Ela disse que essas eram intensamente procuradas para comprar. O comércio de todos os produtos teria sido feito em diversos locais do país e do mundo. Ao conversar sobre isso, K coloca que houve a possibilidade de sair do comércio de derivados do babaçu local para outros locais. Ao perguntar quais, K revelou em uma folha (figura 32.1) os locais onde elas ficaram, e que só não foram para o Norte do país. Ela aponta que quem ia mais nessas atividades era a entrevistada A, pois em 2009 ela deixou de lado a associação para assumir outro emprego.

Figura 32 – 1. Mapa de K sobre a comercialização feita pela Associação das Mulheres do Sítio Macaúba; 2. Mapa de R sobre a comercialização feita pela Associação das Mulheres do Sítio Macaúba. Fonte: entrevistas concedidas a Pereira (2018).

Quando se questionou A, mostrando esse mapa, a mesma disse que estes locais anotados por K tiveram muitos produtos vendidos. Ela disse que esse foi o papel de uma associação que bateu no descaso da prefeitura municipal, pois os gestores nunca incentivaram a atividade do babaçu. Ao questionar sobre essa afirmação, A contou um caso ocorrido com ela, numa feira no Rio de Janeiro. Ela estava na barraca, com seus produtos, quando veio um homem perguntar de onde seriam aquelas pomadas, óleo, artesanato. Ao responder que seriam do sítio Macaúba, de Barbalha, o mesmo disse que não poderia ser, pois ele era secretário de agricultura do município e nunca tinha ouvido falar sobre tal coisa. Então, de fato, elas só viajaram graças aos seus esforços e o apoio dos parceiros, especialmente a F.A. e ICMBIO. Mesmo com este caso, nunca os governantes se interessaram por qualquer atividade de babaçu do local. R, ao falar sobre isso, colocou que só receberam incentivos da F.A., ICMBIO e Emartece. Algumas empresas também apareceram, como a Bodega da Caatinga. K aproveitou para colocar no papel (figura 32.2) os produtos feitos pela associação que viajaram para diferentes estados do Nordeste, Sudeste e a capital do país. Além desses locais, esses produtores enviaram cocos ou óleo para a Itália e a Alemanha, via o movimento *Slow Food*¹⁰⁵. Dali surgiram várias demandas por compra de produtos da associação, seja de empresas de outros países, como o caso de uma

¹⁰⁵ Este movimento tem o intuito de levar alimentos que sejam feitos numa ótica sustentável para serem saboreados e vendidos.

compra de 100 litros de óleo para China, ou vendas em nível nacional, como pedidos de todo o país para compra em série de produtos. Entretanto, as mulheres colocaram que nunca poderiam atender essas demandas. Ao mesmo tempo, teve o comércio advindo do turismo da região, mas que também foi esquecida por elas. Olhando esse mapa da comercialização é notório que elas não conseguiam adentrar ao empreendedorismo. Isso foi piorando nos últimos anos, pois a associação, nas últimas gestões, vem diminuindo suas atividades por uma série de fatores decorrentes da união na A.M.S.M e da própria co-labor-ação para r-existência.

Esses fatores foram evidentes na conversa com T. T é uma senhora negra de 50 e poucos anos, que trabalha desde o começo na atividade da associação e argumentou que até a pessoa que estava mais à frente resolveu parar de ir, pois não compensava. A falta de matéria-prima levou as pessoas a deixarem a associação. Outro problema enfrentado é não ter pessoas para manusear as máquinas. Como S argumenta, se não souber usar a máquina principal de cortar para produzir as peças, pode ocorrer um acidente. Em muitos casos, T colocou que as mulheres, por serem de idade, contrataram um rapaz para trabalhar, somente cortando o coco. Ainda se tem como agravante que as brigas internas afastaram as mulheres da associação, criando impasses e gargalos. Dessa maneira, foram várias as vezes que passei, durante essa pesquisa, e encontrei a sede da A.M.S.M. de portas fechadas (foto 07). Nesse ponto, R coloca que o planejamento feito pelos técnicos, manter a associação aberta de segunda a sábado, no horário comercial, tendo toda a comunidade participando, não se realizou e nem irá se realizar.

Foto 07 – Sede da A.M.S.M. Associação das Mulheres do Sítio Macaúba. Fonte: Pereira (2018)

Para R, os agroextrativistas possuem um tempo próprio, um pensamento próprio, que não adentra na lógica da cidade, a lógica econômica. Ele se sente decepcionado, mas entende que essas pessoas têm seu modo de vida e não o querem transformar. Ele relata que a comunidade de Uauá, por exemplo, vem comercializando com o mundo inteiro, sendo um projeto bem desenvolvido, mesmo tendo sido descaracterizados seus ideais de comunidade e sua tradição. Ele sabe que isso foi horrível, mas conta que, para o mundo em que vivemos, se fez um progresso. R coloca que o Cariri cearense, mesmo com essas novas interatividades voltadas ao desenvolvimento, se prende ainda no passado e continua num Cariri agrário, atrasado. Para ele, as únicas pessoas que ainda estão em processo de desenvolvimento são os jovens, mas estes estão abandonando o campo. Ele argumenta que a zona rural, para muitos, virou apenas um local-dormitório. Porém, para as populações tradicionais e marginalizadas, este argumento é inválido. É disso que esses atores não hegemônicos se valem, mas a hegemonia vem aglutinando ideias para vencer. Os jovens consideram a participação do coco como algo atrasado e é nesse argumento da atualidade que não entendemos a territorialidade.

No processo de não participação, há pessoas que não adentraram nessa atividade da associação, como a senhora L. S até tentou dialogar com L, mas ela foi relutante e disse que não iria para associação que utiliza máquinas na produção. Nas palavras de L, o “óleo da prensa é cru, não dura muito (...) ele não é frito e arde”, contendo, por isso, uma data de validade muito rápida, diferente do óleo de babaçu feito no modo tradicional. Ela argumenta que, assim, não se segue o padrão pré-estabelecido. Também, L ficou muito decepcionada e magoada por não ter recebido o prêmio que ganhou de uma instituição e coloca que ninguém buscou lutar para ajudá-la. Nesse sentido, se notaria que o Estado, as empresas e as pessoas envolvidas só pensam no melhor para si? Como R e S apontam, o individualismo constituído por essas ações não cria ações cooperativas e comunitárias. O que se quer é abrir mais a atividade para o profundo e negativo caminho da lógica do capital. Isso fez, conforme R, cessar as atividades que vinham sido feitas para a comunidade. Há um projeto capitalista de sucatear para acabar, pelo tempo e pelas ações, os espaços comunitários. Tudo isso para engendrar o capitalismo cruel de forma violenta.

Nesse sentido, a ausência de capital de giro provoca, “em certas circunstâncias, a suspensão temporária das atividades produtivas e a dispensa dos funcionários” (GONÇALVES, 2005, p. 159). Segundo S, entre as participantes é muito difícil se ter o interesse em fazer parcerias e uniões com agroextrativistas de outros sítios, constituindo uma rede solidária. Porém, estes provocam o comércio dos produtos a se adequarem a uma ótica de mercado, se

constituindo rótulos para seus produtos, validade, procedência, etc. Essa mudança leva as pessoas a reestruturarem outras uniões, tentando consolidar uma atividade agroextrativistas em outros sítios. Isso acontece, por exemplo, com H, senhor negro com uns 40 anos que, desde que ficou desempregado no setor industrial caririense, resolveu se dedicar aos babaçuais. Essa relação lhe impulsionou a ser um dos líderes da associação do sítio Boa Esperança, tendo a meta de buscar melhorias para se produzir óleo de coco babaçu. Na entrevista feita com H soube que este fazia o óleo de babaçu em casa com sua família, mas, em determinado momento de 2014, fez uma parceria para cortar os cocos no sítio Macaúba e depois trazer as amêndoas para produzir o óleo em casa. Dessa experiência de 6 meses puderam ter uma produção mais rápida e agilizada. Quando perguntei para ele se poderia me representar como foi esse momento, H colocou na folha de papel (figura 33) sua casa, dando destaque ao que nos primeiros momentos conversou sobre os movimentos de coco com I e P, sendo feita em 2014 a parceria com a gestão da associação. Ele mostra que utiliza os cocos do terreno da sua família para produzir óleo, mas também compra do sítio Tabocas, sítio Gitó e sítio Mata (terrenos de BJ e ZR). Para essas compras, eles também conseguiram muito coco da Assentamento Judas Tadeus, que fica próximo da sede do distrito de Caldas.

Figura 33 – Mapa de H sobre sua atividade com o babaçu. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

A agilidade que teve ao cortar o coco nas máquinas, saindo do procedimento rudimentar, foi interrompida pouco tempo depois. Ele coloca que não compensou pagar o frete de carro para cortar e depois trazer as amêndoas para casa. Dessa maneira, há uma dificuldade de usar a

A.M.S.M. como cooperativa pela logística. Voltando as suas atividades de quebrar o coco na pedra, H recebeu ideias de projetos de várias instituições, sendo que alguns agentes colocaram a possibilidade de trazer um maquinário para o sítio Boa Esperança, levando “a criação de uma fábrica de óleo”. Essa fábrica, que ficaria próxima da A.M.S.B.E., onde ele marca com um traço, antes do sítio Sossego, conseguiria trazer os agroextrativistas dos sítios circunvizinhos para trabalharem. A consolidação desse projeto está em andamento, tendo sido envolvidos I, P, N, Q, G, O e entre outras(os) agroextrativistas. Assim, nos dados do projeto se vê a potencialidade desses membros e o número de matéria-prima existente. O projeto coloca que tal situação ia evitar o processo de devastação dos babaçuais feita pela comercialização do coco inteiro para as carvoarias, sendo já feito há muitos anos.

Cabe aqui salientar que esse impacto das carvoarias foi muito lembrado pelos(as) entrevistados(as). É muito recorrente se ver sacos lotados de coco para comercialização nas caminhonetes ou caminhões que vão diretamente para a queima (foto 08). Nesse ponto, se tem um impacto na matéria-prima pois, como L, G e O argumentaram, a derrubada de coco só para fazer carvão leva a uma falta de babaçu para elas trabalharem.

Foto 08 – Comercialização de coco inteiro e casca para virarem carvão vegetal. Fonte: Pereira (2018)

G argumenta que poderia se pensar no comércio somente das cascas ou dos cocos que estão velhos, pois não impactariam a produção dos que vivem dos babaçus. No entanto, se vem levando tudo, especialmente derrubando os cocos verdes, tirando as próximas safras do babaçu. O pior é que este impacto vem sendo causado por pessoas que são de dentro do distrito, que são

chamadas pelas empresas para juntarem e venderem os cocos. Isso pode ser bem visto na fala de C, homem pardo com uns 40 anos, que foi o pioneiro dessa atividade de vender para as fábricas. Ao entrevistá-lo, ele, bem receptivo, imediatamente se expressou em uma narrativa cartográfica com dois mapas (figura 34). A primeira questão que ele colocou foi que começou nesse ramo quando foi ajudar o pai, que recebeu em sua casa o contato de um agente da IMBACIP para comprar cascas de coco. Ele argumenta que essa situação aconteceu por volta de 2005 e que imediatamente o pai dele aceitou tal atividade pelo poder de ganho financeiro. Ele colocou que depois de quatro anos já estava trabalhando só, fazendo a compra de todas as cascas e cocos do pé-de-serra da Arajara. Ele aponta, no primeiro mapa, que fez (figura 34.1) as pessoas terem um maior lucro, pois comprava as cascas ou cocos que não prestavam e deixaria o resto para os comerciantes locais que comprariam a amêndoa e o pó do coco para vender a um atravessador da Barbalha. Esse processo tinha a posição certa, pois uma juntava tudo que fosse próximo do sítio Terezas e outro do que fosse próximo da sua casa, sítio Macaúba.

Figura 34 – 1. Mapa de C sobre o início de sua atividade do babaçu para carvão; 2. Mapa de C sobre a atividade recente do babaçu para carvão. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Com essa atividade, ele pôde comprar um caminhão para trabalhar e toda semana levava uma carga para a IMBACIP. Ele juntava cocos e cascas de todos os sítios circunvizinhos, mas teria mais quantidade nos que ele demarcou no mapa (figura 34.1), que são: Macaúba, Tabocas,

Saco, Boa Esperança, Sossego e Tabuleiro. Ele argumentou que a diminuição das atividades das pessoas em quebrar cocos e vender o coco inteiro se deu pelos novos incentivos de emprego na localidade, tendo possibilidade de a pessoa trabalhar na cidade, seja na área de lazer, mineração ou ir ganhar a vida em outros estados. Para muitos da comunidade essas possibilidades trazem dinheiro mais rápido do que ficar lidando nessa r-existência do babaçu, sem ter um mercado certo. Entretanto, quando a IMBACIP demorou a pagar, este recebeu nova demanda das cerâmicas do Crato, sendo que essas pagavam um valor maior. Assim, C disse que deslocou os produtos que conseguia para lá. É com as cerâmicas que se coloca mais impulsão na compra do coco inteiro. Nesse sentido, C começou a comprar o saco de coco, que atualmente chega a 6 reais, enquanto o de cascas custa 3 reais.

A partir desse fato teve início uma derrubada sem limites dos cocos inteiros para a venda. Porém, C disse que anunciou a todos os seus compradores de coco que não iria aceitar mais comprar coco verde, pois a empresa estava reclamando que estes não queimavam direito nas fornalhas. C também disse que, com o fato das cerâmicas comprando e a crise de empregos, outras pessoas adentraram a atividade. Uma dessas pessoas foi B, homem pardo, tendo uns 40 anos, que possui uma caminhonete para buscar cocos em diversos locais e até compra os sítios para derrubar os cocos, tendo ajuda de J.

J é um senhor pardo com uns 70 anos, que conta que esses cocos são derrubados em diversos locais e eles podem assim aproveitar e revender para as agroextrativistas de coco, especialmente L, Q e G. Sobre isso, ao fazer um mapa (figura 35), C argumenta que basicamente sai percorrendo todos os sítios de Arajara para comprar a safra de coco. Quando compra, J ou outro agroextrativista vai derrubar o coco e ele separa quais os cocos bons ou ruins, e os bons ele leva para essas mulheres. Ao perguntar em quais sítios que ele mais compra, ele argumentou ser no sítio Espinhaço, próximo da sua casa, como também no sítio Boa Vista. A compra de cocos ocorre também no sítio Tabocas, sendo nos terrenos de BH e VH, além da Boa Esperança, nos terrenos de I e de OR.

Figura 35 –Mapa de B sobre sua atividade do babaçu para carvão. Fonte: entrevista concedida a Pereira (2018)

Quando questionado sobre o processo de derrubada do coco verde, o mesmo disse não fazer isso, sendo dito que faz seleção e somente comercializa para as cerâmicas os cocos velhos. Também afirmou que não compra coco verde, pois ele não quer prejudicar as safras futuras.

B também colocou que era para ser dito nessa pesquisa que essa atividade dele não prejudicava a comunidade, mas promove um desenvolvimento sustentável idealizado pela política defendida na cerâmica compradora. Ele também relatou que, atualmente, ao vender para a cerâmica, recebe o valor, metade em dinheiro e a outra metade em tijolos, e que ele tinha que encontrar um meio de revender. Esse processo dificultava o pagamento das pessoas pois, como ele mostrou no mapa, percorria uma distância gastando combustível, além de ter que fazer manutenção do automóvel, sendo um ganho pequeno. Todavia, ao dialogar com G pôde-se ver que o valor declarado do pagamento não era o mesmo.

Portanto, em vista dos argumentos, este se torna um atravessador ou prejudicador dos cocos para as agroextrativistas. Vale observar que todos esses impactos trouxeram uma nova ótica para o babaçu, saindo de uma atividade artesanal, com uma sociabilidade, sem visões lucrativas, para uma ótica capitalista, sendo até feitos empréstimos para chegar nesse momento. Então, esses conflitos velados criam dificuldades para a atividade do babaçu se consolidar e re-existir, fazendo com que cada um pense por si ou busque num modelo fabril – com as máquinas – as melhorias.

Nesse ponto, o que se nota é que esses conhecimentos das atividades de babaçu vêm sendo perdidos, pois os jovens não adentram para trabalhar no babaçu. E quando adentram, como B e C, é com um olhar de empresa, que só vê esse produto como carvão vegetal, para ser queimado. Os babaçus que tanto essas pessoas trabalharam, vem sendo devastados por essa nova Arajara e a falta de união em cooperativa. É importante notar que os movimentos sociais estão sendo mortos a cada dia pelo não saber agir de forma conjunta. Os agentes que chegam para fazer parcerias, mesmo com as boas intenções, impõem de cima para baixo uma visão de produção, que nunca foi pensada pelas pessoas que ali vivem. Não se pensa em consolidar as redes de conexão da comunidade, entendendo suas identidades e histórias através de simples confabulações, como as feitas aqui. Então, faz-se necessário pensar que tipo de desenvolvimento é esse proposto pelo Estado. Além disso, concordamos com Gonçalves (2005, p. 25), quando diz

Na verdade, o grande equívoco do Estado não reside somente na formação de enclaves de desenvolvimento. Mas no critério de seletividade destas áreas e no modo de diálogo estabelecido com a população alvo desse programa de desenvolvimento insular, concentrador e exógeno. Outro aspecto que não podemos deixar de citar diz respeito à questão agrária. Em nenhuma das etapas do programa, o Estado toca num dos principais bloqueios ao desenvolvimento que é a concentração fundiária. Pelo contrário, incentiva o processo de valorização e mercantilização da terra por meio de intervenções como o programa cédula da terra.

Essas consequências levam a pensar nos futuros passos, buscando alternativas para melhorias. Como se notou em diversas narrativas, especialmente de R e S, os(as) agroextrativistas não seguem o padrão fabril. Mesmo com um número imenso de encomendas, mesmo com um interesse para atender ao capital, estes querem somente viver do seu modo.

PARA (NÃO) CONCLUIR

Não há nada no mapa que não consiga significar. (WOOD, 2010a, p. 104)

Ao chegar ao final desse estudo, visualizando as narrativas cartográficas através dos mapas mentais postos, pude entender analiticamente o que vem ocorrendo nos babaçuais de Arajara, modificados pelos novos interesses do capital. As narrativas cartográficas, assim, possibilitaram adentrar em histórias pessoais e verificar entrelaçamentos dos personagens com seus objetivos e dilemas calcados pelo viés capitalista que se entranhou na comunidade.

Esse trabalho trouxe alguns levantamentos sobre as histórias locais, suas cartografias e o agroextrativismo, podendo além da geografia servir a história local e antropologia. Ao mesmo tempo, através da metodologia das narrativas cartográficas consegui que atores não hegemônicos pudessem mostrar suas experiências espaciais, trazendo todos seus saberes e fazeres. Assim, a metodologia das narrativas cartográficas possibilitou ter um material para realizar o aprofundamento dos debates comunitários, pesquisas e ações, especialmente para debater a validade da própria metodologia ao conectar situações espaço-temporais de outras comunidades e grupos.

Além disso, a atividade de babaçu é moldada por alguns comerciantes e diretamente interligada com os mercados regional e nacional. Com os dados das entrevistas e a queda do interesse no babaçu em Barbalha, vistos nos gráficos, pode-se entender porque não era mais lucrativo o babaçu nesse município. O mercado dos produtos do babaçu não foi impulsionado e não foram criadas ações do Estado para tal. Logo, outras atividades econômica puderam ganhar força e impulsão no distrito de Arajara, sendo até observado por um entrevistado a transformação da localidade em dormitório.

A pesquisa ainda contribuiu para verificar essa racionalidade econômica no distrito, que está embrenhada na produção regional e nacional que vem ocorrendo nos últimos anos com o babaçu. Desse modo, se vem usando a população agroextrativista do babaçu para constituir o desenvolvimento econômico e quiçá preparando o distrito para ser um espaço de reserva na intensificação da economia babaçueira nacional. Neste argumento, foi importante notar que o desenvolvimento da região do Cariri e seus arranjos na produção do babaçu, que ainda não são centrais. Porém, ao se notar os dados das tabelas e gráficos visualizou-se a produção nacional de babaçu e do Ceará, com grande importância para o Crato e Barbalha, sendo importante também no cenário nacional, mesmo não tendo uma grande área de babaçual. Por isso, se pensa

a questão dos agroextrativistas como uma ponte para entender esse desenvolvimento. Porém, com a metodologia não consegui me aprofundar nos detalhes, principalmente saber as nuances do território em um cenário mais amplo e as intenções das pessoas em motivar diretamente ou indiretamente o surgimento de um grupo agroextrativista do babaçu neste local.

Vale a pena aqui pensar como podemos ter um mapeamento social sem ter um trabalho de base com as pessoas para motivar a interação e conexões de propósitos. Em muitos momentos das entrevistas se observou ideias e visões que não são da comunidade e nem do grupo que pensa no melhor para as pessoas que estão ali. Concretamente, a metodologia das narrativas cartográficas também mostrou um abismo na união do grupo, pois fazem tudo de forma individualizada, não conseguem contribuir numa sociabilidade da atividade. No entanto, é importante notar que mesmo com isso, a população agroextrativista coloca o ‘seu jeito’ ao fazer as coisas, mas cada sujeito impõe sua subjetividade. Então, o agroextrativismo continua numa r-existência marcante contra as forças hegemônicas que podem estar dentro e fora do distrito. Há ainda lutas e embates na comunidade. Porém, se notou que muitos são velados e só aparecem quando você escuta o sujeito e nota seus dilemas.

Podemos assim ver que a metodologia possibilitou um aprofundamento no vivido de Arajara, com todas suas nuances, marcado pela divisão e não cooperação. Essa divisão comunga com os interesses sociais que há, criando conflitos, desde o hídrico ao conflito do tradicional do babaçu com o novo. Nesse ponto notou-se a ‘guerra’ pela água, o não acesso a matéria-prima para trabalhar, as retiradas de possibilidades para agroextrativistas serem produtores e a falta de mercado. Desse modo, a solidariedade é algo preso na comunidade, sendo agora impulsionada por um viés fragmentário, isolado, dominada pelo processo de modernização da região. As pessoas, com isso, procuram acionar as reservas de recursos para ganhar seu sustento. Nesse pensamento há um choque com as pessoas que constituem e valorizam ainda o tradicional, pensando nas condições do produto e não apenas no valor que será recebido. Porém, essa tradição está evidentemente desaparecendo, pois as pessoas querem de algo que dê lucro, mantendo-as numa boa vida consumista. Nesse sentido, a racionalidade leva as pessoas a não pensarem mais e sempre procurarem correr, buscar seus recursos, desprezando, com isso, as narrativas dos experientes.

Mais do que isso, essas pessoas estão pensando em empreender, mas não escutam o que o outro tem a dizer sobre tal empreendimento. Caso questionados, impõem suas versões e ideias do que consideram ser o correto, e tentam nos convencer. Com isso, há um processo de

modernização do campo que é pensado de forma participativa e não verdadeiramente participante. Existem também extrativistas com conhecimentos, que não pensam como suas experiências são contribuições para a comunidade. Por esse viés, o capitalismo vem se consolidando e as pessoas sendo marginalizadas, esquecidas e/ou silenciadas, se adequando a tal situação. É preciso romper isso. Então, se nota que essa pesquisa pode talvez abrir o diálogo com esses sujeitos para se fazer reuniões e pensar mais sobre esses fatos, acontecimentos, situações e problemas espaciais.

Assim, a utilização da metodologia não extrativista com as narrativas cartográficas pode abrir o leque e olhar o que as pessoas pensam/entendem. Essa metodologia também possibilita romper com o pensamento das(os) agroextrativistas de que seus ‘rabiscos feito em um papel’ não tem serventia, pois mostram suas territorialidades com todas as potencialidades e possibilidades territoriais. Logicamente que estes mapas, por não seguirem o padrão estabelecido do que é a cartografia, podem ser considerados inúteis. Entretanto, essa pesquisa pode, no futuro, conseguir compor um acervo como banco de dados para novos mapeamentos sobre a formação histórico-territorial-cultural desse distrito, os problemas sociais ali existentes, mapear os babaçuais e seu uso, além de ter dados sobre a produção. No entanto, para se alcançar isso é necessário um maior aprofundamento na comunidade, fazendo um trabalho aberto com as pessoas. Assim poderia ajudar na superação dos entraves encontrados durante a pesquisa, criando uma confiança entre os participantes. Também, essa integração poderia contribuir para que os sujeitos pudessem confiar no colaborador e contar verdadeiramente seus fatos.

Com as narrativas cartográficas pôde-se verificar a organização existente no agroextrativismo, com sua divisão de tarefas. Nesse processo se pôde notar ainda um sistema patriarcal, machista e racista acentuado, especialmente pelo fato de as agroextrativistas que quebram os cocos serem negras, analfabetas ou semianalfabetas, e conhecem quase nada do que se fazem com o babaçu quando sai das suas mãos, desconhecendo os valores corretos para venda. Os homens que estão na atividade possuem mais conhecimentos e conseguem liderar um movimento.

Da pesquisa, também pode-se entender que o coco babaçu é mais do que uma atividade econômica para pessoas mais antigas, mas os jovens não notam tal apreço. Esse foi o motivo da tentativa de modernização do agroextrativismo do babaçu não emplacar, pois há uma resistência em usar máquinas, há falta de pessoas jovens e de inovação. Essas faltas também mostraram as dificuldades em conhecer a vida prática em detalhes, verificada nas narrativas.

Há ideias românticas do distrito de Arajara mas, como se viu, não notamos o que é esquecido ou apagado. Podemos já ter ouvido em rodas de conversas, mas não conseguimos concretizar a escrita dessa memória sobre o que aconteceu. Ela se perde nessas narrativas das conversas, especialmente com os mais experientes. Por isso, mostramos separadamente cada narrativa, mas estas poderiam ser pensadas em conjunto, em um mapa coletivo, com sobreposições, para constituir a visão da comunidade. Porém, essa ideia de comunidade só é possível se todos se envolverem em co-operação social.

A metodologia pôde também visualizar o além do dito, o que estava escondido. Tendo isso aparecido em detalhes nas representações, na sua elaboração ou na sua explicação. A atividade mostrou o problema das pessoas conhecerem seu espaço ou de conseguirem apresentar este. Mostrou que pessoas podem esconder intenções e não apresentar. Mas para sair desses entraves é necessário ir da ótica capitalista para uma visão comunitária, como Gonçalves (2005) argumenta. Para se fazer isso é preciso entender que o espaço e o mapa com suas narrativas podem abrir esse leque de possibilidades, mas esses precisam ser feitos numa relação de confiança e que necessita de tempo. Então, essa metodologia mostra que não pode ser desenvolvida sem uma relação mais íntima com os sujeitos. Logo, dois ou três anos de pesquisa podem trazer inúmeras dificuldades para fazer a pessoa cartografar o seu espaço. É preciso abrir o poder do mapa com a sociedade, mas fazer isso em co-labor-ação e co-operação, mostrando que é mais do que desenhar, mas é grafar suas existências, trazendo respostas de situações e intensificando novas pesquisas.

Para tal ideia ser plausível precisamos que as pessoas se aprofundem nas noções conceituais e metodológicas da cartografia, pensando por elas próprias as melhores ações. Isso pode ser realizado em futuras pesquisas, colocando até em reflexão se a metodologia é válida em outras realidades. É notório que esse ato de cartografar foi feito a partir dessa metodologia de colocar no papel, mas estes podem, em engajamentos mais coletivos, repensar se não seria ideal terem o próprio interesse de apresentar as (carto)grafias sem o pesquisador incentivar. Também, a metodologia deve pensar a serventia da mesma para pessoas que não sabem ler e nem escrever. Elas estão contribuindo, mas isso terá retorno para elas? De que forma pode retornar? Precisa-se também pensar as diferentes realidades e usos que podem trazer essas narrativas cartográficas. A metodologia pode trazer engajamentos ou ser usada para reforçar o capital, mas quem poderá dizer seu uso é quem aplica. Logo, a metodologia trouxe pontos para pensar, como a precisão de engajamento de um conhecimento das lutas sociais para servir ao

comunitário, uma conversação mais coletiva possível com os membros, um pensar mais conectado. Estes gargalos necessitam ter um aprofundamento.

Engajar as pessoas nesse processo é emergencial, pois necessita-se que estes se apoderem de todos os saberes e fazeres cartográficos para se unir e assim colocar seus conhecimentos, suas vivências no papel, de uma forma transformadora. Porém, houve muitos desconfortos com tais abordagens, tanto pelo uso da representação das narrativas no papel, como de ceder a entrevista. Para um aprofundamento dos atores em sua vida prática é preciso que haja uma maior interação e vínculo dos envolvidos. Esse vínculo só pode ser constituído com um maior tempo e engajamento da pesquisa.

É preciso constituir territórios abertos e profícuos dos mapas para e pela sociedade. Ao se deixar que estes coloquem suas informações, saberes, fazeres e conhecimentos no papel, a intenção é que apareça o pensamento deste ator social e não o do pesquisado. Estes podem ser feitos com os mapas mentais, mas poderia pensar em outras técnicas, possibilitando até as aproximações com computadores, a internet ou outros meios que eles considerem mais confortáveis. Vale destacar que os mapas mentais conseguiram mostrar alguns pontos dessas situações, mas com outras técnicas poderia possibilitar visualizar outras perspectivas que ainda não apareceram. Em outras palavras, os mapas mentais conseguem notar as espacializações das narrativas e as percepções do espaço mas, e as outras técnicas cartográficas existentes?

Isso possibilita que se visualize geografias escondidas, dilemas, embates, problemas não contados. E nesse viés, o papel da geografia é fazer com que todos possam compreender seu espaço com as relações sociais ali existentes, mostrando os modos de vida e buscando mais solidariedade espacial. Essa solidariedade advém de mapas que sejam mais abertos para que eles se coloquem. Como Wood (2010a) afirma, os questionamentos sobre o impacto social desse mapeamento social feito aqui ainda não foi respondido. Porém, o que é posto aqui mostra a necessidade de um processo contínuo, tendo outras pesquisas, outros participantes, que se engajem e exerçam um papel de contribuição junto a essa comunidade. Esses mapas podem depois circular pela própria comunidade ou por outras comunidades, mas tudo depende se estes que cartografam querem apresentar. Representação do espaço com todas suas situações é uma arma política e deve ser usada sabiamente para transformar vidas que r-existem.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Introdução. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010, v. 2, p. 5-7.
- ACSELRAD, H. Introdução. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p.15-40.
- ACSELRAD, H. Introdução: O debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In: ACSELRAD, H; GUEDES, A. D.; MAIA, L. J. (Org.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015, v. 1, p. 8-29.
- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p.15-40.
- ALMEIDA, A. W. B. **Carajás: Guerra dos Mapas**. 2.ed. Belém: Editora Falangola, 1995.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JR., E. A. (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais**. Nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 155.
- ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JR., E. A. (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais**. Nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A (Org.). **Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: guerra do carvão**, 1. Manaus: UEA Edições, 2014.
- ALMEIDA, R. A. Ensino de Cartografia para Populações Minoritárias. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, p. 111-129, 2007.

ALVES, J. O Vale do Cariri - seu povoamento e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. III. Rio de Janeiro: IBGE, p. 390 - 424, 1952.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

AYRES JUNIOR, J.C. **A Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a Refuncionalização de um Espaço Regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

BARBIERI, A. L. C. **As tendências ao desenvolvimento sustentável no manejo do babaçu pelas comunidades rurais do Estado do Maranhão**. 2004. 114 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.

BARROS, H. S. O Cariri Cearense: Quadro Agrário e a Vida Urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 4, p. 549-591, out/dez, 1964.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R.; et al. **Análise estrutural da narrativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2011.

BENJAMIN, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BESERRA, F. R. S. **Espaço, indústria e reestruturação do capital**: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. 2007. 123 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2008.

BESSE, J. M. Cartographie et pensée visuelle. Réflexions sur la schématisation graphique. In : LABOULAIS, I. (dir). **Les usages des cartes (XVIIe-XIXe siècle). Pour une approche pragmatique des productions cartographiques**. STRASBOURG : Presses universitaires de Strasbourg, 2008. p. 19-32.

BORDE, E. et. al. (ed.). **Petites villes et développement économique**: Stratégie, projets, outlits. França: Le Bon Caractère, 2005.

BRITO, M. S. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro**. Fortaleza: IOCE, 1985.

BURINI, F. La cartographie participative et la pratique du terrain dans la coopération environnementale: la restitution des savoirs traditionnels des villages de l'Afrique subsaharienne. In: À travers l'espace de la méthode: les dimensions du terrain en géographie, 2008, Arras. **Actes du colloque 'À travers l'espace de la méthode: les dimensions du terrain en géographie'**, 2008.

CAQUARD, S. Cartography I: Mapping Narrative Cartography. **Progress in Human Geography**, vol. 37, nº. 1, p. 135-144, 2013.

CAQUARD, S.; CARWRIGHT, W. Narrative Cartography: From Mapping Stories to the Narrative of Maps and Mapping. **The Cartographic Journal**, vol. 51, nº. 2, p. 101-106, 2014.

CARRAZZA, L.R.; SILVA, M.L.; ÁVILA, J.C.C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília: ISPN, 2012.

CARVALHO, M. O. **Cartografia participativa e planejamento urbano: experiências de práticas colaborativas no ambiente escolar em Campos Sales, Ceará**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2016.

CASCUDO, L. C. **Literatura Oral no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Global, 2006.

CLEMENT, C.R.; PÉREZ, E. L.; LEEUWEN, J. V. O potencial das palmeiras tropicais no Brasil: acertos e fracassos das últimas décadas. **Agrociências**, Montevideo, v. 9, n. 1-2, p. 67-71, 2005.

COSGROVE, D. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSGROVE, D. Cultural cartography: maps and mapping in cultural geography. **Annales de géographie**, nº 660-661, p. 159-178, 2008.

COSTA, R. C. P. et. al. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais**. Manuas: UEA Edições, 2015.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR-RJ, 2008, p.85-111.

DENIL, M. The Search for a Radical Cartography. **Cartographic Perspectives**, North America, 0, mar. 2011.

DETROIT GEOGRAPHICAL EXPEDITION AND INSTITUTE. **The Geography of the Children of Detroit. Field Notes: Discussion Paper nº 3**. Detroit: DGEI, 1971. Disponível em <<http://freeuniversitynyc.org/files/2012/09/Detroit-Geographical-Expedition-and-Institute-1971.pdf>>. Acesso em 17/06/2017.

DODGE, M.; PERKINS, C. e KITCHIN, R. Mapping modes, methods and moments: a manifesto for map studies. In: DODGE, KITCHIN e PERKINS (Ed.). **Rethinking Maps**. Oxford: Routledge Studies in Human Geography, 2009, p. 220-243.

DOURADO, J. R.; BOCLIN, R. G. **A Indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Instituto Euvaldo Lodi: Brasília, 2008.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia Brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 115-137, jul., 1996.

FARIA, I. F. **Metodologias Participantes e conhecimento indígena: uma proposta intercultural para autonomia**. São Paulo, 2016. (Mimeo)

FARIAS FILHO, W. A. de. **Crato: evolução e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. de S. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: potencializando a escuta e análise de vozes. In: **12º Congresso Brasileiro de Saúde Pública**, 2018, Rio de Janeiro. 12º Congresso Brasileiro de Saúde Pública, 2018.

FEITOSA, R. R. P. **Saneamento Básico no Distrito de Arajara, Barbalha-CE**. 2005. 53 p. Monografia (Especialização em Geografia e Meio Ambiente) – Universidade Regional do Cariri (URCA), Barbalha, 2005.

FELIX, K. S. L. **“Espíritos inflamados”**: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2010.

FERREIRA, M. E. M. **Análise exergoeconômica da produção de biodiesel de babaçu obtido por via metílica e etílica**. 2014. 169 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA. **Buenas prácticas en cartografía participativa**. Roma: FIDA, 2009.

FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço cartográfico, uma questão para a Geografia**: análise das discussões sobre o papel da Cartografia. 2004. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH – USP, 2004. 250 p.

FONSECA, F. P. O potencial analógico da Cartografia. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 87, p. 85-110, 2007.

FONSECA, F. P.; OLIVA, J. **Cartografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2013. 176 p.

FONSECA, F. P.; GIRARDI, E. P. Cartografia participativa. In: FERNANDES, J. A. R.; TRIGAL, L. L.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planejamento e da gestão do território**. 1ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 2016, p. 67-68.

FRANÇA, C. F. de S. **A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF**. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2017.

GERRITSEN, P. R. W.; ORTIZ-ARRONA, C.; GONZÁLEZ-FIGUEROA, R. Usos populares, tradición y aprovechamiento del carrizo: estudio de caso en la costa sur de Jalisco, México. **Economía Sociedad y Territorio**, Cerro del Murciélago, vol. IX, núm. 29, jan.-abr., 2009.

GIRÃO, R. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2000.

GIRARDI, G. Política e potência das imagens cartográficas na Geografia. In: CAZETTA, V.; OLIVEIRA JR., W. M. (orgs.). **Grafias do espaço**: imagens na educação geográfica contemporânea. 1ed. Campinas: Alínea, 2013, v. 1, p. 69-85.

GIRARDI, G. Cartografia geográfica: reflexões e contribuições. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 87, p. 45-66, 2007.

GONÇALVES, C. U. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense**: solidariedade e conflito. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **IDECI Gestor. Sistema de gestão georreferenciada do estado do Ceará**: Conhecendo o município Barbalha. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECI), 2015.

HARLEY, J.B. **The new nature of maps**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

HOMMA, A. K. O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia**: uma interpretação teórica. Belém: Embrapa-CPATU, 1990.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: XVI volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 567 p. v. XVI. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário**: Brasil. [S.l.]: Departamento de Censos, 1960a. 37 p. v. II - 1ª Parte. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censoagr1960rvol2t4b/censoagr1960rvol2t4b.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário**: Ceará - Rio Grande do Norte. [S.l.]: Departamento de Censos, 1960b. 231 p. v. II - Tomo IV - 2ª Parte. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censoagr1960rvol2t4b/censoagr1960rvol2t4b.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário**: 1995-1996. 1995-1996. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário:** 2006. 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE. **Censo demográfico de 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário:** 2017. 2017a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.** 2017b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

INCRA. **Relatório de análise do mercado de terras do Estado do Ceará:** Descrição, análise de resultados e planilha de preços referenciais de imóveis rurais. Fortaleza: INCRA, 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-02-ceara/ramt_sr02.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCÓOL. **Brasil Açucareiro.** [S.l.: s.n.], 1938. 92 p. v. XI. Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br/pub/meb000000456/brasilacuca1938vol11jul/brasilacuca1938vol11jul.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KITCHIN, R.; DODGE, M. Rethinking maps. **Progress in Human Geography**, vol. 31, p. 1-14, 2014.

KITCHIN, R.; GLEESON, J.; DODGE, M. Unfolding mapping practices: A new epistemology for cartography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 38, nº. 3, p. 480-496, 2013.

KITCHIN, R.; PERKINS, C.; DODGE, M. Thinking about maps. In: DODGE, KITCHIN e PERKINS (Ed.). **Rethinking Maps.** Oxford: Routledge Studies in Human Geography, 2009, p. 1-25.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 153-167.

MACEDO, J. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil Editora, 2008.

MAY, P. H. **A modern tragedy of the non-commons: Agro-industrial change and equity in Brazil's babassu palm zone**. 1986. 432 p. Thesis (Doctor of Philosophy) - Latin American Program Dissertations Series, Cornell University, Ithaca, 1986.

MAY, P. H. et. al. Babassu palm in the agroforestry systems in Brazil's Mid-North region. **Agroforestry Systems**, v. 3, p. 275-295, 1985.

MESQUITA, B. A. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-1980). **Revista de Políticas Públicas** (UFMA), São Luís, v. 2, p. 61-76, 1996.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasil. **Brasil 1939-40**: Relação das condições geográficas, econômicas e sociais. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph. C. Mendes Júnior, 1940. 574 p. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000394/relatgeoecosoc193940/relatgeoecosoc193940.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu**. Brasília: MMA, 2009.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2007, Recife. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.

NASCIMENTO, P. S.; LIMA, L. A. P. Cartografia dos babaçuais: a palmeira dos mapas. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 20, p. 189, 2017.

NOBRE, F. W. **Baixio das Palmeiras**: apontamentos geográficos, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

NORSWORTHY, K. Collaborative Digital Collection Building: The Guatemalan National Police Historical Archive. *PORTAL*, vol. 7, 2011-2012, p. 18-20.

OLIVEIRA, J. P. Soberania, democracia e cidadania. In: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JR., E. A. (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais**. Nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 12-14.

PALSKY, G. Cartographie participative, cartographie indisciplinée. **L'Information géographique**, vol. 77, nº. 4, 2013, p. 10-25.

PARKER, B. Constructing community through maps? Power and praxis in community mapping. **Professional Geographer**, v.58, n.4, p.470–484, 2006.

PASSOS, C. Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão. **Comissão Pastoral da Terra**, [S. l.], p. s/p., 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4439-do-coco-babacu-a-emancipacao-o-poder-das-quebradeiras-do-maranhao>. Acesso em: 5 set. 2018.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 225-254.

PESSOA, F. **Poesia Completa de Álvaro de Campos**. Edição de Teresa Rita Lopes. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PICKLES, J. **A History of spaces. Cartographic reason, mapping and the geo-coded world**. London: Routledge, 2004.

PINDER, D. Subverting cartography: The situationists and maps of the city. **Environment and Planning A**, v.28, n.3, p.405-427, 1996.

PINHEIRO, I. **O Cariri – seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

PINTO, G. de S. **Anuário Estatístico do Ceará - Brasil: 1924**. Fortaleza: Typ. Moderna-F. Carneiro, 1928. 455 p. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000421/annurioestatstic1924cear/annurioestatstic1924cear.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

PONTES, L. M. V. de. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais**. 2. ed. Fortaleza: IPECE, 2009. 92 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. de. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, v. 1, p. 37-56.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico - 2ª Edição**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Revista de Geografia** (Rio Claro), v. 4, nº 7, p. 1-25, 1979.

RIZZINI, C. T. Nota previa sobre a divisão fitogeográfica (florístico-sociológica) do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.25, n.1, p.3-64, jan./mar. 1963a.

RIZZINI, C. T. Sobre a distinção e a distribuição das duas espécies de **babaçu** (Orbignya). **Revista Brasileira de Geografia**, v.25, n.3, p.313-326, jul./set. 1963b.

SAMPAIO, D.; COSTA, L. da. **Anuário do Estado do Ceará**. Fortaleza: Stylus-Consultoria de Investimento, Publicidade e Planejamento Ltda., 1972.

SANTOS, B. S. Um Ocidente Não-Ocidentalista?: A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora; 2014. p. 467-507.

SANTOS B. S.; MENESES, M. P. Prefácio. In: SANTOS B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora; 2014.

SEEMANN, J. **Regional narratives, hidden maps, and storied places: cultural cartographies of the Cariri region, Northeast Brazil**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia), Department of Geography & Anthropology - Louisiana State University, 2010. 329 p.

SEEMANN, J. **Carto-crônicas. Uma viagem pelo mundo da cartografia**. 2ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013a.

SEEMANN, J. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; Oliveira, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?** 1ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, v. 1, p. 69-91.

SEEMANN, J. Histórias da cartografia, imersão em mapas e carto-falas: métodos para estudar culturas cartográficas. In: CAZETTA, V.; OLIVEIRA JR., W. M. (orgs.). **Grafias do espaço: imagens na educação geográfica contemporânea.** 1ed.Campinas: Alínea, 2013b, v. 1, p. 69-85.

SEEMANN, J.; CARVALHO, M. O. Expedições geográficas e militância cartográfica para a cartografia escolar no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, p. 123-136, 2017.

SILVA, J. F. da. Formação histórica, econômica e territorial do Cariri. In: SEEMANN, J.; RIBEIRO, S. C.; SOARES, R. C. (Org.). **Geografias do Cariri cearense.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015, p. 9-23.

SILVA, T. R. **Geograficidade, percepção e saberes tradicionais dos pescadores do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

SLETTTO, B. Cartographies of Remembrance and Becoming in the Sierra de Perijá, Venezuela. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 39, 2012, p. 360–372.

SLETTTO, B. e et. al. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. **Cuadernos de Geografia**, vol. 22 (2), 2013, p. 193-209.

SOARES, D. **O Cariri - Crato - Juazeiro do Norte** - estudo de Geografia Regional. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, A. G. de. **Tropeirismo nosso.** Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016. 300 p.

STASZAK, J. Carte mentale. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés.** Trad.: OLIVA, J. T. Paris: Belin, 2003. p. 132-133.

STUDART, G. de. Descrição do Município de Barbalha. **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, p. 10-13, 1888.

TAVARES, J. C. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000). 2008. 361f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

TRIMMEL, T.; DIAS, M. G.; ROBERT. **Dicionário Online; Significado; O que Significa arajara para você?** [20--]. Disponível em: <<http://www.achando.info/arajara>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

UCHÔA, Waldery. **Anuário do Ceará 1953-1954**. Fortaleza: [s.n.], 1954. 323 p. v. 2. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000421/anuario19531954ce2/anuario19531954ce2.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ULLOA, A. Producción de conocimientos en torno al clima: procesos históricos de exclusión/apropiación de saberes y territorios de mujeres y pueblos indígenas. **Working Paper Series desigualdades.net**, vol. 21, 2012.

VALVERDE, O. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 19, n. 4, p.381-420, 1957.

WOOD, D. **Rethinking the power of maps**. Nova Iorque: The Guilford Press, 2010a.

WOOD, D. **Everything Sings**: Maps for a Narrative Atlas. Los Angeles: Siglio Press, 2010b.

WOOD, D. Dogma visualizado: Estado-Nação, Terra, rios. In: CAZETTA, V.; OLIVEIRA JR., W. M. (orgs.). **Grafias do espaço**: imagens na educação geográfica contemporânea. 1ed. Tradução: SEEMANN, J. Campinas: Alínea, 2013, v. 1, p. 69-85.

WOOD, D. Pleasure in the idea: The atlas as a narrative form. **Cartographica**, vol. 24, nº 1, p. 24-45, 1987.

WOOD, D. Katy? An essay linking eighteen articles on cartography and narrative and appearing simultaneously. **The Cartographic Journal**, vol. 51, nº 2, p. 179-186, 2014.

WOODWARD, D.; LEWIS, G. M. (Ed.). **The history of cartography, 2**: Book, 3. London: University of Chicago Press, 1998.